

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANNA CAROLINA LILI DE ASSIS

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
DA UFJF**

JUIZ DE FORA

2013

ANNA CAROLINA LILI DE ASSIS

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
DA UFJF**

Dissertação apresentada como requisito parcial para conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tanure Sanábio.

JUIZ DE FORA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

ANNA CAROLINA LILI DE ASSIS

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
DA UFJF**

Dissertação Apresentada à Banca Examinadora designada pela Equipe de Suporte Acadêmico do Mestrado Profissional CAED/FACED/ UFJF. Aprovada em __/__/__.

Prof. Dr. Marcos Tanure Sanábio

Membro da Banca – Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Juiz de Fora, agosto de 2013.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho de pesquisa é resultado de muito esforço. Nesse processo são muitas pessoas que nos apóiam e guiam, e, para elas, registro meus agradecimentos.

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus familiares, são o presente que Deus me deu nessa caminhada. Obrigada por estarem sempre ao meu lado e pelo apoio oferecido.

Agradecimentos especiais eu dedico a minha mãe, que acompanhou todo o processo, as dúvidas, as dificuldades, as alegrias, e sempre esteve ao meu lado, com paciência e disposição. Obrigada por ser meu grande exemplo de educadora, alguém que me ensinou a admirar essa maravilhosa profissão, desde pequena.

Ao meu noivo meu muito obrigada, pela paciência, por ter acreditado sempre em mim e nesse projeto. Agradeço também pelos valiosos conselhos, que foram fundamentais nessa caminhada.

Aos amigos, por compreenderem a minha ausência de dois anos, nas viagens e comemorações. Aos colegas de trabalho, por me suportarem repetindo as palavras “mestrado” e “dissertação”, ininterruptamente, por dois anos.

Meus sinceros agradecimentos aos seis entrevistados, que interromperam sua rotina de muitos compromissos para me receber, com atenção e sincera disposição em cooperar, fornecendo informações fundamentais para esse trabalho.

Agradeço também à Pró-Reitoria de Recursos Humanos, pela oportunidade oferecida por meio da bolsa do PROQUALI.

Por último, mas não em último, as pessoas que fizeram esse trabalho acontecer: meu orientador, Marcos Tanure, por ter desempenhado tão bem o seu papel de me guiar na escrita e Carolina e Carla, da equipe de orientação, por estarem sempre presentes, lendo, discutindo, fornecendo ideias. Para Carolina meu muito obrigada pelas dicas, pela rápida leitura das versões do texto, por ter sido o constante apoio para realização desse trabalho, principalmente nas primeiras semanas, em que não havia sido designado o orientador.

“Se quisermos saber no que consiste, precisamente, o maior de todos os bens, qual deva ser a finalidade de todos os sistemas de legislação, verificar-se-á que se resume nesses dois objetivos principais: a liberdade e a igualdade” (Jean-Jacques Rousseau)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar as ações, desenvolvidas pela política de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), concebidas com o propósito de minimizar a desigualdade social e educacional. Tomando como base as áreas estratégicas, propostas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, esta pesquisa teve como foco as ações que contribuem para uma formação ampliada do aluno e para permanência no ensino superior, fora do âmbito do oferecimento de auxílio material. A assistência estudantil é uma política social pública, ou seja, um programa de ação governamental voltado para o propósito de redução das desigualdades sociais. Pode-se associar desigualdade social à pobreza, porém, a concepção de pobreza, que norteia esse trabalho, não se restringe à carência material, compreendendo-a também como repressão do acesso à vantagens sociais, como: saúde, educação e cultura. Dessa forma, este trabalho propõe uma visão mais ampla da política de assistência ao estudante, sugerindo ações voltadas não só ao combate da pobreza, mas que busquem também reduzir outras formas de desigualdade social. A pesquisa teve abordagem qualitativa, e foi organizada sob a forma de estudo de caso. Foram realizadas entrevistas com seis atores que atuam em diferentes setores da UFJF, com o intuito de conhecer as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE, gestora da política de assistência) em parceria com outros setores da instituição. Adicionalmente, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica a fim de apresentar as experiências de dez universidades públicas brasileiras, que também desenvolvem essa política e que ilustram como a política de assistência pode ser pensada de forma a abarcar projetos e ações no âmbito da cultura, saúde (na forma de atendimento psicológico oferecido aos beneficiários) e esportes. Os resultados da pesquisa, realizada na UFJF, indicaram a necessidade de promover avaliações da política, com o intuito de conhecer o perfil dos alunos atendidos, identificar necessidades do público alvo, subsidiar a implantação de novas ações e verificar a eficácia das que já estão em curso. Também indica que é importante mapear os setores com os quais a PROAE pode desenvolver parcerias e projetos para ampliar sua atuação. Revelou, ainda, a importância de ampliar a divulgação das ações, desenvolvidas por essa Pró-Reitoria, responsável pela condução da política de assistência estudantil, para que os apoiados pelo programa possam conhecer os benefícios oferecidos e oportunidades.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Avaliação de política pública; Desigualdade social.

ABSTRACT

The present dissertation aims to investigate the actions, developed by the student assistance policy of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF), conceived with the purpose of minimizing educational and social inequality. Having as basis the strategic areas, proposed by the National Program of Student Assistance, this research had as its focus the actions which contribute to an enhanced student formation and to their permanence in higher education, outside the scope of material aid. Student assistance is a public social policy, that is, a governmental plan of action aimed to reducing social inequality. Social inequality may be associated to poverty, but the concept of poverty that guides this study is not restricted to material distress, also encompassing the access to social advantages, such as: healthcare, education and culture. Therefore, this dissertation proposes a broader view of the student assistance policies, suggesting actions not only to fight poverty, but that may reduce other forms of social inequality as well. The research was qualitative in nature and was organized as a case study. We utilized interviews with six individuals who work in different sectors at UFJF, aiming to detail the actions developed by the Office of Student Affairs (PROAE, which manages the assistance policy) while partnering with other sectors of the institution. Additionally, we conducted a documental and bibliographical research in order to present the experiences of ten Brazilian public universities, which also develop such policy and that illustrate how the student assistance policy may be considered as a means to encompass projects and actions from the fields of culture, healthcare (as in psychological care offered to the assisted students) and sports. The results of the research, conducted at UFJF, indicate the need to promote assessments on the policy, in order to find out more about the profile of the assisted students, identify the needs of the target audience, subsidize the implementation of new actions and verify the efficacy of the ongoing ones. It also indicates the importance of mapping out the sectors with which the PROAE may develop partnerships and projects to increase its action. Besides, it revealed the importance to increase the dissemination of the actions developed by the Office responsible for conducting the student assistance policy, so that those supported by the program may know the benefits and opportunities that are offered.

Keywords: Student assistance; Public policy assessment; Social inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
AE – Assistência Estudantil
ANDIFES – Associação de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
BIC – Bolsa de Iniciação Científica
CAE – Coordenação de Assuntos Estudantis
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CCEB – Critério de Classificação Econômica Brasil
CDARA – Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos
CFESS – Conselho Federal do Serviço Social
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSU – Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora
CPA – Centro de Psicologia Aplicada
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CRE – Coordenadoria de Relações Estudantis
DAE – Departamento de Assistência ao Estudante
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DOE – Desigualdade de Oportunidades Educacionais
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAFILE – Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
MBA – *Master of Business Administration*
FIES – Programa de Financiamento Estudantil
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PISM – Programa de Ingresso Seletivo Misto

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PROBIC – Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PROCULT – Pró-Reitoria de Cultura
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa
PRORH – Pró-Reitoria de Recursos Humanos
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PROVOQUE – Programa Voluntário de Pesquisa
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIGA – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU – Sistema de Seleção Unificada
UAB – Programa Universidade Aberta do Brasil
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Ações Estratégicas (PNAES).....	35
QUADRO 2 – Setores responsáveis pela execução da AE nas universidades apresentadas e principais ações.....	65
QUADRO 3 – Apresentação dos Entrevistados.....	71
QUADRO 4 – Ações Propostas para a Política de Assistência Estudantil.....	89

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Recursos do PNAES repassados para as IFES.....	30
TABELA 2 – Alguns resultados do III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das IFES.....	33
TABELA 3 – Total de cursos e alunos matriculados na UFJF.....	38
TABELA 4 – Evolução no número de vagas ofertadas para ingressantes.....	39
TABELA 5 – Quantitativo de alunos atendidos pelo programa de Apoio Estudantil..	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.....	19
1.1- A Trajetória da Política de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior	20
1.1.1 As Ações Estratégicas da Assistência Estudantil no Âmbito do PNAES	32
1.2- A Universidade Federal de Juiz de Fora.....	36
1.2.1 Histórico e Evolução	37
1.2.2 Programas de Bolsas de Incentivo à Atividade Acadêmica e Apoio à Pesquisa na UFJF	40
1.2.3 O Programa de Assistência Estudantil na UFJF.....	41
2 POLÍTICA SOCIAL E EDUCAÇÃO	50
2.1 - Considerações Sobre Desigualdade Educacional e Política Social	53
2.2 – Assistência Estudantil: a experiência de algumas universidades públicas.....	58
2.3 – Aspectos Metodológicos	68
2.4 – Um Estudo da Política de Assistência ao Estudante da UFJF.....	72
2.4.1 A Política de Assistência Estudantil sob a Perspectiva de Diversos Atores da UFJF	73
2.4.2 A Importância da Avaliação na Política de Assistência Estudantil.....	74
2.4.3 Ações no Campo da Saúde: construindo uma política social preventiva.....	79
2.4.4 Esportes e Lazer: a perspectiva da ampliação de direitos	82
2.4.5 Ações no Âmbito da Cultura: a perspectiva de integração entre as Pró-Reitorias	83
3- PLANO DE INTERVENÇÃO: POR UMA CONCEPÇÃO MAIS ABRANGENTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	86
3.1 – As Ações Propostas.....	87
3.1.1 Avaliação da Política	89
3.1.2 Criação de um Perfil do Público Alvo.....	91
3.1.3 Criação de um Sistema de Cadastro dos Projetos	93
3.1.4 Mapeamento dos Setores com os quais a PROAE Pode Desenvolver Parcerias	94
3.1.5 Institucionalização de Projetos de Atendimento Psicológico.....	96
3.1.6 Divulgação das ações desenvolvidas	97
3.2 – Considerações Finais	98
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE	113

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como tema a política de assistência estudantil, estando centrado na investigação das ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, responsável pela gestão e condução dessa política na Universidade Federal de Juiz de Fora. O foco recai na pesquisa de ações que não se restrinjam ao oferecimento de auxílio financeiro aos alunos. O objetivo é inserir a assistência estudantil em uma concepção mais ampla de política social, voltada não só ao combate da pobreza material.

Inicialmente, é fundamental tecer uma breve conceituação a respeito da expressão “Política de Assistência Estudantil”, que permeia essa pesquisa. A Assistência Estudantil caracteriza-se como uma ação assistencial, ou seja, que busca atender necessidades sociais básicas da população, e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica - que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público - na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Ela recebe o nome de “política” por estar estruturada com base em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações no campo das Instituições Federais de Ensino Superior (FONAPRACE, 2012).

O primeiro capítulo procura inserir a Política de Assistência Estudantil, praticada pelas Instituições Federais de Ensino Superior, dentro de um conjunto de modificações e reformas mais amplo, fundamental para que se compreenda a realidade atual vivenciada pela Universidade Federal de Juiz de Fora e seu respectivo programa de assistência, foco deste trabalho.

É importante destacar que o caminho das políticas públicas da educação superior associa-se aos desafios que esse nível de ensino enfrentou com o passar dos anos, desde o momento de sua criação. Nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990, vem ocorrendo um aumento significativo na demanda por ensino superior no Brasil.

A expansão das universidades brasileiras ao longo dos anos fez com que a oferta de vagas aumentasse substancialmente, principalmente nas instituições particulares de ensino superior. Segundo dados de 2010 do Censo da Educação Superior (MEC, 2012) 88,3% dos estabelecimentos de ensino superior são de natureza privada e apenas 11,7% de natureza pública.

Esse mesmo Censo revela que, entre 2001 e 2009, a taxa de escolarização bruta, que representa o total de matrículas em determinado nível de ensino, saltou de 15,1% para 26,7% no ensino superior, enquanto a taxa líquida, que representa o percentual da população na faixa etária adequada para esse nível de ensino (18-24 anos), passou de 8,9% para 14,4% entre os anos de 2001 e 2009 (MEC, 2012).

Com a expansão do número de vagas e aumento das oportunidades de ingresso no nível superior, principalmente em razão das políticas de acesso e inclusão social em curso, nos últimos anos, a questão da permanência dos estudantes nas universidades tornou-se um tema de grande relevância, já que a democratização do acesso – aqui entendida como uma política (ou conjunto de políticas) que tenha por objetivo tornar o ensino superior acessível a uma maior parcela da população - contribuiu para que alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis e distintas trajetórias educacionais fossem incorporados a um nível de ensino que, até bem pouco tempo atrás, era voltado para as elites.

Uma efetiva democratização do ensino superior requer políticas abrangentes de ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, envolvendo também corpo docente, estrutura física, planejamento adequado, reestruturação do projeto pedagógico dos cursos. Tal contexto demanda também a consolidação de programas eficientes voltados para permanência dos estudantes no sistema escolar de ensino, principalmente aqueles que são provenientes de camadas socioeconômicas mais baixas. A Política de Assistência Estudantil revelou-se, ao longo do tempo, como uma maneira de garantir a permanência dos estudantes com condições socioeconômicas desfavoráveis no ensino superior.

Dessa forma, o primeiro capítulo procura mostrar, através de uma perspectiva histórica, como a assistência estudantil foi, ao longo dos anos, aflorando como um direito social, deixando de ser vista como um “favor”, uma ajuda concedida aos estudantes que dela necessitam.

O panorama das mudanças governamentais, que impactaram o ensino superior, serve de contextualização para que seja possível compreender as políticas públicas atuais em curso na educação superior, capazes de impactar a assistência estudantil, tais como: Programa Universidade para Todos (PROUNI), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre outros, que são apresentados no primeiro capítulo. Esse panorama nos ajuda a compreender o momento atual da assistência estudantil no Brasil.

Posteriormente, são apresentadas as ações estratégicas, propostas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), tendo por base as

pesquisas realizadas pelo órgão, com o intuito de conhecer o perfil dos alunos das IFES, para direcionar e orientar as políticas de assistência nas instituições públicas.

As áreas estratégicas revelam-se como importante medida de combate aos problemas e necessidades, diagnosticados no Perfil Socioeconômico e Cultural das IFES. Com base nos resultados, encontrados nesse perfil, as áreas de atuação das políticas de assistência foram concebidas e incluídas no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujas diretrizes estão no Decreto N° 7234, regulamentado em 19 de julho de 2010, que tem por função regulamentar as políticas de assistência e orientar as IFES na composição de seus programas. As áreas estratégicas, apontadas nesse decreto, são: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL/PNAES, 2010).

Para fins de pesquisa das ações realizadas na UFJF, abrangendo as áreas estratégicas, a investigação concentra-se em algumas áreas, que são saúde (com foco no atendimento psicológico), cultura e esportes. As iniciativas voltadas para o oferecimento de bolsas de auxílio material, como alimentação, transporte, moradia – na UFJF denominada como “manutenção”, pois ainda está em andamento a construção da moradia estudantil - desenvolvidas pela UFJF, são também descritas neste trabalho, mas não são o foco da investigação.

Após apresentação das áreas estratégicas, o trabalho se concentra na Universidade Federal de Juiz de Fora, resgatando, brevemente, a história da criação da instituição e detalhando os números de cursos e vagas, que passaram por grande ampliação nos últimos anos, principalmente após a adesão da instituição ao REUNI.

O considerável aumento no número de vagas oferecidas, e de alunos na instituição, também resultou na ampliação quantitativa de beneficiários do programa de assistência estudantil da UFJF, já que o contingente de acadêmicos que necessitam desse apoio vem apresentando significativo crescimento nos últimos anos, a título de exemplo: dos 763 alunos atendidos pelo programa em 2009, o programa passou a atender, em 2011, 2462 pessoas, nas quatro modalidades de auxílio oferecidas (que passaram a ser cinco, após a inclusão do auxílio creche, em 2012).

Na descrição do programa de assistência estudantil da UFJF, é apresentada a recém criada Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), que atualmente é responsável pela gestão da política em questão. São também elencadas as ações destinadas a promover o acesso ao ensino superior e ao estabelecimento de condições de permanência, além das cinco

modalidades de auxílio oferecidas pelo programa: alimentação, transporte, auxílio-moradia, auxílio-creche e manutenção.

Adicionalmente, é descrita a legislação que rege a política: Portaria Normativa N° 39, de 12 de dezembro de 2007 e Decreto N° 7234, de 19 de julho de 2010, que instituem o Programa Nacional de Assistência Estudantil, além das disposições estatutárias e regimentais da UFJF: Resolução N° 021/99, de 28 de Dezembro de 1999, que estabelece os princípios, objetivos, critérios de seleção, avaliação e permanência dos alunos no Programa de Apoio Estudantil.

Conforme já foi mencionado, neste trabalho são destacadas três áreas estratégicas: cultura, esporte e saúde. A pesquisa em documentos oficiais e a entrevista, realizada com seis atores da UFJF, revelou importantes ações que poderiam ser empreendidas para aprimoramento da política de assistência, oferecida aos estudantes: mapeamento dos setores com os quais a PROAE poderia desenvolver parcerias, com o intuito de ampliar a política, desenvolvendo ações que não se restrinjam à concessão de auxílio material; realização de avaliações da política, com a composição de um perfil próprio dos alunos da UFJF; institucionalização de projetos e/ou parcerias para atendimento psicológico dos alunos; ampla divulgação das ações desenvolvidas pela PROAE.

Também foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, com o intuito de mostrar a experiência de algumas universidades públicas, que possuem ações, projetos e programas abrangentes, no âmbito da assistência estudantil. O resumo dessas experiências, apresentado no capítulo 2, tem o intuito de indicar direções para a proposta de ampliação da política de assistência da UFJF, de forma a abarcar também outras áreas estratégicas, propostas pelo PNAES.

O enfoque nas áreas estratégicas, exibidas no decreto do PNAES, é uma medida importante para a promoção da igualdade de condições entre os alunos, pois o foco no oferecimento de auxílio financeiro pode solucionar a questão da desigualdade econômica, não sendo, porém, tão eficiente para redução de outras formas de desigualdade que se manifestam no acesso desigual à educação, à cultura e à saúde, por exemplo.

Para embasar esse ponto de vista, o referencial teórico aborda a temática da política social e da desigualdade educacional. A assistência estudantil está inserida no campo das políticas públicas sociais, trata-se então de um programa de ação governamental voltado para o propósito de redução das desigualdades sociais.

O referencial teórico do capítulo 2 procura, então, relacionar a política de assistência estudantil à educação, particularmente com as oportunidades sociais que são intermediadas

por meio do sistema escolar, para tanto será traçado um breve panorama sobre a questão das desigualdades educacionais.

Também procura mostrar que cabe à assistência estudantil, enquanto direito social, um importante papel na redução das desigualdades sociais. No sistema escolar, a origem socioeconômica de um aluno pode impactar sua trajetória escolar de distintas maneiras, conforme será abordado no capítulo 2.

Outro aspecto importante a ser tratado é a avaliação de programas sociais, enquanto procedimento estratégico imprescindível para dar transparência às ações públicas e aprimorar uma política, possibilitando modificações em sua formulação e implementação, de forma a atender aos objetivos especificados em cada programa.

O capítulo 2 também procura, assim, descrever e analisar as experiências de dez universidades públicas brasileiras, que possuem ações, projetos e programas nas áreas estratégicas, propostas pelo PNAES. As informações foram recolhidas por meio de pesquisa documental e também no portal eletrônico dessas universidades. Nas dez instituições, essa visão ampla revela-se na tentativa de articulação com outros órgãos, para execução da política, desenvolvendo projetos de forma conjunta que atendam às demandas dos alunos. Também são apresentados alguns projetos desenvolvidos nas áreas de saúde, cultura e esportes.

A pesquisa, realizada no âmbito da UFJF, almejou produzir conhecimentos úteis para aplicação imediata, que possam contribuir com a redução das desigualdades sociais e educacionais, no âmbito da assistência estudantil, enquanto política voltada para permanência dos alunos, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no ensino superior.

Para atender a esse propósito, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, organizada sob a forma de um estudo de caso, que procurou levantar dados sobre um tema pouco explorado na literatura acadêmica, a assistência estudantil. Optou-se pela realização de entrevistas, com roteiro semiestruturado, além de pesquisas bibliográficas e documentais.

Para a realização das entrevistas, foram selecionados seis atores, que atuam na UFJF em diferentes campos multidisciplinares: Pró-Reitoria de Cultura, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Diretório Central de Estudantes (DCE), Clínica de Psicologia Aplicada (CPA), Faculdade de Educação Física e Faculdade de Serviço Social. O propósito foi investigar, por meio de cada entrevista, se havia alguma integração ou relação de cooperação entre a PROAE e outros setores da UFJF e, em caso afirmativo, como funciona essa parceria. Outro objetivo foi colher opiniões e impressões desses atores, a respeito da política de assistência.

Os resultados obtidos apontaram a necessidade de promover uma avaliação sistematizada da política, principalmente no que se refere à obrigatoriedade de participação em projetos por parte dos bolsistas da modalidade “manutenção”. Esses alunos devem desenvolver doze horas semanais em projetos cadastrados na PROAE. Essa questão divide opiniões: alguns acreditam que essa ocupação semanal prejudica a formação dos alunos, enquanto outros entrevistados mencionaram que a experiência adquirida durante a participação nesses projetos pode ser uma oportunidade importante para colocar em prática os conhecimentos adquiridos e obter experiência, participando de projetos de pesquisa e extensão vinculados a PROAE.

Outro desafio mencionado, em relação à participação dos alunos nesses projetos, é o fato de não haver vagas para que todos os alunos desenvolvam atividades relacionadas ao curso superior que cada um realiza. Esse fato gera insatisfação em alguns acadêmicos, e é um dos motivos que leva o DCE a querer extinguir essa contrapartida dos acadêmicos. Por isso, uma das propostas, feita no capítulo 3, envolve o cadastro desses projetos em um sistema eletrônico que a UFJF possui, o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), para que todos os alunos possam conhecê-los, e optar pelo projeto de sua preferência, de forma transparente.

As pesquisas também indicaram que não há um perfil detalhado dos beneficiários da assistência estudantil da UFJF, que permita conhecer e avaliar as reais necessidades dos apoiados, e forneça indicadores para reformulação e implementação de novas ações, uma das propostas do capítulo 3, será então a criação desse perfil.

Também foi detectada a necessidade de um mapeamento, que permita identificar os setores com os quais a PROAE possa estabelecer parcerias, com o intuito de ampliação da política, para realização de ações no campo de cultura e esportes, por exemplo.

Seria também importante institucionalizar projetos e parcerias, para realização de atendimento psicológico dos apoiados que porventura necessitem desse serviço, já que essa é uma importante medida para contribuir com a permanência do aluno no ensino superior, pois pode atuar de forma preventiva, evitando que problemas psicológicos prejudiquem a aprendizagem do aluno e comprometam sua permanência.

Outra proposta, descrita no Plano de Intervenção, presente no capítulo 3, envolve a divulgação das ações realizadas. Seria importante que os alunos apoiados tivessem conhecimento de todos os benefícios e oportunidades oferecidas a eles pelo programa de assistência estudantil.

A pesquisa empreendida neste trabalho é um esforço inicial no sentido de conhecer uma política social, de implementação e regulamentação recentes nas instituições superiores, e efetuar propostas que possam contribuir com a melhoria dessa política, tão importante para elevação da escolaridade da população no Brasil, além do combate a desigualdade.

1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Visando a uma melhor compreensão dos aspectos que envolvem a política de Assistência Estudantil, faz-se necessário entender a trajetória da assistência estudantil no Brasil sob uma perspectiva histórica, fazendo menção aos principais dispositivos legais que foram, ao longo do tempo, fundamentando e apoiando o estabelecimento dessa modalidade de assistência enquanto política pública destinada ao acesso e permanência no ensino superior.

Essa perspectiva histórica faz-se necessária para que seja possível compreender o momento atual da assistência estudantil. Inicialmente considerada como um “favor”, uma ajuda assistencialista concedida aos estudantes que dela necessitavam, essa modalidade de assistência evoluiu ao longo do tempo até que pudesse aflorar como um direito social e de cidadania, estruturada em bases legais e caracterizada como dever do Estado.

Paralelamente, a primeira seção procura tecer uma análise sobre as principais mudanças governamentais, com foco nas políticas públicas voltadas para a educação superior que estão em curso nos últimos anos. Esse panorama é importante para a compreensão do atual contexto presente na instituição foco deste estudo, a Universidade Federal de Juiz de Fora, já que a política de Assistência Estudantil adotada pela UFJF insere-se em um contexto amplo de políticas públicas, que não pode ser dissociado da trajetória política e social pela qual o país e as instituições de Ensino Superior percorreram ao longo dos anos.

Em seguida, o texto é dedicado à descrição e análise das áreas consideradas estratégicas, propostas pelo PNAES, que servem como base para implementação das ações da política de assistência estudantil nas universidades públicas. Pretende mostrar como essas áreas foram concebidas além de assinalar a importância de considerá-las no desenho e implementação das políticas de assistência nas instituições superiores. Nesse plano de ação educacional três áreas estratégicas serão consideradas foco de nosso estudo: cultura, esportes e saúde (física e mental).

Adicionalmente, foi criado um item dedicado à Universidade Federal de Juiz de Fora que procura resgatar brevemente a trajetória histórica de criação da instituição para, posteriormente, detalhar os processos de mudança em curso na universidade. Compreender o contexto e a principal direção que as políticas públicas e processos de mudança vêm tomando na UFJF é essencial para que possamos situar a Política de Assistência ao Estudante em um contexto de reformas mais amplo.

Por fim, o capítulo concentra-se na Política de Apoio Estudantil da UFJF, objeto de estudo deste Plano de Ação Educacional, e procura descrever as ações desenvolvidas pelo programa com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência dos alunos atendidos na UFJF, bem como os principais dispositivos legais que fundamentam e regem essa política. Adicionalmente foi criado um subitem que trata dos programas de bolsas de incentivo à atividade acadêmica e pesquisa na universidade, ressaltando que o foco deste estudo não recai sobre essas bolsas de pesquisa, tendo em vista o fato do critério de concessão não levar em consideração fatores socioeconômicos, fazendo com que elas não estejam situadas dentro do âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A descrição da trajetória política e socioeconômica que marcou a implementação de políticas públicas e reformas educacionais do ensino superior é fundamental para compreensão do contexto atual de democratização e reforma do ensino superior, e como tal cenário articula-se com a necessidade de programas voltados para permanência dos estudantes que ingressam em número cada vez maior no ensino superior público.

Todo esse panorama contribuirá para que se compreenda de que forma as ações da política de apoio ao estudante, desenvolvidas pela Universidade Federal de Juiz de Fora, podem ser ampliadas, aperfeiçoadas e/ou institucionalizadas (oficializadas) de forma qualitativa para atender a uma nova realidade e demanda social, instaurada com os processos de expansão e inclusão social em curso na UFJF, de forma a abarcar também ações no âmbito da cultura, esportes e lazer, acompanhamento/encaminhamento na área de saúde (física e mental) – de forma integrada com outros setores da UFJF.

1-1 A trajetória da política de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior

Primeiramente, cabe destacar que a trajetória histórica da política de assistência nas IFES conjuga-se com a própria história da universidade no Brasil e está intimamente relacionada com o momento social, econômico e histórico pelo qual o país passava quando foram instituídas as principais modificações relativas à progressiva institucionalização dessa política.

A assistência estudantil caracteriza-se como uma política regulamentada recentemente, porém vem sendo executada, em algumas instituições superiores brasileiras, há bastante tempo através de ações isoladas e com recursos escassos. (FONAPRACE, 2001).

Fato que chama atenção na história cultural brasileira é a inexistência, até 1920, de uma universidade no Brasil, tendo sido o país um dos últimos a constituir uma instituição de ensino superior na América Latina (MELO, 2011). Em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, foi instituído o Ensino Superior no país por meio da criação de instituições isoladas. Entretanto, somente em 1920, foi criada a primeira Universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo federal (COSTA, 2010). Nesse contexto de formação e estabelecimento das universidades surgia a primeira prática de auxílio aos estudantes.

A primeira fase da assistência aos alunos ocorreu em uma universidade elitista, que permitia o acesso a apenas um contingente restrito de privilegiados, pois oferecia um número insuficiente de vagas e um processo seletivo altamente competitivo, destinado aos poucos alunos que conseguiam vencer a etapa da escolarização básica. Nesse período, muitas famílias de elevado poder aquisitivo enviavam os seus filhos para cursar o ensino superior em outros países, onde as universidades já estavam consolidadas há mais tempo e contavam com maior tradição no ensino. Nesse contexto, surgia, em 1928, na cidade Francesa de Paris, o que foi considerada a primeira prática de auxílio aos estudantes, “A Casa do Estudante”, estabelecimento destinado ao auxílio de brasileiros que estudavam em Paris e tinham dificuldade em fixar residência no local (COSTA, 2010). Ainda segundo a autora, no ano de 1930, A Casa do Estudante fixou-se na cidade do Rio de Janeiro, onde passou a abrigar diversos serviços destinados a estudantes carentes, como: restaurante popular, residência estudantil, biblioteca, entre outros. Posteriormente, após 1937, esse estabelecimento tornou-se sede administrativa da União Nacional dos Estudantes (UNE), que passou a controlar os serviços de assistência ao estudante que eram oferecidos no local.

A primeira tentativa legal de reconhecimento da assistência estudantil no Brasil foi estabelecida na Constituição da República, de 16 de julho de 1934, e previa a destinação de parte dos recursos patrimoniais territoriais da União para auxílio a “alunos necessitados”. Esses recursos eram compostos, segundo texto Constitucional, por um Fundo Especial, conforme discriminado no § 1º do Art. 157 e deveriam ser aplicados exclusivamente em obras educativas.

Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas (BRASIL, 1934).

Nesse momento, o ensino superior ainda estava se organizando no Brasil, e os investimentos em assistência estudantil tratavam-se, na verdade, de tentativas de acomodar os alunos de forma satisfatória nas cidades universitárias que estavam sendo construídas (COSTA, 2010).

A Constituição de 1934 estabelece a educação como direito de todos (Art. 149), ratificado doze anos mais tarde, em 18 de setembro de 1946, pela promulgação da Constituição de 1946 que, em seu Art. 166, mais uma vez reconhece a educação como um direito de todos a ser oferecida “no lar e na escola”. A mesma Constituição estabeleceu, em seu artigo 172, que cada sistema de ensino deveria oferecer, obrigatoriamente, “serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946). No entanto, segundo Teixeira (2009), nessa época, a assistência estudantil ainda era entendida como uma ajuda, uma colaboração aos necessitados, oferecida pelo governo, não sendo entendida como direito dos alunos. Sua prática ainda era incipiente e marcada pela descontinuidade e escassez de recursos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de Dezembro de 1961, estabelecia a assistência como direito, através do Art. 90:

TÍTULO XI

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos (BRASIL, 1961).

Apesar de ter sido reconhecida como direito, na prática a assistência estudantil não se efetivou. Segundo Paviani e Pozenato (1984) *apud* Gonçalves (2011),¹ no ano de 1967, esse

¹ PAVIANI, Jayme; POZENATO, José C. **A Universidade em Debate**. Caxias do Sul, RS. Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

direito se manteve apenas em nível normativo, na prática foi reduzido pela hostilidade da ditadura com a categoria estudantil.

Em 26 de novembro de 1968, em pleno o período da ditadura militar no Brasil, a Lei 5540 de Reforma Universitária foi promulgada. Segundo Chaddad (2010), esse período foi caracterizado pela expansão do capitalismo monopolista² e pela necessidade de mão-de-obra tecnicamente qualificada para os processos industriais em expansão. Por um lado os estudantes reivindicavam maiores oportunidades de acesso ao nível superior de ensino, por outro, os professores lutavam pela autonomia universitária e pelo aumento de verbas para desenvolver pesquisas. A necessidade do governo de modernização das universidades para atender a uma demanda de formação de recursos de alto nível para a economia capitalista, que começava a desenvolver-se no Brasil, e a reivindicação dos atores sociais com diferentes interesses relativos a essa modernização, culminou com a reforma universitária de 1968. Essa reforma é importante para compreensão das origens do processo de expansão de vagas nas IFES que começou a modificar o perfil dos alunos ingressantes nessa modalidade de ensino, já que, progressivamente, a classe média começava a pleitear o ingresso nos cursos superiores.

Cabe destacar, no entanto, que, após o ano de 1960, a expansão do número de matrículas foi marcada pela emergência do setor privado, que concentrou grande parte da oferta de vagas, conforme Neves (2009):

Na primeira fase da expansão observa-se que a matrícula, que em 1960 era de 93.000 estudantes, concentrava-se no setor público com 55,9% do total. Em 1970, a matrícula saltou para 425.478 estudantes. Desse total, 49% estavam no setor público. Já em 1975, a matrícula alcançou o número de 1.072.548 estudantes, com cerca de 62% das matrículas no setor privado (NEVES, 2009, p. 4).

Dessa forma, é possível perceber que ainda havia uma grande demanda por vagas no setor público de ensino superior. O número restrito de vagas nas IFES, o custo das mensalidades nas instituições particulares, com as quais uma parcela da população com condições socioeconômicas mais baixas não podia arcar, somados a falta de políticas públicas de inclusão social destinadas ao acesso e à permanência, ainda afastavam um imenso número de jovens, principalmente das classes sociais mais desfavorecidas, das universidades.

² Partindo de uma definição simples e geral, o capitalismo monopolista pode ser conceituado como um sistema em que há a centralização e concentração de capital e no qual empresas monopolistas têm poder de influenciar o mercado (JOSÉ; GAMBI, 2012).

Um marco importante para a assistência estudantil foi a criação, pelo Governo Federal, em 1970, do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE). Este órgão, que estava vinculado ao MEC, tinha o objetivo de manter uma Política de Assistência ao Estudante Universitário em nível nacional, priorizando os programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica, tendo sido posteriormente extinto, sob a justificativa de gerar altos gastos (TEIXEIRA, 2009).

Após a ditadura, a assistência estudantil é marcada por uma nova fase. Os problemas decorrentes da expansão de vagas, e a necessidade de promover uma maior democratização no acesso à educação, geraram discussões relativas ao acesso e permanência dos jovens de camadas sociais mais baixas nas universidades públicas.

Fruto dessas discussões, no ano de 1987, surge um importante ator no processo de luta em prol das políticas de assistência estudantil: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), órgão assessor da Associação de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), que congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IES públicas do Brasil (ANDIFES, 2012).

Segundo o jornal número 5 do FONAPRACE, publicado em Abril de 2001, o fórum foi criado “com o objetivo de se constituir espaço para a troca de experiências entre as IFES, bem como o apontamento de diretrizes nacionais para o desenvolvimento de programas sociais e culturais voltados para as comunidades universitárias”. Ainda segundo o jornal, desde sua criação o FONAPRACE “desempenha um importante papel na produção de documentos, levantamentos de dados e pesquisas, que tem enriquecido o debate e trazido luz a questões polêmicas como a assistência estudantil e comunitária” (FONAPRACE, 2001).

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, caracterizou-se como marco histórico em relação aos direitos sociais e políticos do cidadão. Nas palavras de Schwartzman (2001), a Constituição de 1988 estabelece a noção de que, além dos direitos políticos, os cidadãos brasileiros também têm direitos sociais, que incluem o direito ao emprego e à educação e também o direito ao atendimento, pelo setor público, de suas necessidades na área da saúde e seguridade social. Em relação à educação, segundo Simon Schwartzman (1988), a Nova Constituição consagrou, pela primeira vez, o princípio da autonomia universitária plena, além de incluir preceitos de garantia da qualidade do ensino, gestão democrática, regime jurídico único e plano de carreira para o magistério público, gratuidade do ensino público, acesso universal, e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Na Constituição Federal de 1988 a educação compõe os direitos sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

No Art. 205, a educação é estabelecida como “direito de todos e dever do Estado e da família” e visa “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A Constituição também possibilitou avanços no sistema de ensino superior, ao prever a garantia da autonomia universitária, bem como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207, BRASIL, 1988). Já no inciso V, do Art. 208, é garantido o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, **segundo a capacidade de cada um**” (BRASIL, 1988, grifo nosso). Nesse ponto, cabe citar a análise de Simon Schwartzman, feita após a promulgação da constituição de 1988. Segundo o autor, essa legislação deveria considerar o fato de haver, na época de sua promulgação, uma tendência universal à ampliação dos sistemas de ensino superior, em função dos estudantes que concluíam as escolas secundárias e também da população fora da faixa etária adequada que desejava ingressar no nível superior para melhorar seus conhecimentos, seguir novas carreiras, obter novos títulos. Dessa forma, o princípio constitucional que prevê o acesso “segundo a capacidade de cada um” ignora o fato de que essa noção de capacidade muitas vezes é determinada em função das oportunidades e condições de estudo as quais os indivíduos estão submetidos (SCHWARTZMAN, 1988).

No Art. 206 (Inciso I), da Constituição Federal de 1988, é estabelecida a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, ainda que o atendimento ao educando, através de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde, fosse garantido pelo Estado apenas na Educação Básica (conforme atesta o Inciso I do Art. 208, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

A partir da Constituição Federal de 1988, em um momento marcado pela redemocratização do país, iniciou-se um amplo debate e um processo de implementação de políticas e ações educacionais que visavam à ampliação dos mecanismos de acesso e permanência, inclusive na educação superior.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 3º, inciso I, ratifica a igualdade de condições para o acesso e

permanência na escola, o que vem a confirmar o status de direito da assistência estudantil - apesar de não ser considerado como dever legal do Estado provê-la na educação superior.

Em 09 de janeiro de 2001, foi aprovada a Lei Nº 10172, que promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE). Esse plano estabeleceu algumas ações relevantes no que se refere à assistência estudantil, como a previsão de bolsa-trabalho ou outros programas voltados para estudantes que demonstrassem bom desempenho acadêmico:

33. Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos.

34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (PNE, BRASIL, 2001).

A inclusão da assistência estudantil no PNE contribuiu para que os problemas relativos ao acesso e permanência no ensino superior entrassem para a agenda governamental e se tornassem alvo de políticas públicas.

Entre os anos de 1995 e 2002, o Brasil era presidido por Fernando Henrique Cardoso. Segundo Paula (2011), durante esse período foram implementados programas, projetos e ações que tiveram significativo impacto no processo de reconfiguração da educação superior do Brasil, com destaque para a expansão desse nível de ensino por meio da ampliação de cursos e programas em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

A política para educação superior, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, pautou-se pela diversificação e diferenciação das instituições e da oferta de cursos em nível superior, o que resultou na criação de formatos institucionais diferenciados (coexistência de centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, institutos superiores de educação); pela expansão acelerada de vagas (especialmente nas IES do setor privado) e pela configuração e implementação de um amplo sistema de avaliação, por meio de testes padronizados³. O período foi marcado também pela redução dos recursos dos fundos públicos para manutenção e desenvolvimento das instituições federais (DOURADO, 2003).

Ao longo de um curto período de três anos de mandato, o processo de diversificação e diferenciação das IES abriu precedentes para criação de 50 Centros Universitários, 49 deles

³ Em 1995 foi criado o Exame Nacional de Cursos (Provão), que permitiu o estabelecimento de um *ranking* entre as IES e os cursos oferecidos. Os resultados do exame eram baseados exclusivamente no desempenho dos alunos em uma prova, aplicada aos formandos dos diferentes cursos de graduação. O sistema de avaliação foi utilizado entre os anos de 1996 – 2003 (GOMES, 2011).

de natureza privada. Cabe destacar que a maior parte das instituições criadas no período não mantinha atividade sistemática de pesquisa (LEHER, 2003). O objetivo do governo, conforme afirma Gomes (2011), era promover uma expansão acelerada do sistema de ensino superior, atendendo à demanda por esse nível sem, no entanto, promover uma ampliação dos recursos.

Esse período também foi caracterizado pela diminuição de recursos humanos e financeiros (redução do quadro de técnicos e professores, dificuldade de manutenção de prédios, bibliotecas e laboratórios) (GOMES, 2011). Para esse autor “a crise financeira das universidades federais foi uma realidade inquestionável no período 1995- 2002”. O orçamento, destinado às instituições superiores públicas, sofreu uma redução de R\$ 6,69 bilhões, em 1995, para R\$ 4,96 bilhões, em 2001, apesar do crescimento na oferta de vagas em cursos de graduação (GOMES, 2011, p. 163).

O período compreendido entre 1998 e 2004 também foi marcado por uma acelerada expansão do ensino superior privado, que teve início no governo presidido por Fernando Henrique Cardoso e prosseguimento no mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Segundo dados disponibilizados pelo Censo da Educação Superior 2010 (BRASIL, 2012), entre os anos de 2001 e 2010, houve pouca variação no total de IES privadas (em 2010, essas instituições correspondiam a 88,3% do total). No entanto, apesar desse caráter preponderantemente privado da expansão do ensino superior, cabe ressaltar que, entre 2001 e 2010, houve um crescimento significativo no número de matrículas nas IES federais e estaduais (85,9% e 66,7%, respectivamente). Apesar desse aumento considerável, as instituições privadas ainda são responsáveis por 74,2% das matrículas nos cursos de graduação. (BRASIL, 2012).

O plano de ação empreendido no governo de Luís Inácio Lula da Silva envolvia reestruturação, desenvolvimento e democratização e foi marcado pela promoção de medidas voltadas para ampliação do acesso ao ensino superior (PAULA, 2011). Durante esse período, o governo federal empreendeu diversas ações destinadas à promoção do acesso a esse nível de ensino, através de políticas de inclusão social amparadas no princípio da equidade. Entre elas, cabe destacar: o PROUNI (Programa Universidade para Todos) destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior; a ampliação do sistema de crédito educativo FIES (Programa de Financiamento Estudantil), por meio do qual estudantes que não têm como arcar integralmente com as despesas de sua formação em instituições privadas recebem um financiamento para quitar quando concluírem seus estudos; além das políticas de reservas de

vagas no vestibular (ações afirmativas) para alunos oriundos de escola pública ou negros e pardos, adotadas em algumas IFES brasileiras (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011).

O PROUNI possibilitou a concessão de bolsas integrais ou parciais em universidades privadas. Essas bolsas são destinadas aos jovens com renda per capita familiar de até três salários mínimos. Segundo Baldijão e Teixeira (2011), no ano de 2011, o programa contava com 750 mil bolsistas, sendo 70% deles com bolsa integral. Para os autores Paula e Lamarra (2011), embora o PROUNI tenha concedido um número significativo de bolsas, promovendo uma maior democratização do acesso, a proposta pode representar um aprofundamento da privatização do sistema de ensino superior, uma vez que, o programa funciona por meio da renúncia fiscal por parte das IES privadas em troca de vagas ociosas nos cursos dessas instituições, que são destinadas aos alunos carentes. Cabe destacar que, o número de vagas ociosas nas IES privadas é bem significativo, segundo dados do Censo Superior de 2008 (BRASIL, 2009), o percentual de concluintes das instituições privadas representava 55,3% (nas instituições federais o total é de 67%), no ano de 2008, e que esse percentual sofreu pouca variação entre 2002 e 2008, o que pode representar uma taxa mais alta de evasão e abandono, durante a graduação, nessas instituições.

Dentre as mudanças empreendidas na educação superior, no período, também cabe destacar ações como: adoção do Exame Nacional de Cursos (ENEM) como forma de ingresso em algumas universidades e a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão nas Universidades Federais (REUNI) (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011).

O REUNI foi instituído em 2007 e prevê, principalmente: aumento das vagas de ingresso nas instituições públicas (especialmente em cursos noturnos); redução das taxas de evasão e ocupação das vagas ociosas; reestruturação acadêmico-curricular; renovação pedagógica; articulação da graduação com a pós-graduação; ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (definidas como compromisso social) (BRASIL, DECRETO Nº 6096, 2007). O REUNI integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e expressa o interesse em promover uma reforma do Ensino Superior por meio de uma expansão qualitativa e quantitativa. É um programa de adesão voluntária por parte das IFES, cabendo ao conselho universitário de cada instituição a decisão de aderir ou não. O principal objetivo declarado é ampliar o acesso e permanência na educação superior com o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país (MEC, 2012).

Uma das metas do REUNI inclui a elevação gradual da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18 (BRASIL, DECRETO Nº 6096, 2007). Segundo Paula (2011, p. 81) essa elevação faz

com que a relação de alunos por professor dobre, podendo levar à precarização das condições de ensino, já que o aumento do número de professores pode não ser proporcional ao aumento de vagas para alunos, disponibilizadas nos cursos, o que geraria uma grande desproporção entre a expansão das matrículas e o número de docentes exercendo a função nas IFES. Chaves e Mendes (2009) também argumentam que a expansão pode estar ocorrendo, em muitos casos, sem que haja garantia de estrutura física, recursos humanos e financeiros adequados, capazes de fornecer suporte a uma expansão com qualidade. Em que pesem as discussões a respeito do REUNI, as IFES passam a receber um aumento nos recursos de custeio e de pessoal na ordem de R\$ 5 bilhões, em cinco anos (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011).

Nos últimos anos, a educação a distância também passou por significativo incremento, notadamente a partir de 2004. Nas IFES foi criado, em 2005, pelo Ministério da Educação (MEC), o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) com o objetivo de estimular a criação de um sistema nacional de educação superior, que estivesse presente em um maior número de municípios. Tratava-se de uma tentativa de expansão e interiorização da oferta de cursos superiores no país por meio da educação à distância. (GOMES, 2011)

No que tange à questão do acesso e permanência, as discussões a esse respeito ganharam força e respaldo legal com a instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2007, regulamentado em 19 de julho de 2010 pelo Decreto de Nº 7234, vindo a tornar-se um importante marco histórico para a assistência estudantil no Brasil.

Desde 2008, o PNAES está em vigor como Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC), e em 2010, foi transformado em decreto. Esse programa busca, em linhas gerais, fornecer subsídios para permanência nos cursos de graduação de alunos de baixa renda. Procura estabelecer uma ligação entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e apoio ao estudante, visando contribuir para que haja melhor desempenho acadêmico do aluno atendido, evitando também a repetência e evasão. (BRASIL/PNAES, 2010). Essa vinculação com a pesquisa e extensão, segundo o FONAPRACE, faz-se necessária para que os programas de assistência não incorram no mero assistencialismo.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:
I - moradia estudantil;
II - alimentação;
III - transporte;
IV - atenção à saúde;
V - inclusão digital;
VI - cultura;
VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico;

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL/PNAES, 2010).

Tal qual define o FONAPRACE, em sua proposta para o PNAES: “[...] As propostas que mais uma vez encaminhamos dizem respeito a uma política que possa assegurar ao estudante sua permanência na Universidade e com isso, possibilitar melhor desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, melhor qualificação” (FONAPRACE, 1993, p. 161).

É importante destacar que o PNAES também prevê a liberação de recursos governamentais às IFES, especialmente destinados aos programas de Assistência Estudantil. A partir de 2009, a liberação desses recursos passou a ser feita diretamente no orçamento das IFES (FONAPRACE, 2012). Segundo Peixoto (2011, p. 240), o PNAES é executado por meio do Fundo para Assistência Estudantil, composto pelo equivalente a 10% do orçamento anual (excluída a rubrica de pessoal) que as IFES recebem do Tesouro Nacional. Abaixo segue um quadro com o montante de recursos repassados às universidades públicas entre 2009 e 2012:

Tabela 1– Recursos do PNAES Repassados para as IFES

Montante dos Recursos Repassados às Instituições Federais Para Assistência Estudantil				
ANO	2009	2010	2011	2012
TOTAL	R\$ 203 milhões	R\$ 304 milhões	R\$ 400 milhões	R\$ 504 milhões

Fonte: Adaptado pela autora a partir de dados disponibilizados pelo FONAPRACE (2012)

Dados do Censo Escolar da Educação Superior, de 2010, apontam para a expansão do atendimento no nível superior de ensino. Entre os anos de 2001 a 2009, a taxa de escolarização bruta passou de 15,1% para 26,7% e a taxa líquida (jovens entre 18 e 24 anos) saltou de 8,9% para 14,4% no mesmo período (MEC, 2010). Apesar do avanço na taxa de escolarização, vale ressaltar que o PNE de 2001 estabelecia como meta, o atendimento de 30% da população nessa etapa de ensino, com idade entre 18 e 24 anos, até o ano de 2011.

A meta nº 12 do Projeto de Lei Nº 8.035 (PNE 2011-2020) prevê a elevação da taxa bruta de matrícula para 50% e taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, no ensino superior, assegurando a qualidade da oferta (Congresso Nacional, PROJETO DE LEI Nº 8035). Para atingir esse patamar, o plano prevê algumas estratégias, dentre as quais cabe destacar: a ampliação da oferta de vagas; elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais das IFES para 90%; fomento da oferta de educação superior pública e gratuita; expansão do financiamento estudantil (FIES); ampliação da participação de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive por meio de políticas afirmativas. Prevê também como estratégia a ampliação “por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico” (Congresso Nacional, PROJETO DE LEI Nº 8035).

Em um nível de ensino no qual se pretende promover uma ampla democratização do acesso, conforme se observa pelo que foi disposto na meta nº 12 do Projeto de Lei do PNE 2011-2020, a assistência estudantil assume um caráter fundamental. Ao conceder o acesso a camadas sociais com condições socioeconômicas desfavoráveis torna-se crucial o estabelecimento de políticas eficientes de assistência que tornem possível a permanência desses alunos nas IFES, destacando-se também a importância da articulação assistência com ensino/pesquisa, como propõe o PNAES. Além de conceder acesso, é importante investir na permanência, para combater a evasão e promover a elevação das taxas de conclusão. Nesse caminho, muitos desafios se instauram, como a necessidade de democratizar o ensino superior assegurando, ao mesmo tempo, a qualidade.

Conforme já foi destacado nesse item, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987, constituiu-se, ao longo dos anos, como importante ator no processo de luta e articulação da política de assistência estudantil nas diversas IFES. A partir do momento de sua criação, ficou responsável por discutir, elaborar e propor ao Ministério da Educação (MEC) a política de Promoção e Apoio ao Estudante (FONAPRACE, 2012).

Entre as principais conquistas desse órgão destaca-se a transformação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em Decreto, no ano de 2010, e a obtenção da liberação de recursos do PNAES feita diretamente às IFES para manutenção de suas políticas de assistência. Ressaltando que, antes da destinação específica de recursos para essa política,

as universidades, de modo geral, mantinham a assistência estudantil com recursos próprios, oriundos das chamadas taxas acadêmicas, pagas pelos estudantes (exemplo da matrícula) recursos esses que eram insuficientes para manutenção da política (FONAPRACE, 2012).

No próximo subitem procuramos destacar as áreas de atuação estratégica propostas pelo PNAES, que atualmente servem como base para implementação das ações das políticas de assistência estudantil nas universidades públicas, mencionando as principais diretrizes norteadoras e recomendações do FONAPRACE para sua efetivação.

Cabe destacar que as ações no âmbito da Política de Assistência aos discentes não podem limitar-se ao combate à pobreza, por meio de programas que busquem apenas fornecer condições de subsistência, sem atentar para outras formas de vulnerabilidade social⁴. Conforme afirmam Moraes e Lima (2011), o viés assistencial de combate à pobreza, como função específica e prioritária de atendimento às necessidades dos discentes, tende a descaracterizar a assistência como direito social, inserindo-a no campo da filantropia, caridade institucionalizada, despolitizando-a, portanto.

Adotando essa concepção norteadora, serão descritas, a seguir, as ações estratégicas e a forma como foram concebidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.

1.1.1 As Ações Estratégicas da Assistência Estudantil no Âmbito do PNAES

No ano de 1996, o FONAPRACE coordenou a organização de uma pesquisa que procurava traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos alunos de graduação das Universidades Federais. Foram aplicados questionários aos acadêmicos das instituições públicas, que buscavam diagnosticar o perfil dos alunos de graduação, em aspectos relativos aos recursos financeiros, raça, trabalho, escolaridade dos pais, participação em manifestações artísticas, culturais e políticas, tipo de moradia, domínio de línguas estrangeiras, entre outros itens. O objetivo desse instrumento de pesquisa era atuar como diretriz norteadora para definição de programas e projetos de assistência eficazes, no sentido de atendimento às reais demandas dos estudantes, apoiando o debate, a formulação e a implementação de uma política social destinada a garantir a permanência dos alunos na graduação. Os resultados do I Perfil

⁴ Moraes e Lima (2011) utilizam o termo vulnerabilidade social, aqui reproduzido, como expressão abrangente com o objetivo de incluir não apenas indivíduos em situação de vulnerabilidade financeira, mas todos aqueles em situações de risco, tais como: famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; exclusão pela pobreza; uso de substâncias psicoativas, entre outras.

Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das IFES serviram de base para elaboração do Programa Nacional de Assistência Estudantil, construído também por meio de debates ocorridos no âmbito do fórum, além de procurar atender às principais reivindicações de estudantes e outros setores da comunidade universitária (FONAPRACE, 2012).

Para atualizar o Programa Nacional de Assistência, foram realizadas mais duas pesquisas do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes, de forma a obter um diagnóstico mais recente da realidade estudantil: uma no ano de 2004 e outra em 2010. A tabela abaixo foi construída com o objetivo de resumir alguns dados encontrados na última pesquisa realizada:

Tabela 2 – Alguns Resultados do III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das IFES

	RESULTADOS
RENDA	- 37,6% dos estudantes trabalham - 41% das famílias recebem até três salários mínimos
IDADE	- 73,7% dos estudantes são jovens (na faixa de 18 a 24 anos)
RAÇA/COR	- 8,7% dos estudantes são negros; 40,8% são pardos; 54% são brancos.
ESCOLARIDADE	- 60% dos pais e 68% das mães dos estudantes possuem pelo menos o Ensino Médio Completo - 45% cursaram todo o Ensino Médio em Escola Pública
ENGAJAMENTO EM AÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	- 25,53% dos estudantes relataram nunca participar de atividades artísticas e/ou culturais; 56,51% o fazem ocasionalmente.
SAÚDE (FÍSICA E MENTAL)	- 41,7% dos estudantes utilizam a rede pública de saúde - 32,4% dos estudantes não praticam nenhuma atividade física - 47,7% relataram ter vivenciado crise emocional nos últimos doze meses - consumo de substâncias psicoativas: 14% declararam fazer uso frequente de álcool, 14% tabaco e 6% drogas ilícitas - 29% dos estudantes relataram já ter buscado atendimento psicológico

Fonte dos dados: Adaptado pela autora com base nos dados ANDIFES (2011)

É importante destacar que os indicadores expressos na pesquisa sofrem variação segundo o grupo socioeconômico ao qual o aluno pertence. O FONAPRACE utiliza, para classificação econômica, os critérios definidos pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), que elaborou o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) que divide a população em segmentos denominados A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. A classificação é realizada a partir do levantamento de características domiciliares (presença e quantidade de alguns itens domiciliares de conforto e grau de escolaridade do chefe de família). (ABEP, 2012).

Em cada item da pesquisa os resultados são expressos para cada segmento econômico (A1, A2, B1...), sendo que o “A1” representa o grupo com maiores privilégios econômicos e familiares com maior grau de escolaridade, e o “E” representa o segmento mais baixo nessa escala econômica. Para cada item do questionário da pesquisa do III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das IFES foi atribuída uma porcentagem, para cada segmento econômico, e os resultados (expressos na tabela 2) foram obtidos com base na média geral.

Os resultados expressos nessa pesquisa revelaram grandes variações entre os diversos segmentos econômicos, o que trouxe à tona como a desigualdade socioeconômica pode afetar diversos aspectos da vida do estudante. Segundo Finatti e Alves (2008, p. 199) “as desigualdades se manifestaram no nível cultural da família, na trajetória escolar até o segundo grau, na qualidade de vida, na forma desnivelada de acesso a serviços e bens de cultura”. Ainda, segundo as autoras, com base nos resultados da pesquisa, foram identificados temas de saúde considerados desafiadores (segundo a faixa etária dos jovens), tais como: prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, necessidade de intervenções em saúde mental, dependência química e programas de prevenção em saúde oral.

Os resultados do Perfil dos alunos das IFES foram fundamentais para definição das áreas de atuação das políticas de assistência estudantil, expressas no Artigo 3º, § 1º, do Programa Nacional de Assistência Estudantil: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL/PNAES, 2010). O quadro 1, a seguir, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, com base nas áreas de atuação definidas pelo PNAES, apresenta as áreas e linhas temáticas que atualmente são consideradas estratégicas para o desenvolvimento de uma política efetiva de assistência estudantil, além de apresentar sugestões a respeito dos órgãos que deverão estar envolvidos em sua execução:

Quadro 1 – Ações Estratégicas (PNAES)

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia - Alimentação - Saúde (Física e Mental) - Transporte - Creche - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Estágios Remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - Fomento à Participação político-acadêmica - Acompanhamento Psicopedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão - Órgãos Públicos e entidades com fins sociais
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura. - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho. - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde e Sexualidade - Dependência Química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.

Fonte: FONAPRACE (2012, p. 69)

Não desconsiderando nem desmerecendo a importância de outras áreas, esse plano de ação enfocará três áreas estratégicas: esporte; cultura e saúde.

Após apresentação dos principais fatores históricos que determinaram a situação atual da política de assistência estudantil, bem como as áreas estratégicas que devem ser priorizadas na concepção e implementação das ações dessa política, será apresentado o próximo item, que enfoca especificamente a Universidade Federal de Juiz de Fora e procura traçar um histórico dessa instituição para, posteriormente, descrever como estrutura-se o Programa de Apoio Estudantil da instituição, foco deste Plano de Ação Educacional.

1.2 A Universidade Federal de Juiz de Fora

O enfoque recai, neste momento, na Universidade Federal de Juiz de Fora. O primeiro subitem resgata brevemente a história da criação da instituição, para, posteriormente, detalhar os números da expansão ocorrida no número de cursos e vagas oferecidas, principalmente após a adesão da UFJF ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tal contextualização faz-se necessária para que possamos compreender como as políticas educacionais do ensino superior refletiram-se na instituição e contribuíram para alterações no Programa de Assistência Estudantil, que ao longo dos últimos anos, passou a atender um contingente maior de alunos.

As mudanças políticas, em curso nos últimos anos nas IES, foram fundamentadas em uma tentativa de democratizar o acesso ao ensino superior, por meio de um programa de expansão, reestruturação dos cursos, além do destaque para ações destinadas a ampliação do acesso e permanência dos alunos nas instituições superiores. Para a promoção de uma efetiva democratização é fundamental investir não só no acesso dos alunos a esse nível de ensino, mas promover condições de inserção mais favoráveis para os acadêmicos de origem popular e que muitas vezes possuem trajetórias educacionais marcadas por lacunas na etapa da educação básica.

Posteriormente, será apresentada a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora, procurando descrever as ações desenvolvidas pelo programa, que tem por objetivo ampliar o acesso e permanência no ensino superior, através do atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, resgatando parte da trajetória dessa política e os principais dispositivos legais que a fundamentam e regem.

Adicionalmente, foi criado um subitem que trata dos programas de bolsas de incentivo à atividade acadêmica e pesquisa na universidade.

1.2.1 Histórico e Evolução

A Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada pela Lei n° 3858, de 26 de Dezembro de 1960, por ato do presidente Juscelino Kubitschek. É considerada uma Instituição Federal de Ensino Superior, e está sediada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Destaca-se como polo científico e cultural em meio a uma região composta por 2,5 milhões de habitantes no Sudeste do Estado de Minas Gerais (MEC/UFJF, 2012).

Para compreendermos a fundação dessa universidade pública na cidade de Juiz de Fora cabe retornar ao final do século XIX, a partir de 1890, quando começaram a surgir na cidade algumas escolas superiores que inicialmente possuíam caráter confessional. A história da UFJF inicia-se com a criação de cursos superiores isolados a cargo de instituições religiosas, como o Granbery (atualmente Instituto Metodista Granbery) pertencente à Igreja Metodista Norte Americana, e fundado em 1890, e a Academia de Comércio, fundada em 1894 e administrada inicialmente por empresários católicos e, posteriormente, por padres da Congregação do Verbo Divino. As duas instituições foram responsáveis pela criação dos cursos de Farmácia, Odontologia, Direito e Engenharia, já nos anos iniciais do século XX (YAZBECK, 1999).

Ainda no início do século XX, as escolas superiores, que eram recém-formadas, desvincularam-se das instituições religiosas e tornaram-se cursos laicos. Em 1913, foi fundada, de forma independente, a Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, em 14 de dezembro do mesmo ano a Escola de Direito e, em 1914, a Escola de Engenharia (YAZBECK, 1999).

Em 7 de dezembro de 1889, ocorreu a primeira tentativa de criação de uma universidade na cidade, por meio de reuniões promovidas por educadores e empresários. Porém, a concretização dessa ideia só se deu em 23 de dezembro de 1960, com a agregação dos estabelecimentos e cursos isolados existentes na cidade, que nessa época já se encontravam reconhecidos e federalizados, e consequente fundação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os primeiros cursos oferecidos foram: Engenharia, Medicina, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia, e, posteriormente, foram também vinculados os cursos de Geografia, Letras, Ciências Biológicas, Filosofia, Ciências Sociais e História (UFJF/SEAVI,

2012), que antes estavam a cargo da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora (FAFILE), que havia iniciado suas atividades em 1945, como instituição Católica.

No ano de 1969, foi construída a Cidade Universitária que, na década de 70, após a Reforma Universitária de 1968, passou a contar com três institutos: Instituto de Ciências Exatas, Instituto de Ciências Biológicas e Instituto de Ciências Humanas e Letras. Já em 1999 foi criado o Centro de Ciências da Saúde, que abrigou os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina (MEC/UFJF, 2012).

Segundo dados, compilados no segundo semestre de 2012, o campus da UFJF conta com 18 unidades acadêmicas que oferecem 53 cursos e habilitações, que somados atendem 14.751 alunos de graduação (UFJF/CDARA, 2012). São oferecidos também mais de 40 cursos de especialização, MBA e residência, 31 cursos de mestrado e 14 de doutorado, totalizando, em média, 3000 alunos nos cursos *lato sensu* e 1609 na pós-graduação *stricto sensu* (conforme Tabela 3, abaixo), além de possuir também, em média, 1250 alunos matriculados no Ensino Fundamental e Médio (modalidades oferecidas pelo Colégio de Aplicação João XXIII). A instituição conta também com 07 cursos de graduação e 06 de pós-graduação *lato sensu* de educação à distância, que são oferecidos por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), e estão espalhados por 26 Polos de Apoio Presencial. Em 2012 a UFJF também instituiu um campus avançado na cidade de Governador Valadares, Minas Gerais, que inicia seu funcionamento com 09 cursos: Medicina, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Direito, Economia, Administração e Ciência Contábeis.

Tabela 3: Total de Cursos e Alunos Matriculados na UFJF

Total de Cursos e Alunos Matriculados – Graduação e Pós-Graduação					
Graduação		Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>		Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	
Total de cursos/habilitações	53	Total de cursos/habilitações	40	Total de cursos/habilitações	45
Número de Alunos Matriculados	14.751	Número de Alunos Matriculados	3.000	Número de Alunos Matriculados	1.609

Fonte: Adaptada pela autora a partir de dados fornecidos pela CDARA/UFJF (2012)

No total, a UFJF possui, em média, 23 mil alunos (sendo mais de 14 mil na graduação presencial). Esse número se expandiu bastante ao longo dos últimos anos (em 2009 a universidade possuía 12.861 alunos na graduação, número que saltou para 14.751 em 2012)

(UFJF/CDARA, 2012), principalmente após a adesão da universidade, em 2008, ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto Presidencial N° 6096, e 24 de Abril de 2007.

A Universidade Federal de Juiz de Fora previa para o quadriênio 2008-2012 um grande processo de expansão e reestruturação. Como resposta ao REUNI foram contratados, durante os últimos anos, diversos profissionais docentes e técnico-administrativos para atuarem na instituição, construídas novas instalações, adquiridos novos equipamentos e instituídos 27 novos cursos e habilitações, dentre os quais estão os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design, Ciências Humanas e Ciências Exatas, Engenharia Computacional, Engenharia Mecânica, Engenharia Sanitária e Ambiental, Engenharia Elétrica, Nutrição, Música, Sistemas de Informação e Ciências Contábeis. Entre o período de 2008 e 2011 também foi realizada uma ampliação de 64% no número total de vagas disponíveis para ingresso nos cursos de graduação, através da criação de 1355 novas vagas, em relação ao total disponível em 2008, que era de 2140 vagas.

Tabela 4 – Evolução no Número de Vagas Ofertadas para Ingressantes

Cursos de Graduação Presenciais – Vagas Ofertadas para Ingressantes				
2007	2008	2009	2010	2011
2126	2140	2496	3028	3495

Fonte: Adaptado pela autora a partir de dados disponíveis em <www.vestibular.ufjf.br>

As atividades de extensão, coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão, responsáveis pela integração entre ensino, pesquisa e a sociedade, ou articulação da universidade com os diversos segmentos sociais, também tiveram um considerável aumento. Atualmente estão cadastrados 377 projetos (no ano de 2007 eram 266 projetos desenvolvidos) (UFJF/PROEX, 2012).

Durante os últimos anos, em resposta à ampliação do número de vagas, a Política de Assistência ao Estudante da Universidade Federal de Juiz de Fora também passou por um período de grande aumento no número de bolsas concedidas aos estudantes. Essa assistência é prestada por meio da concessão de bolsas de incentivo à atividade acadêmica e apoio à pesquisa, tais como monitoria, iniciação científica, dentre outras, que são geridas pelas Pró-Reitorias de Pesquisa, Graduação e Pós-Graduação, e também por meio do programa de assistência gerido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, através do Programa de Apoio

Estudantil, que concede bolsas aos alunos, segundo suas condições socioeconômicas e atendendo aos critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Dados divulgados pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), referentes aos anos de 2007/2008, indicam o oferecimento de 455 bolsas de iniciação científica. Entre os anos de 2011/2012 esse número saltou para 823 bolsas concedidas

O próximo subitem apresenta brevemente os principais programas de bolsas de incentivo à atividade acadêmica e apoio à pesquisa no âmbito da UFJF.

1.2.2 Programas de Bolsas de Incentivo à Atividade Acadêmica e Apoio à Pesquisa na UFJF

A Universidade Federal de Juiz de Fora concede bolsas de incentivo à atividade acadêmica e apoio à pesquisa por meio de programas de monitoria, iniciação científica, dentre outros, geridos pelas Pró-Reitorias de Pesquisa, Graduação e Pós- Graduação.

Dentre os programas de bolsas de pesquisa oferecidos destacam-se: a Bolsa de Iniciação Científica (BIC); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) – financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (UFJF/PROPESQ, 2012).

Esses programas são voltados para a Graduação e, para participar de qualquer um deles, o aluno deve ser selecionado pelo professor pesquisador a cargo do projeto, por meio de critério de seleção estabelecido pelo próprio docente. Os acadêmicos também podem participar dos projetos de pesquisa, por até doze meses, de forma voluntária, sem o recebimento de bolsa, por meio do Programa Voluntário de Pesquisa (PROVOQUE).

A UFJF também dispõe de Programas de Apoio à pesquisa e divulgação científica, com a finalidade de apoiar a participação dos docentes e discentes em eventos científicos regionais e nacionais, inclusive por meio do custeio de parte das despesas para participação em eventos (UFJF/PROPESQ, 2012).

Encontra-se também em seu primeiro ano de efetivação na UFJF o programa do Governo Federal “Ciência sem Fronteiras”, que procura estabelecer intercâmbio científico internacional com a função de promover a expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, contribuindo assim para a inovação e competitividade brasileira (MEC, 2012) Esse programa está a cargo das instituições de fomento à pesquisa CNPq e Capes e permite que os alunos da graduação e pós- graduação realizem intercâmbio científico em universidade

estrangeira conveniada, pelo período de seis meses a um ano. Os alunos bolsistas dos programas de Iniciação Científica e Tecnológica têm prioridade na seleção e o candidato deve ter bom desempenho acadêmico para participar (MEC, 2012).

Cabe destacar que todos os programas de oferecimento de bolsas, mencionados nesse item, não são caracterizados como auxílio oferecido ao discente por meio de avaliação socioeconômica e dentro do âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tratam-se de bolsas de incentivo à atividade acadêmica e pesquisa que não estão vinculadas a critérios socioeconômicos e que, por esse motivo, não fazem parte do Programa de Apoio Estudantil.

Apesar do reconhecimento da importância do fomento à pesquisa nas IFES, o foco desse trabalho recai sobre as ações específicas do Programa de Assistência Estudantil, executadas segundo o disposto no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que serão apresentadas no próximo subitem.

1.2.3 O Programa de Assistência Estudantil da UFJF

Por meio do percurso histórico da Assistência Estudantil nas IFES, delineado no item 1.1 desse primeiro capítulo, é possível perceber que as discussões sobre acesso e permanência ganharam respaldo legal com a instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no ano de 2007. Esse momento histórico é visto como um marco da assistência estudantil, pois a partir da instituição desse programa a assistência oferecida ao estudante foi formalizada legalmente como política educacional e passou a contar com recursos destinados pelo Poder Público especialmente para o estabelecimento dessa política em âmbito institucional.

Essa maior institucionalidade da Política de Assistência Estudantil em âmbito federal também pode ser observada em relação à Política de Apoio Estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora. No ano de 2006, a Coordenadoria de Relações Estudantis (CRE), setor que era vinculado à Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH), passou a ser nomeada como Coordenação de Assuntos Estudantis, passando a vincular-se a recém-criada Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos.

No mesmo ano em que essas modificações no organograma ocorreram, eram disponibilizadas somente 300 bolsas de auxílio aos estudantes (UFJF/SECOM, 2012). Ao longo dos últimos anos, um conjunto de fatores, como o estabelecimento do PNAES e a consequente disponibilização de verbas destinadas diretamente para a assistência estudantil,

acrescidos do processo de expansão de vagas nas universidades - gerados por políticas como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do qual a UFJF também faz parte – contribuiu para a consolidação de uma política efetiva de assistência ao discente da Universidade Federal de Juiz de Fora, que atualmente atende 2462 alunos em suas cinco modalidades de auxílio (UFJF/PROAE, 2012). Na tabela 5 é apresentada a evolução do número de beneficiários do Programa nos últimos anos.

Tabela 5 – Quantitativo de Alunos Atendidos pelo Programa de Apoio Estudantil

Quantitativo de Alunos Atendidos pelo Programa de Apoio Estudantil					
(Modalidades: Alimentação, Moradia, Transporte, Manutenção e Auxílio Creche)					
	2009-1	2009-2	2010-1	2010-2	2011-2
Total	763	1225	1778	2012	2462

Fonte: Adaptado pela autora a partir de dados disponibilizados pelo relatório CPA/UFJF e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE).

Atualmente o órgão responsável pelo planejamento, orientação, execução e gestão de políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora é a recém-criada Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). A PROAE é composta por uma equipe multidisciplinar formada por duas assistentes sociais, uma pedagoga e três secretários e é coordenada por uma psicóloga.

Segundo a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da UFJF, Maria Elizabete Oliveira, a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis revela um reposicionamento do tema da Assistência Estudantil na UFJF. Ela afirmou, em entrevista realizada pela autora em 2013, que a criação da Pró-Reitoria revela o reconhecimento da importância da Assistência Estudantil na vida acadêmica e fornece uma indicação da relevância que essa política vem assumindo na instituição, além de possibilitar que todos os procedimentos e atendimentos possam ser mais complexos por meio da instituição de novas ações futuras.

No âmbito da política de assistência da UFJF são desenvolvidas diversas ações com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no ensino superior, através do atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desde o momento de sua pretensão inicial de ingresso na Universidade Federal de Juiz de Fora. Nesse sentido, a PROAE efetiva processos de análise socioeconômica para: acesso ao Curso Preparatório dos candidatos que irão pleitear o ingresso na graduação presencial por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)/Sistema de Seleção Unificada (Sisu); isenção da taxa do Programa de

Ingresso Seletivo Misto (PISM) – programa de ingresso seriado adotado pela UFJF como uma das formas de ingresso na instituição; além da isenção da taxa de Programas de Pós Graduação (UFJF/PROAE, 2012).

Além das ações acima elencadas, destinadas a promover o acesso ao ensino superior, são executadas e geridas outras atividades que visam o acompanhamento dos alunos com o objetivo de estabelecer condições de permanência, tais como:

- Acompanhamento pedagógico e orientação individual aos alunos, realização de oficinas pedagógicas e controle do rendimento acadêmico;
- Reuniões de orientações sobre as ações desenvolvidas nas diversas modalidades;
- Atendimento psicológico aos alunos, com intervenção local nos casos correlacionados à vida acadêmica e, caso necessário, encaminhamento aos centros de psicoterapia (Centro de Psicologia Aplicada da UFJF/ ou Centro de Apoio Psicossocial do Hospital Universitário da UFJF);
- Atuação profissional em Psicologia junto a Diretores, Coordenadores de Curso ou professores em situações de risco físico-mental à comunidade acadêmica, ou especificamente em proteção ao próprio aluno;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, com a finalidade de prevenção da evasão escolar e melhora do desempenho e rendimento do aluno, bem como sua formação para o exercício da cidadania;
- Atendimento e orientação aos alunos com necessidades especiais.
- Identificação de fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional;
- Planejamento e organização das atividades sociopedagógicas, por meio do encaminhamento dos alunos atendidos pela modalidade “manutenção” a projetos cadastrados na PROAE (aproximadamente 290 projetos) (UFJF/PROAE, 2012).

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis atua como responsável pela seleção dos alunos, execução e gestão das cinco modalidades de auxílio que são concedidas aos acadêmicos por meio do Programa de Apoio Estudantil, fundamentado com base nas diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). As cinco modalidades são: alimentação, transporte, auxílio moradia, auxílio-creche e manutenção.

Na modalidade intitulada “alimentação” o beneficiário tem direito a refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários da UFJF (café da manhã, almoço e jantar).

A modalidade “transporte” dá direito ao recebimento mensal de créditos no cartão vale-transporte para custear o deslocamento do aluno de sua residência ao campus, durante os períodos letivos. A quantidade de vales é estipulada de acordo com o trajeto e comprovante de matrícula do acadêmico.

O auxílio “moradia” é exclusivo para estudantes provenientes de outra cidade e cuja família não possui casa própria, cedida ou alugada em Juiz de Fora e para recebê-lo o beneficiário deve residir no município de Juiz de Fora em república, pensão ou residência familiar de não parentes, mediante pagamento de aluguel. Consiste em recebimento de auxílio financeiro mensal, com valor estipulado em legislação própria.

O “auxílio-creche”, instituído em 2012, é uma concessão mensal de auxílio financeiro para custeio parcial das despesas com dependentes legais do aluno, e que possuam idade até cinco anos, onze meses e 29 dias.

A modalidade “manutenção” concede o direito a refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários, transporte para o campus (ida e volta), além do recebimento mensal de auxílio financeiro, com valor estipulado em legislação própria. Para ter direito à “manutenção” o acadêmico deve, obrigatoriamente, desenvolver 12 (doze) horas semanais, totalizando 48 (quarenta e oito) horas mensais de atividades sociopedagógicas em projetos executados em unidades/ órgãos da Universidade Federal de Juiz de Fora e vinculados à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. A participação nesses projetos se dá, preferencialmente, dentro da área de formação acadêmica do beneficiário. (UFJF/PROAE, 2012).

Todas as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis estão apoiadas na legislação que rege a política de assistência da UFJF: a Portaria Normativa N° 39, de 12 de Dezembro de 2007 e o Decreto N° 7234 de 19 de julho de 2010, que instituem o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), bem como as disposições estatutárias e regimentais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A Resolução N° 021/99, instituída em 28 de Dezembro de 1999 pelo Conselho Superior da UFJF, ainda está em vigor. Esse dispositivo normativo estabelece os princípios, objetivos, critérios de seleção, avaliação e permanência dos alunos no Programa de Apoio Estudantil. Ela determina, em seu Art 1º, que a Política de Apoio Estudantil é prestada levando-se em consideração os princípios básicos de interação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão; criação de espaços e ações visando à implantação de processos educativos de vivência e formação de cidadania; gestão articulada com o Diretório dos Estudantes (DCE); além de determinar acesso aos benefícios do programa “preferencialmente mediante contrapartida dos usuários nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e nos Programas e Projetos da Coordenação de Relações Estudantis” (CONSU/UFJF, Resolução 021/99, Anexo I, p 2). Nesse ponto cabe ressaltar que, no ano de 1999, época em que entrou em vigor a Resolução N° 021/99, a Coordenadoria de Relações Estudantis era responsável pelo apoio estudantil.

A Resolução N° 021/99 define como objetivos da Política de Assistência Estudantil da UFJF:

- I- Contribuir para a formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida dos estudantes, sobretudo daqueles menos favorecidos sócio-economicamente, através da implementação de uma política social que contemple suas necessidades de moradia, alimentação, saúde, transporte, cultura, lazer, entre outras;
- II – Criar condições para viabilizar o acesso e a permanência dos estudantes na UFJF, contribuindo para a redução da retenção e evasão, principalmente quando determinada por fatores socioeconômicos (CONSU/UFJF, Resolução 021/99, Art. 2°, p 2).

Em consonância com esses objetivos, definidos na resolução 021/99, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, gestora das políticas de assistência estudantil da UFJF, tem por finalidade assegurar uma política de assistência ao estudante de graduação que favoreça o desempenho acadêmico dos graduandos, bem como sua organização livre, consciente, responsável e participativa nas decisões que ocorram dentro e fora do ambiente universitário; fornecer apoio e acompanhamento aos graduandos, em diversos campos no decorrer de sua trajetória acadêmica (através de ações nas áreas socioeconômica, técnico-científica, política e psicológica); propiciar ao estudante de baixa renda familiar condições de frequentar e concluir os cursos superiores oferecidos pela instituição, sem deixar, no entanto, de observar o dever do Estado de promover a qualificação do indivíduo para o trabalho e o exercício da cidadania (UFJF/Proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2009/2013, p 51).

O Programa de Apoio Estudantil é destinado a alunos dos cursos de graduação da modalidade presencial da UFJF, que não tenham concluído anteriormente qualquer outro curso de graduação. O auxílio é concedido na modalidade pretendida pelo candidato, desde que o aluno comprove todas as exigências legais. Para seleção é feita uma análise da condição socioeconômica do grupo familiar do estudante (atestada por meio de documentos comprobatórios entregues no ato da inscrição, especificados em Edital de Concessão divulgado semestralmente) e, em atendimento ao estabelecido no Art 5° do Decreto n° 7234/2010, de 19 de julho de 2010, é importante que o aluno possua renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Para ter direito a concessão de assistência, em qualquer modalidade, também é necessário que o aluno esteja regularmente matriculado, e frequentando de forma regular, um dos cursos de graduação oferecidos pela instituição, cursando no mínimo 15 créditos em disciplinas oferecidas, exceto no último período do curso (UFJF/PROAE, 2012).

O acadêmico que é contemplado com o apoio estudantil deve se reinscrever nos processos seletivos subsequentes e apresentar, a cada Edital, sua documentação (listagem de documentos que comprovam sua condição socioeconômica) para uma nova seleção. Geralmente são lançados dois Editais por ano para concessão da assistência, no 1º e no 2º semestre, e, desde 2007, não há um total de vagas delimitado, o que permite, segundo informações fornecidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (2012), que o benefício da assistência seja concedido a todos os candidatos que atendam aos requisitos legais, gerais e específicos de cada modalidade pretendida, comprovado por meio de documentação apresentada no ato da inscrição.

Vale destacar também que os acadêmicos que recebem bolsas de incentivo à atividade acadêmica e à pesquisa, de qualquer tipo, podem receber cumulativamente o Apoio Estudantil (UFJF/PROAE, 2012).

Em relação à legislação, presente nos Editais de Seleção divulgados pela PROAE, também é pertinente destacar que o enquadramento do aluno na modalidade Manutenção, que prevê o desenvolvimento de 12 horas semanais em atividades sociopedagógicas em órgãos e unidades da UFJF, depende da disponibilidade de vagas em projetos cadastrados na PROAE (UFJF/PROAE Edital N° 01/2012, item 8.6).

Para permanência no programa também devem ser obedecidos alguns critérios, dentre os quais: o desempenho acadêmico do aluno contemplado é muito importante, já que para continuar recebendo o auxílio é necessário alcançar aprovação de no mínimo 60% no número de disciplinas matriculadas no período. O benefício também é suspenso ou cancelado se o acadêmico abandonar o curso, deixar de frequentar as aulas ou trancar matrícula, o mesmo ocorre se obtiver faltas não justificadas por período superior a trinta dias nos programas ou projetos dos quais faz parte o beneficiário da modalidade manutenção (UFJF/PROAE, 2012).

O tempo de permanência no Programa de Assistência não pode ser superior ao período médio de duração do curso superior realizado pelo contemplado, podendo ser prorrogável por apenas um semestre letivo a critério da PROAE.

No subitem 1.1.1 foram mencionadas as três áreas estratégicas que serão destacadas nesse Plano de Ação Educacional: cultura, esporte e saúde. Cabe mencionar que a opção pelo enfoque nessas três áreas deriva da percepção da necessidade de ampliação da política de assistência da UFJF, de forma a abarcar ações de cultura e esporte de forma integrada com outros setores da instituição, além da necessidade de uma maior divulgação e

institucionalização de ações, principalmente na área de saúde⁵. Os programas e modalidades destinados à subsistência do aluno (moradia, transporte, creche, alimentação e manutenção), ao que parecem, encontram-se bem estruturados (MEC/UFJF/CPA, 2012), já que é possível entrever, por meio dos próprios documentos oficiais da instituição (PDI, Relatório de Autoavaliação e Relatórios de Gestão da PROAE), que é priorizado o oferecimento de auxílio financeiro: “O apoio estudantil é um **auxílio financeiro** concedido ao estudante universitário, na priorização das políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo como gestora a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis através da Coordenação de Assuntos Estudantis” (MEC/UFJF/CPA, 2012, p. 11, grifo nosso).

Oferecer condições de subsistência ao aluno é fundamental para sua permanência na instituição, mas também há que destacar a importância e necessidade de promover ações mais abrangentes, que permitam aos estudantes em condições de vulnerabilidade social, o desenvolvimento de igualdade de condições para uma formação mais ampla, que busque superar as desigualdade e promover a equidade⁶. Segundo Vasconcelos (2012, p. 108) “para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica é necessário associar à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer”.

Segundo o FONAPRACE (2012) os programas com maior percentual de utilização estão relacionados à manutenção básica do aluno (moradia, alimentação e outros auxílios financeiros). Nos demais programas que, segundo o Fórum, promovem uma efetiva inserção social, os percentuais de participação dos alunos são baixos, em função da oferta insuficiente. Com base nesse diagnóstico foi constatada a necessidade de desenvolvimento de programas que contemplem uma abordagem integral da assistência e do estudante usuário, não ficando restritos à manutenção e sobrevivência do aluno na instituição.

O Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, de setembro de 2012, elenca as ações desenvolvidas pela Política de Assistência da UFJF (foram reproduzidas nesse subitem). Dentre as atividades exercidas destaca-se, no âmbito da saúde, a existência de atendimento psicológico e encaminhamento, em casos específicos, a centros de psicoterapia (Centro de Psicologia Aplicada da UFJF ou Centro de Apoio Psicossocial do Hospital

⁵ A concepção adotada nesse estudo a respeito da palavra “saúde” é a mesma da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1948) que define saúde como sendo o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doenças.

⁶ Para essa noção de equidade aqui exposta concorrem dois sentidos do termo: equidade pode ser definida como “tratar de forma desigual os desiguais” (oferecendo mais a quem tem menos) ou “tratar de forma igual os desiguais”. Ambas as concepções podem orientar o desenvolvimento de políticas públicas (LIMA; RODRIGUEZ, 2008, p. 10).

Universitário). No endereço eletrônico da PROAE há, no link “programas e modalidades”, a divulgação de um horário para atendimento psicossocial, porém não há definição de local para o atendimento, ou informações a respeito da necessidade de agendamento. Sabemos que o atendimento inicial é feito na própria PROAE (há um pequeno cômodo no interior da sala administrativa, destinado a esse fim) o que pode dificultar ou intimidar os alunos a procurar o serviço.

Ainda no âmbito da saúde mental, há menção a “atuação profissional junto a diretores e coordenadores de curso ou professores em situações de risco físico-mental à comunidade acadêmica, ou especificamente em proteção ao próprio aluno” (PROAE, 2012), porém essa atuação não é bem especificada e detalhada, e algumas expressões que não são definidas, a exemplo de “situações de risco físico-mental”, dificultam a compreensão de como a ação é executada e em quais situações, além de não haver menção a um projeto ou programa de ação nesse sentido.

No âmbito dos esportes e cultura, segundo o Relatório de Autoavaliação da UFJF (MEC/UFJF/CPA, 2012), “a UFJF possui e desenvolve programas de apoio aos discentes referentes à realização de eventos de natureza científica, técnica, esportiva, cultural e de divulgação de sua produção. Estes estão adequadamente implantados, mas **não constam dos documentos oficiais (PDI) e não foram informados a esta CPA**” (MEC/UFJF/CPA, p. 59 2012, grifo nosso). Não constam também, nos Relatórios de Gestão da PROAE, ações ou programas no sentido do apoio e desenvolvimento do esporte, lazer e cultura. Essas ações de apoio ao discente podem estar sendo desenvolvidas em outros setores, fora do âmbito da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, e não estarem voltadas somente aos alunos em situação de vulnerabilidade social, o que indicaria a necessidade de integração das ações desses setores com a PROAE e maior institucionalização dos programas e projetos desenvolvidos, para conhecimento e participação da comunidade acadêmica.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis emitiu diversas recomendações, muitas delas debatidas com os Pró-Reitores responsáveis pelas políticas de assistência nos diversos seminários organizados pelo Brasil, a respeito de formas de execução dessas políticas e os principais desafios encontrados. Dentre as recomendações destacam-se: a necessidade de cada instituição criar espaços coletivos e democráticos de construção e ampliação da política de assistência; a necessidade de diagnosticar a situação do esporte universitário nas IFES e fazer planejamento estratégico de ações de esporte nas universidades; além de recomendar aos gestores da política de assistência maior participação no planejamento institucional, a fim de destacar parte dos orçamentos das universidades, além

dos recursos do PNAES, para ações de cultura e esporte, bem como buscar parcerias junto aos Ministérios da Cultura e do Esporte (FONAPRACE, 2010).

O panorama da política de assistência estudantil da UFJF procurou destacar, nesse capítulo, os principais dispositivos legais que, ao longo do tempo, foram fundamentando e apoiando o estabelecimento da assistência estudantil, enquanto direito social. Paralelamente, foi realizada uma retrospectiva histórica com o objetivo de destacar as principais mudanças governamentais que ensejaram mudanças nas políticas públicas do ensino superior.

Adicionalmente, foram descritas as áreas estratégicas, propostas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, que servem de base para implementação das políticas de assistência ao estudante nas universidades públicas.

Também foi resgatada parte da trajetória histórica da Universidade Federal de Juiz de Fora, com destaque para as principais mudanças e evoluções que impactaram de alguma forma o estabelecimento e desenvolvimento da política de assistência. Esse panorama procurou situar essa política em um contexto amplo de reformas institucionais para que fosse possível, ao final desse capítulo, descrever a política de assistência estudantil da UFJF, foco desse trabalho, mencionando os dispositivos legais que fundamentam e regem essa política, bem como detalhando as ações desenvolvidas por esse programa de assistência.

No próximo capítulo serão tecidas algumas considerações sobre política social, bem como sobre as formas de avaliação dessas políticas. Serão apresentadas também discussões sobre desigualdade educacional, já que o desempenho escolar pode ser influenciado por fatores sociais, conforme veremos adiante, no capítulo 2.

Adicionalmente, serão exibidas as experiências de algumas universidades públicas no desenvolvimento da política de assistência ao estudante, a metodologia de análise empregada nessa pesquisa, bem como os principais resultados encontrados nas entrevistas ocorridas na UFJF – cuja análise fornece indicativos das proposições que serão apresentadas futuramente, no terceiro capítulo deste trabalho.

2 POLÍTICA SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Assistência Estudantil está inserida no campo das políticas públicas sociais, sendo desenvolvida no interior de instituições escolares. Dessa forma, este capítulo procura tecer algumas considerações teóricas que procuram relacionar desempenho escolar e desigualdade, além de definir política social, compreender qual a sua finalidade e como pode ser avaliada. Esse enfoque teórico foi construído com o intuito de facilitar o entendimento de como a assistência ao estudante - enquanto política de cunho social - pode ser organizada de forma a atender seus objetivos, quais sejam: configurar-se como um programa planejado de intervenção e busca pela redução da desigualdade social e educacional.

As políticas sociais públicas podem ser definidas como programas de ação governamentais voltados para o propósito de redução das desigualdades sociais. Segundo a definição de Demo (1994, p. 14) a política social pode ser caracterizada “como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais”. No caso específico da Assistência Estudantil, por tratar-se de política desenvolvida no âmbito das universidades, guarda especial relação com a educação e com as oportunidades sociais que são mediadas por intermédio do sistema escolar. A mobilidade social associa-se às realizações educacionais de um indivíduo, dessa forma, será apresentado um breve panorama sobre a questão das desigualdades educacionais para que seja possível compreender qual concepção deve nortear a Assistência Estudantil, que tem como objetivo declarado assegurar ao estudante sua permanência na Universidade, além de possibilitar melhor desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, melhor qualificação (FONAPRACE, 1993).

Segundo Giddens (2012) existe uma forte correlação entre o nível de desempenho educacional e o sucesso ocupacional nas sociedades modernas. Esse autor afirma que a pesquisa tende a mostrar que os níveis de desempenho escolar são influenciados pelo tipo de lar em que a pessoa vive, fazendo com que a desigualdade na educação esteja fortemente relacionada a fatores culturais e econômicos (GIDDENS, 2012). Nesse sentido, existe uma conexão entre a educação e as estruturas sociais mais amplas, como classe social e gênero.

Em uma sociedade desigual como a brasileira, conforme destaca Peregrino (2010), a escola, assim como as demais instituições capitalistas, reproduz em suas relações a dinâmica presente nas relações em sociedade tendo, portanto, um papel de reprodutora das relações sociais. De certa forma, pode-se considerar então que a desigualdade também está presente na instituição escolar, em todos os níveis de ensino.

No caso particular do ensino superior, a expansão do acesso traz um processo de reordenação em que a desigualdade se faz presente por meio de uma inclusão que, quando precária, tende a legitimar as desigualdades presentes na sociedade. Essa exclusão se manifesta de muitas formas, sobretudo, quando o aumento de vagas (quantidade) se destaca da qualidade ou quando a instituição escolar procura legitimar e manter os privilégios das classes superiores – utilizando a educação como veículo de ascensão social sem preocupar-se com a sua função de integração (PEREGRINO, 2010).

Nesse contexto, a inserção de uma política social no âmbito do ensino superior tem importante papel como forma de redução das desigualdades que se manifestam na sociedade, e por certo na instituição escolar, enquanto espaço de reprodução e produção de relações sociais. Cabe à assistência estudantil, enquanto direito social, uma parcela nessa importante tarefa de produção de novas relações e redução das desigualdades sociais e é isso que esse aporte teórico aborda, embora não tenha a pretensão de esgotar em si toda a complexidade das discussões teóricas que envolvem a desigualdade educacional e a política social.

Esse capítulo se dedica também a uma análise dos resultados encontrados na pesquisa documental e bibliográfica, com o objetivo de mostrar a experiência de algumas universidades públicas que possuem ações, projetos e programas abrangentes no que concerne à assistência estudantil. A política no âmbito dessas instituições procura promover uma formação integral do aluno, atuando também em áreas que consideramos importantes para redução das desigualdades educacionais e sociais e efetiva promoção de igualdade de condições para permanência do aluno na universidade: cultura, esportes e saúde.

O enfoque nas áreas estratégicas selecionadas revela-se como importante medida para promoção de igualdade de condições entre os alunos, na medida em que ações focadas na distribuição de auxílio financeiro podem solucionar a questão da desigualdade econômica, não sendo, porém, tão eficientes para redução de outras formas de desigualdade, que podem estar presentes no caso de alunos com vulnerabilidade social.

Portanto, a efetivação da assistência, enquanto direito social, requer uma política que atue sob a perspectiva de ampliação de direitos, já que a desigualdade não se manifesta somente no âmbito econômico e requer formas de enfrentamento que busquem reduzi-la também em outros campos onde se manifesta. A título de exemplo pode ser mencionada a dificuldade de acesso aos bens culturais e à saúde.

Cabe ressaltar, no entanto, que promover a ampliação de uma política pública requer a realização de avaliações que permitam diagnosticar as reais necessidades do público alvo e os impactos de tais medidas, conforme será abordado neste capítulo. Modificações na

formulação e na implementação de ações ensejam estudos capazes de mensurar a eficácia e/ou eficiência de tais medidas, o que se justifica não só pela necessidade das políticas atenderem aos objetivos expressos em seu desenho, mas também devido à escassez de recursos públicos que exigem racionalização dos recursos disponíveis.

Adicionalmente, serão apresentadas, no capítulo 2, algumas considerações sobre a metodologia que orientou a composição deste Plano de Ação Educacional, contendo informações sobre o tipo de pesquisa, as formas de investigação do objeto e as técnicas que foram utilizadas para a coleta de dados.

O que ficou destacado por meio das entrevistas realizadas na Universidade Federal de Juiz de Fora, que fazem parte do último item deste capítulo, que trata da Análise dos Resultados encontrados nas entrevistas, foi a necessidade de promover uma avaliação sobre as ações que já são realizadas por meio da política de assistência estudantil da UFJF, bem como a importância de promover estudos com objetivo de identificar as reais necessidades dos apoiados para que possa haver uma ampliação em áreas estratégicas.

Fato que merece destaque é a menção, pela maioria dos entrevistados, sobre questões relativas à gestão dos projetos cadastrados na PROAE, nos quais os alunos da modalidade de auxílio intitulada “manutenção” devem participar, conforme foi descrito no capítulo 1. O cumprimento das 12 horas semanais em atividades nesses projetos, por parte do bolsista da assistência, foi um ponto muito ressaltado pelos entrevistados, que manifestaram diferentes opiniões e concepções a esse respeito.

Foi constatada, então, a necessidade de avaliar questões relativas a essa ação da assistência estudantil (contrapartida dos bolsistas da manutenção) já que, conforme nos foi relatado por meio das entrevistas, há alunos desenvolvendo atividades em projetos que não condizem com a sua formação acadêmica, além de haver queixas sobre o fato de a participação nesse projeto afetar o desempenho acadêmico.

Cabe destacar também a questão do atendimento psicológico, importante ferramenta no campo da saúde, que quando bem estruturado tem relevante papel como ação preventiva no sentido de promover a permanência do aluno em seu curso, além de contribuir para a cidadania e igualdade de condições.

No final do capítulo, são feitas considerações, levantadas nas entrevistas com os gestores, a respeito da integração da Pró-Reitoria responsável pelas ações de Cultura na UFJF e da Faculdade de Educação Física com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, com o objetivo de conhecer as ações que já existem no campo da cultura e do esporte (e que,

porventura, não constem dos documentos oficiais) voltadas para os alunos da assistência estudantil.

2.1 Considerações sobre Desigualdade Educacional e Política Social

Silva e Hasenbalg (2000), ao tratarem da questão da desigualdade educacional, exibem alguns traços que consideram como indesejáveis em relação à educação brasileira. Dentre eles, cabe destacar: a distribuição desigual de oportunidades educacionais; a alta correlação entre realizações educacionais dos indivíduos e de seus ascendentes, o que poderia indicar ausência de igualdade de oportunidades; existência de grandes disparidades regionais nas realizações educacionais dos indivíduos.

A lenta e contínua expansão educacional, que ocorreu nas últimas décadas, no Brasil, foi capaz de elevar, de forma geral, o nível de instrução da população e diminuir a desigualdade educacional - entre regiões, grupos de cor, gênero e estratos de renda (SILVA; HASENBALG, 2000). No entanto, algumas desigualdades podem ser consideradas como persistentes, nas palavras de Giddens (2012, p. 611): “As desigualdades nos sistemas educacionais se mostraram notavelmente persistentes, particularmente em relação às divisões entre as classes sociais”.

No sistema escolar, a origem socioeconômica de um aluno pode impactar sua trajetória escolar de distintas maneiras. Entre os fatores que podem influenciar a educação Silva e Hasenbalg (2002) citam: o capital econômico; o capital cultural e o capital social.

O capital econômico pode ser medido pela renda ou riqueza familiar, ou também pode ser mensurado pela situação de bem estar material de um domicílio. Já o capital cultural refere-se ao nível educacional dos membros adultos de uma família, bem como outros aspectos ligados à cultura, como a presença de livros em um domicílio (SILVA e HASENBALG, 2002). Por outro lado, o capital social refere-se às formas de interação entre as crianças/adolescentes e os pais e as condições de socialização do indivíduo e, segundo os autores, interferem, nessa variável, fatores relativos à composição familiar (o fato de pertencer, ou não, a uma família composta por muitos irmãos, por exemplo).

Ribeiro (2009) também argumenta sobre a influência desses fatores nos resultados educacionais individuais, segundo o autor “o efeito das características, condições e recursos dos pais sobre os resultados educacionais individuais – desigualdade de oportunidades

educacionais (DOE) – desempenha um importante papel na reprodução intergeracional da desigualdade nas sociedades modernas” (RIBEIRO, 2009, p. 21). Segundo esse autor, o padrão de desigualdade persiste, a despeito da expansão educacional, da industrialização e também de intervenções políticas projetadas especificamente para diminuir a desigualdade.

Em um contexto de desigualdade educacional cabe considerar que a educação é um direito social e que provê-la a todos os indivíduos em condições de igualdade é essencial para o desenvolvimento de uma nação democrática. Nesse contexto, a política social, inserida no campo educacional, tem importante papel enquanto “proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais” (DEMO, 1994, p. 14).

Segundo Demo (1994) no pano de fundo da política social emerge sempre a questão social ou o problema das desigualdades sociais. Para esse autor, a história não permite a existência de sociedades em que a desigualdade social não está presente de nenhuma forma, no entanto, a política social desempenha importante papel na redução dessa desigualdade.

Ao abordar a questão da política social, é essencial tecer relações com a economia e a política. Nas palavras de Behring e Boschetti (2009) a política social, desde sua origem histórica, guarda relação com a economia, a luta de classes, a política e a cultura. Para as autoras, as políticas sociais, e a proteção social, são desdobramentos e formas de enfrentamento ao capitalismo, cujo fundamento está nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Por estar profundamente relacionada à política e à economia, a construção, difusão e efetivação da política social encontra limites e condicionalidades na própria estrutura econômica e na conjuntura política, o que não pode impedi-la de buscar a construção de uma sociedade mais justa por meio da materialização de direitos e promoção da igualdade de condições (BEHRING, BOSCHETTI, 2009).

Como está inserida no campo das políticas públicas sociais, a assistência estudantil também se vê condicionada pela conjuntura econômica e política do país, que pode influenciar seus rumos no curso da história.

Enquanto política social é importante que a assistência ao estudante esteja inserida e ancorada no campo dos direitos sociais. Para tanto, é fundamental que ela assuma algumas características, como veremos a seguir.

É possível observar que a tendência geral, no Brasil, tem sido a de restrição e redução de direitos. O principal argumento utilizado para essa restrição tem sido, ao longo do tempo, a crise fiscal do Estado (BEHRING, BOSCHETTI, 2009). Tal postura tem desencadeado o desenho e a implementação de políticas sociais com ações compensatórias, direcionadas ao

cuidado momentâneo de indigentes. São políticas focalizadas, dispersas e seletivas que não cumprem a função de intervir de alguma forma na desigualdade social.

Sob o argumento de restrição econômica corre-se o risco de criar o que Vieira (2004) chama de programas tópicos, fragmentados e descontínuos, incompletos e altamente seletivos. Planejar a atuação e construir políticas preventivas são ações fundamentais para a efetivação dos direitos sociais, mesmo que o investimento inicial nesse tipo de política implique gastos iniciais mais altos. Em longo prazo, é possível obter ganhos porque as ações de enfrentamento, quando implementadas de forma preventiva, podem evitar a proliferação do problema, cujas ações para remedia-lo, depois de instalado, podem ser mais dispendiosas (DEMO, 1994).

A política preventiva é capaz de atuar nas raízes do problema, evitando que ele se processe. Como exemplo desse tipo de ação preventiva, pode ser mencionado o atendimento psicológico, no caso específico da Assistência Estudantil. Conforme será abordado posteriormente neste capítulo, os problemas psicológicos podem interferir de diversas formas no desempenho acadêmico do aluno e, quando não diagnosticados previamente e de forma correta, podem certamente levar ao abandono do curso por parte do aluno - e consequente perda do investimento que foi feito em sua formação, no caso das universidades públicas. Portanto, um investimento inicial por parte da universidade seria necessário, para divulgar e institucionalizar parcerias capazes de ampliar o atendimento aos alunos que necessitam desse tipo de atendimento.

Outra característica necessária para uma política social que pretende reduzir efetivamente as desigualdades e inserir-se no campo dos direitos sociais é a capacidade de promover a emancipação dos assistidos. Uma política emancipatória só é possível se promover autossustentação e autonomia política dos assistidos, oferecendo condições de cidadania, ou seja, participação na vida social e no Estado.

Ao abordar a questão da política social, também é importante fazer uma necessária distinção entre a assistência e o assistencialismo:

Política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas o processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em consequência emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada (DEMO, 1994, p. 25).

Isso leva a concluir que uma política assistencial que não pretenda restringir-se ao campo da ajuda, do favor, necessariamente deve comprometer-se com o processo de emancipação dos assistidos, que se realiza principalmente por meio da participação e poder de decisão dos interessados. Ao abordar a questão da participação, faz-se referência à necessidade de que todos os participantes da política (gestores e usuários) tenham poder de decisão.

É imprescindível instrumentalizar os assistidos para uma participação consciente, em que haja uma compreensão sobre o processo vivenciado e sobre os direitos que estão em jogo. Esse processo participativo pode ser institucionalizado por meio de mecanismos específicos, pois “até para que possam reivindicar, as pessoas já devem estar envolvidas em algum tipo de processo participatório, mostrando-se sensibilizadas, engajadas, compartilhando os mesmos tipos de interesses e objetivos” (TENÓRIO, 2007, p. 22). No caso da Assistência Estudantil, praticada no âmbito da UFJF, esse processo de participação deve, necessariamente, envolver a entidade de representação dos estudantes, o Diretório Central dos Estudantes (DCE).

O assistencialismo, ao contrário, poderia ser definido como uma forma de “cultivo do problema social sob a aparência de ajuda” (DEMO, 1994, p. 20), capaz de desmobilizar a cidadania do assistido além de provocar dependência, humilhação. Em outras palavras, o assistencialismo difere-se da assistência porque não se insere no campo dos direitos, não contribui para a emancipação e superação das desigualdades.

Outro aspecto importante relativo a essa distinção entre ajuda institucionalizada e política social diz respeito à concepção de pobreza subjacente às políticas. Demo (1994) associa desigualdade, do ponto de vista do bem-estar social, à pobreza. Porém sua concepção de pobreza é a mesma que norteia esse nosso trabalho: para o autor a pobreza não se restringe à carência material, mas caracteriza-se também como “processo de repressão do acesso às vantagens sociais” (DEMO, 1994, p. 19).

Adotando essa concepção é possível considerar que a pobreza seria fruto de uma injustiça e poderia ser compreendida também como negação de direitos, de cidadania – manifesta-se, por exemplo, no acesso a uma educação sem qualidade. Ela estaria sempre condicionada pelas carências materiais, mas não se limitaria a elas.

Essa concepção é importante neste trabalho, pois a assistência estudantil deve revelar-se como mecanismo de combate à pobreza, entendida não só como ausência de recursos materiais, mas também revestida de uma dimensão política que amplia a noção de pobreza para que possa ser compreendida também como negação de direitos e acesso desigual à educação, cultura, lazer, saúde.

Outro aspecto importante diz respeito à avaliação das políticas sociais. Segundo Cano (2006), a avaliação de um programa social tem por finalidade, basicamente, determinar se esse programa atingiu ou não os objetivos previstos, ou verificar se foi capaz de provocar a mudança esperada.

A avaliação é um procedimento estratégico imprescindível, e pode ser usada como ferramenta para dar transparência às ações públicas além de possibilitar o conhecimento das políticas com o intuito de aprimorá-las, modificando sua formulação e implementação (RICO, 2009).

O processo de avaliação não deve ser feito somente com o objetivo de mensurar quantitativamente processos, analisando os benefícios ou malefícios de um programa, mas também é importante que atue como um instrumento de qualificação de decisões, processos, resultados e impactos, além de ser útil para repensar opções políticas e programáticas (CARVALHO, 2009). Segundo essa autora, é possível investigar o grau de eficiência, eficácia, equidade, impacto social e custo-benefício de um programa, por meio da avaliação.

A avaliação pode assumir diversas formas de acordo com seu tipo, organização, finalidade. É possível, por exemplo, realizar um estudo *ex ante*, que consistiria no “levantamento das necessidades e estudos de factibilidade que irão orientar a formulação e o desenvolvimento do programa. Inclui a definição de seus objetivos, âmbito de aplicação, caracterização dos beneficiários e suas necessidades” (ARRETCHE, 2009, p. 44).

Algumas vezes são detectados problemas nos programas, porém não se procura analisá-los de forma a contribuir para o seu aprimoramento. A avaliação formal pode ser considerada como um processo oneroso e difícil, mas seria importante que todo programa promovesse pelo menos um estudo com o objetivo de aprimorar os conhecimentos das necessidades e características de seus beneficiários, o que pode ser realizado por estudos do tipo *ex ante* por exemplo. Um exemplo desses estudos seriam as pesquisas que geraram o Perfil Socioeconômico e Cultural dos alunos das IFES, feitas pelo FONAPRACE, elas permitiram conhecer as necessidades e características do público alvo das políticas de assistência estudantil e permitiram traçar orientações para um programa mais direcionado que procurasse atender às reais necessidades do interessado.

Uma avaliação pode medir a eficiência de um programa ou a sua eficácia. A primeira procura fazer um exame da relação entre a implementação de um programa e seus impactos, ou se o programa foi bem sucedido em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da população atendida, procurando verificar se os resultados obtidos estão casualmente relacionados à política em questão. A avaliação da eficácia, por sua vez, procura

mensurar a relação entre os instrumentos e objetivos previstos para implementação e os efetivamente empregados, as metas propostas e as metas alcançadas (ARRETCHE, 2009).

As avaliações podem ser utilizadas para aprimorar o conteúdo das políticas, seus objetivos, foco e metodologia, também para corrigir ou confirmar os rumos que determinado programa vêm tomando. Nessa multiplicidade de funções reside a importância da realização de avaliações, já que elas tornam factível o controle social, por divulgar dados relativos ao sucesso de uma determinada política, e possibilitam que os gestores tomem decisões mais fundamentadas e qualificadas, que possam contribuir, no caso das políticas sociais, para que atendam, da melhor forma, ao objetivo de redução das desigualdades sociais.

2.2 Assistência Estudantil: a experiência de algumas Universidades Públicas

O presente item se propõe a descrever e analisar as experiências de dez universidades públicas que possuem ações, projetos e programas nas áreas estratégicas propostas pelo PNAES: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

As informações sobre essas instituições foram recolhidas por meio de pesquisa documental e acesso aos seus respectivos sites, e a escolha destas universidades tem o objetivo de ilustrar o ponto de vista de que é possível ampliar as ações de assistência oferecidas aos alunos, mesmo com todos os entraves que as IFES vêm enfrentando, principalmente no tocante aos recursos reduzidos para o desenvolvimento da política de assistência.

As dez instituições apresentadas foram selecionadas pelo fato de apresentarem um programa de assistência estudantil mais abrangente, que não se restringe à concessão de auxílio financeiro e manutenção básica do aluno (transporte, moradia, alimentação), mas desenvolvem também ações nas áreas de cultura, lazer, esporte, atendimentos de saúde (física e mental), dentre outras, visando a uma formação integral do aluno, que contribua para sua cidadania, qualidade de vida e capacitação profissional.

Essa visão abrangente da assistência estudantil fica evidente no depoimento concedido ao FONAPRACE pela assistente social de uma das universidades pesquisadas, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU):

(...) diante da complexidade das necessidades do ser humano, a Política de Assistência Estudantil no contexto do ensino superior não pode atender apenas às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Por isso, a perspectiva de formação ampliada dos estudantes deve possibilitar o desenvolvimento de ações, prioritariamente para estudantes de baixa condição socioeconômica, de caráter universal por meio de programas e projetos de atenção à saúde física e mental; incentivo à formação de cidadania e à cultura; esporte e lazer; acessibilidade; inclusão digital; ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico, visando à redução das reprovações e evasão escolar. Todas essas ações devem fazer parte da Assistência Estudantil no contexto universitário, a fim de colaborar com a formação ampliada dos estudantes, no despertar da consciência crítica e cidadã, para além da sua formação técnica e profissional (FONAPRACE, 2012).

Segundo Oliveira e Vargas (2012, p. 119) as necessidades do indivíduo para realização plena e para uma vida digna perpassam fatores como: moradia, alimentação, saúde, lazer, cultura, educação, entre outros. Agindo de forma integrada em todos esses fatores “é possível que a assistência estudantil se firme, não só como uma política pública de permanência, mas também de formação completa dos estudantes. A elaboração de projetos em áreas que abrangem não só questões acadêmicas propriamente, mas também aspectos da realidade vivida pelos alunos tornam-se fundamentais para garantir uma formação plena e de qualidade”.

A seguir serão descritas algumas recomendações do Fórum Nacional de Pró-Reitores, a respeito das ações no campo do esporte, saúde e cultura, cotejados com as opiniões de Oliveira (2012) e Fávero (2003).

Oliveira (2012) destaca que as atividades culturais na esfera do esporte e lazer podem ser educativas e mobilizadoras. Ainda segundo a autora, as propostas nesse campo devem ser “fundamentadas em concepções críticas e na democratização das possibilidades de acesso à cultura corporal, esportiva e de lazer no âmbito universitário” (Oliveira, 2012, p. 189). O FONAPRACE (2012) recomenda que cada instituição pública faça um diagnóstico da situação do esporte universitário e efetue um planejamento estratégico de ações de desporto nas universidades. O fórum também sugere a articulação dos profissionais de assistência com as faculdades de Educação Física e aconselha aos pró-reitores que avaliem a possibilidade de criação de mecanismos de análise para apoio a projetos de esporte e cultura, financiados pelo PNES, mediante apresentação de projeto de plano de trabalho (FONAPRACE, 2010).

Segundo Fávero (2003, p. 180) “a universidade, como parte de uma realidade histórico-sociocultural, deve ser por sua própria natureza o espaço de culturas diversas, de diferentes visões de mundo”, a autora ainda afirma que, nesse sentido, a universidade não pode descuidar de seu objetivo de ministrar e produzir cultura, tornando-a também acessível às camadas menos favorecidas, daí a importância da assistência estudantil atuar, em conjunto com outras instâncias, de forma a promover ações culturais.

Entre as recomendações do FONAPRACE, no campo da saúde, destaca-se a necessidade de implantação, em caráter de urgência, de políticas de assistência integral à saúde dos estudantes, incluindo em caráter emergencial e prioritário programas de prevenção e redução de danos causados pelo uso indevido de álcool e outras drogas, e com objetivo de proporcionar qualidade de vida aos alunos (FONAPRACE, 2012). No ano de 2005, na cidade de Brasília, a ANDIFES e o FONAPRACE organizaram um seminário para discutir questões relativas ao desenvolvimento de ações “voltadas para atenção a problemas de ordem emocional e psicológicas dos estudantes das universidades brasileiras” (FONAPRACE, 2005⁷, p. 258).

A constatação da necessidade de desenvolver ações nesses três campos de atuação (saúde, esporte e cultura) deriva, principalmente, dos resultados obtidos pela pesquisa do III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação, cujos resultados foram exibidos na Tabela 5 (que consta na página 41).

Em setembro de 2012, foi publicada uma reportagem no Jornal Estado de Minas intitulada **Quem Paga a Conta da Cota?** (OLIVEIRA e SARAPU 2012), que faz referência a Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012, que instituiu a reserva de vagas de 50% nos vestibulares para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse percentual de 50% as instituições devem reservar metade das vagas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário mínimo e meio) *per capita*. O prazo para que as instituições se adequem a essa nova lei é de quatro anos, contados da data de publicação (BRASIL, 2012). Essa legislação, segundo a reportagem, ampliará ainda mais o contingente de alunos que necessitam de assistência estudantil, aumentando consideravelmente a necessidade de recursos para manter a política.

⁷ In: KULLMANN, Geila Gonçalves *et al.* **Apoio Estudantil: Reflexões Sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

Nessa reportagem, dez instituições mineiras apresentaram os valores investidos, no período de um ano, na política de assistência (quatro dessas universidades compõem as instituições pesquisadas e relatadas nesse estudo, sendo: UFOP, UFV, UFU e UFLA) e reforçaram a necessidade urgente de ampliação de recursos para manter os programas existentes. A maioria afirmou necessitar do dobro de recursos financeiros para manter suas políticas. O reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, João Luiz Martins, explica que a instituição, que é referência em assistência estudantil, já não consegue manter suas ações utilizando somente os recursos provenientes do PNAES e necessita complementar as ações com outras verbas (OLIVEIRA e SARAPU, 2012). Na mesma reportagem o representante da política de Assistência da Universidade Federal de Uberlândia, o Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, afirmou que se preocupa seriamente com os recursos e já visualiza, para o ano de 2013, a necessidade de cortar projetos na área por falta de recursos financeiros. A Universidade Federal de Juiz de Fora, instituição também mencionada na notícia, afirma, por meio da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, que o quadro da instituição é excepcionalmente diferente do quadro nacional, já que a universidade consegue aportar os recursos para atender a todos os alunos de baixa renda (OLIVEIRA e SARAPU, 2012).

A problemática do financiamento das políticas, em conjunto com as dificuldades para composição ou recomposição de um quadro técnico (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e técnicos) estruturado de forma a operacionalizar as ações da assistência estudantil, são, segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE, 2012), os maiores entraves para a execução de uma política eficiente de assistência. Outra dificuldade apontada pelo FONAPRACE (2012) é a falta (em muitas universidades) de um ambiente adequado para atendimento ao estudante.

O órgão sugere, no entanto, algumas recomendações que podem atenuar essas dificuldades: a principal delas envolve a criação de parcerias no interior da própria instituição, e junto a órgãos externos, como o Ministério da Cultura e do Esporte: “a falta de coordenação das iniciativas, nas diversas IFES, dificulta o compartilhamento de ações eficazes e de formação de um conjunto de procedimentos cuja eficácia possa ser fundamentada com base em evidência” (FONAPRACE, 2005, p. 282), também recomenda aos gestores da política de assistência mais participação no planejamento institucional, para destacar parte do orçamento, além dos recursos do PNAES, para ações de cultura e esporte. Segundo o FONAPRACE (2012), é importante mostrar para a instituição que o trabalho nas áreas estratégicas é viável, e trata-se de investimento, já que uma política bem estruturada é capaz de reduzir gastos gerados por trancamento de curso, evasão, atraso no tempo de conclusão dos cursos.

Dando continuidade, são apresentadas experiências de sucesso nas universidades selecionadas, que permitam evidenciar que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas instituições públicas em geral (principalmente no tocante à ausência de recursos suficientes para atender à demanda crescente imposta pelas políticas de ampliação de vagas e abertura de cursos noturnos e a ausência de recursos humanos suficientes), é possível realizar uma política de assistência que atenda aos estudantes também em suas demandas de acesso à cultura, esporte e saúde física e mental.

Nas dez instituições mencionadas, essa visão ampla da assistência estudantil revela-se na tentativa de articulação com outros órgãos para execução da política. Em alguns casos, essa visão fica aparente até no próprio modo de pensar e organizar a assistência, já que, em algumas universidades, os setores de Assuntos Estudantis atuam em conjunto com as Pró-Reitorias de Cultura e Extensão. Essa estrutura organizacional pode facilitar o desenvolvimento de projetos de forma conjunta, que atendam às demandas dos alunos.

Como exemplo dessa articulação, cabe citar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) que organizou suas ações no âmbito da assistência no interior da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV). Esse órgão atua como gestor da política de assistência estudantil e organiza ações de esporte e lazer, políticas, esportivas e culturais. Segundo informações disponíveis no site da própria instituição esse órgão foi criado como forma de buscar superar os desafios e demandas atuais, que exigem um maior compromisso social da instituição. Seria, então, uma forma de agregar todas as ações sociais da universidade (MEC/UFMT, 2012).

Outro exemplo substantivo da proposta abrangente no âmbito da assistência pode ser encontrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A instituição criou, no ano de 2011, a Superintendência de Políticas Estudantis (SuperEst), órgão que procura desenvolver uma política de sustentação às ações da assistência estudantil. Segundo o portal da instituição (MEC/UFRJ, 2012), a nova realidade das políticas de expansão do acesso e aumento de vagas nas IFES, principalmente nos cursos noturnos, enseja ações de incremento nas políticas de permanência. Como resposta a essa demanda surgiu a SuperEst no ano de 2011. O órgão também é resultado de um processo de articulação entre diversas instâncias da universidade, o que gerou debates a respeito dos serviços de assistência e programas, envolvendo os seguintes eixos: família, saúde, articulação em rede e benefícios (GIL, 2012).

No âmbito da UFRJ a SuperEst agrega as Divisões de Assistência ao Estudante, Residências Estudantis, Saúde ao Estudante, Acessibilidade e Atendimento Comunitário, organizadas em seções que atendem parte das áreas estratégicas previstas no Programa

Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Segundo o portal da instituição, essa superintendência “tem por objetivo constituir-se numa estrutura pedagógica-administrativa vinculada ao gabinete do reitor, voltada ao planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos programas e ações direcionados à comunidade discente” (MEC/UFRJ, 2012).

Na Universidade Federal de Uberlândia também é possível encontrar um órgão gestor da política de assistência que busca articulação com as Pró-Reitorias. A Diretoria de Assuntos Estudantis (DIRE) está estruturada no interior da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, o que amplia a possibilidade de ações conjuntas entre as três áreas, que manifestam-se por meio dos diversos projetos de formação cultural e cidadania, além do apoio a eventos de caráter político e esportivo e da existência de um setor de atendimento psicológico que organiza projetos preventivos e educativos no âmbito da saúde mental (MEC/UFU, 2012).

A existência de divisões de esporte nas instituições pesquisadas também é um indício da busca pelo desenvolvimento dessa área estratégica do PNAES. Também chama a atenção a diversidade de projetos, institucionalizados, que são desenvolvidos nessas universidades (voltados para prevenção em saúde mental, apoio ao esporte, promoção do bem-estar, ações culturais, dentre outros), muitos deles construídos com o apoio de parcerias internas e externas.

A título de exemplo, cabe mencionar a Universidade Estadual de Londrina (UEL) que possui, no âmbito da assistência estudantil, psiquiatria e apoio psicológico, além de assistência ambulatorial (médico-odontológica). A instituição também organiza e promove diversos seminários para prevenção do uso de álcool e drogas.

Já a Universidade Federal de Lavras (UFLA) conta com uma rede de recursos internos e externos para atendimento psicossocial e desenvolvimento de projetos, com temas como stress, promoção da autoestima, relações interpessoais, entre outros.

Na Universidade Federal Fluminense (UFF) há um projeto institucionalizado de apoio e incentivo ao esporte, o UFFesporte que foi lançado em 1998 e procura apoiar a participação em torneios e campeonatos dentro ou fora da instituição, fornecendo uniforme, transporte, hospedagem, auxílio para inscrição nas provas e alimentação. Nessa instituição também merece destaque um projeto na área de saúde mental que busca a realização de um documentário cinematográfico para conhecer as demandas dos alunos no campo da saúde (MEC/UFF, 2012).

Nos âmbitos da cultura e saúde também merecem destaque diversos projetos institucionalizados, como a revista editada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que divulga a produção artística e cultural da comunidade universitária (OLIVEIRA; VENITE, 2008) e o “Projeto Longe de Casa” da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que procura fornecer acompanhamento para os alunos com dificuldade de adaptação, oferecendo também aulas de yoga e massoterapia (MEC/UFOP, 2012).

Para adequar os serviços oferecidos ao orçamento e à necessidade dos alunos, é fundamental uma metodologia de acompanhamento e avaliação da política. Para isso as instituições devem criar e definir conceitos, princípios, critérios, procedimentos e indicadores para promover sua Autoavaliação (SOBRINHO, 2003). Segundo o FONAPRACE (2012), também é fundamental que a avaliação inclua a opinião dos discentes e demais pró-reitorias, de forma continuada, sobre a dinâmica dos serviços e os projetos realizados.

Para exemplificar a questão da avaliação, cabe mencionar a experiência da Universidade Federal de Viçosa: no Relatório de Autoavaliação Institucional da UFV, divulgado em 2012, há uma tentativa de promover uma avaliação da política de atendimento ao discente, por meio de pesquisa. Foram distribuídos questionários aos técnicos-administrativos, alunos e docentes, e os resultados foram apresentados nesse relatório. As questões contemplavam assuntos como moradia estudantil, utilização dos serviços da divisão de saúde, higiene do ambiente onde ocorrem os atendimentos, qualidade do atendimento, a questão de disponibilidade de vagas para consulta, entre outros itens (MEC/UFV, 2012).

Outras duas instituições, a Universidade Federal de Ouro Preto e a Universidade Estadual de Londrina, também mencionam a realização de pesquisas para elaboração de um Perfil Socioeconômico e Cultural de seus estudantes. A medida tem por objetivo conhecer e mapear a realidade de seus alunos para elaborar e reorganizar ações no sentido de atender as reais necessidades do público alvo da política.

É importante destacar também a necessidade da divulgação das ações oferecidas pelas instituições. Muitos alunos nem sabem que determinados serviços estão disponíveis na instituição, daí a importância da informação (FONAPRACE, 2005). Não basta oferecer os serviços, os discentes, e demais membros da comunidade acadêmica, devem ser informados que existe esse serviço na instituição, e quem/qual local devem procurar para orientar-se a respeito, e em quais situações.

Muitas universidades preocupam-se com a divulgação de suas ações, nesse aspecto pode ser mencionado o exemplo da Universidade Federal de Ouro Preto, que promoveu uma alteração recente no *layout* da página da assistência estudantil para facilitar aos usuários acesso mais fácil e ágil às informações necessárias (realização de palestras, serviços

oferecidos, informações sobre atendimento odontológico e psicológico, horário para agendamento de consultas, dentre outros serviços) (MEC/UFOP, 2012). Algumas instituições, a exemplo da Universidade Federal Fluminense, também possuem *blogs* para manter os alunos informados sobre determinadas ações e para divulgar eventos.

A busca pela ampliação das ações e pela criação de projetos sociais abrangentes revela uma preocupação com as novas demandas impostas à assistência estudantil, geradas em grande parte pelas políticas públicas em curso nas IFES, que tratam da promoção do acesso e inclusão social.

No Quadro 2 são apresentadas as experiências selecionadas, por Universidade, órgão gestor da Assistência Estudantil e principais projetos e atividades desenvolvidas.

Quadro 2 – Setores responsáveis pela execução da AE nas universidades apresentadas e principais ações.

Instituição	Órgão Responsável pela política de AE	Projetos e Atividades
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	<ul style="list-style-type: none"> Na UFU merece destaque o fato da Diretoria de Assuntos Estudantis (DIRES) estar estruturada no interior da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, o que amplia a possibilidade de ações conjuntas entre as três áreas. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolve diversos projetos de formação cultural e formação de cidadania; Mantém o Centro de Atendimento ao Estudante (CEAL) que orienta e encaminha as demandas estudantis relacionadas com: solicitação de recursos financeiros, espaço físico, veículos, passagens; apresentação de trabalhos em encontros, congressos, seminários; apoio a eventos de caráter cultural, político e/ou esportivo; O atendimento psicológico é realizado por meio do “Setor de Atendimento psicológico ao Estudante” (SEAPS). Órgão que também mantém projetos preventivos e educativos; A UFU também possui uma divisão de esporte e lazer universitário; A DIRE busca também parcerias com outras Pró-Reitorias para viabilizar programas e projetos nas áreas de assistência, que são desenvolvidos de forma conjunta.
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	<ul style="list-style-type: none"> O setor responsável pela assistência estudantil é o SEBEC (Serviço de Bem Estar à Comunidade), que é um órgão de apoio vinculado à reitoria e tem por finalidade a promoção do bem-estar da comunidade universitária através da operacionalização de serviços e programas voltados para alunos, docentes e funcionários. A SEBEC possui três divisões responsáveis pela política de AE: Divisão de Apoio Administrativo, 	<ul style="list-style-type: none"> No âmbito da assistência estudantil a instituição possui moradia e oferece aos seus discentes transporte, alimentação, assistência ambulatorial (médico-odontológica), apoio sócio-familiar, apoio psicológico e psiquiatria, além de organizar e desenvolver diversos seminários (exemplo: semana sobre prevenção do uso de álcool e drogas);

	Divisão de Moradia Estudantil e Divisão de Serviço Social.	
--	---	--

Quadro 2 – Setores responsáveis pela execução da AE nas universidades apresentadas e principais ações. continuação

Universidade Federal de Goiás (UFG)	<ul style="list-style-type: none"> • A Assistência Estudantil fica a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária. • Existe um gabinete central responsável pela coordenação da política de assistência social da universidade (que é oferecida a toda comunidade acadêmica) além de possuir uma coordenação administrativa e diversas assessorias (os assessores destacam-se por serem responsáveis por prestar um atendimento individualizado ao estudante e fazerem os devidos encaminhamentos, de acordo com cada situação específica); • Há um setor de serviço social que coordena e desenvolve os programas sociais no âmbito da instituição; 	<ul style="list-style-type: none"> • Além de oferecer creche para filhos dos estudantes e funcionários, possui setores responsáveis pela nutrição, saúde e serviço odontológico; • Oferece um programa de apoio, composto por uma equipe multidisciplinar, que atua na área de saúde mental e de dependência química; • Existe também um programa de apoio e incentivo a participação dos estudantes em eventos científicos e culturais.
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	<ul style="list-style-type: none"> • A Assistência Estudantil está a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. Divide-se em quatro coordenadorias: “Esporte e Lazer”, “Saúde”, “Programas Sociais” e “Moradia e Alimentação”; • A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis atua em conjunto com representações de estudantes, como o DCE, de forma a apoiar as iniciativas desses acadêmicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • A universidade promove e desenvolve programas e projetos na área de assistência à saúde, assistência psicossocial, assistência ao esporte e lazer, inclusão social e acessibilidade. • O atendimento psicossocial foi estabelecido por meio de uma rede de recursos internos e externos; • Para além dos auxílios financeiros, merece menção a existência de projetos que buscam realizar oficinas sobre temas como stress, autoestima, relações interpessoais, entre outros, além de promover palestras educativas ministradas por especialistas, conforme a demanda da instituição; • A Coordenadoria de Saúde existe desde 1983 e presta atendimentos de saúde, consultas médicas, odontológicas e nutricionais; • A Coordenadoria de Esporte e Lazer coordena, e desenvolve atividades relacionadas às ações esportivas e de lazer da UFLA; •
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	<ul style="list-style-type: none"> • A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) é responsável pela política. • Divide-se em Coordenadoria de Assistência Social; Saúde e de Restaurantes Universitários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Destacam-se os diversos projetos organizados pela PRACE, nas áreas de saúde mental, tabagismo, acompanhamento pedagógico. • As ações de Assistência a Saúde incluem a existência do Centro de Saúde, voltado para o atendimento psicológico, social e odontológico.

Quadro 2 – Setores responsáveis pela execução da AE nas universidades apresentadas e principais ações. continuação

<p>Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é responsável pela coordenação e execução da Assistência Estudantil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mantém, em conjunto com o Centro de Educação da UFSM, o Núcleo de Apoio ao Estudante, Ânima, responsável pelo desenvolvimento de ações de avaliação e acompanhamento pedagógico, psicológico e psicopedagógico; organiza programas (ex: musicoterapia), oficinas e seminários; oferece orientação profissional e cursos de formação continuada. • Além de possuir moradia estudantil, oferecer auxílio creche, alimentação e transporte, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis apoia diversos projetos de atenção à saúde e esportivos (desenvolvidos na instituição); desenvolve ações culturais e apoia projetos na área de cultura (responsável pela edição de uma revista com intuito de divulgar a produção artística e cultural da comunidade universitária); oferece apoio pedagógico aos alunos.
<p>Universidade Federal de Viçosa (UFV)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Assistência Estudantil fica a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Destaque para o fato das ações estarem subdivididas em diversos setores dentro da Pró-Reitoria: • Divisão Administrativa responsável pela coordenação e administração das ações no âmbito das diversas modalidades; • Divisão de Assistência Estudantil, que é responsável pela administração do alojamento dos estudantes; • Divisão Psicossocial que desenvolve programas, oficinas e seminários de saúde mental; existe também a divisão de saúde que funciona como um ambulatório que atua na área médica, nutricional, odontológica, além de oferecer serviços de fisioterapia e enfermagem. • Divisão de Alimentação que administra a questão do oferecimento das refeições do restaurante universitário e uma divisão responsável pela avaliação, seleção e concessão das bolsas e serviços oferecidos aos estudantes.
<p>Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A UFMT articular suas ações na área de assistência estudantil a partir da criação da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV), objetivando atender desafios e demandas atuais, que exigem um maior compromisso social da instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Busca agregar formação acadêmica, política, esportiva e cultural, priorizando estudantes economicamente vulneráveis. • Dentro da PROCEV há uma coordenação de esporte e lazer.

Quadro 2 – Setores responsáveis pela execução da AE nas universidades apresentadas e principais ações. continuação

<p>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</p>	<p>- O órgão responsável pela Assistência Estudantil na UFRJ é a Superintendência de Políticas Estudantis (SUPEREST), criada em 2011, busca desenvolver uma política de sustentação às ações de assistência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A SuperEst agrega as Divisões de Assistência ao Estudante, Residências Estudantis, Saúde ao Estudante, Acessibilidade e Atendimento Comunitário, organizadas em seções que procuram constantemente propor novas dinâmicas para as ações desenvolvidas. • As tarefas desse órgão vão além do oferecimento de serviços, procuram, constantemente, planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações que são oferecidas aos discentes, para possíveis reformulações, segundo a demanda. • Desenvolve projetos em conjunto com outras Pró-Reitorias (exemplo: projeto de “diversidade sexual” em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão). • A Divisão de Saúde oferece avaliações e atendimento psicológico, além de realizar visitas domiciliares. • Oferece apoio financeiro para realização de eventos estudantis (culturais, políticos e esportivos).
<p>Universidade Federal Fluminense (UFF)</p>	<p>-A Assistência Estudantil fica a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.</p> <p>-</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Merece destaque o programa de Apoio e Incentivo ao Esporte da Instituição, o UFFEsporte, lançado em 1998 que procura apoiar a participação em torneios e campeonatos dentro ou fora da instituição, fornecendo uniforme, transporte, hospedagem, auxílio para inscrição nas provas e alimentação. • - A Divisão de Saúde possui um projeto interessante que procura dar voz aos alunos para conhecer suas demandas: planeja realizar um documentário cinematográfico com seus alunos para que eles relatem suas demandas no campo da saúde.

Fonte: Elaborado pela Autora

2.3 Aspectos Metodológicos

O objetivo deste item é explicitar que procedimentos foram utilizados para elaboração deste trabalho, por meio de considerações a respeito do tipo de pesquisa, as formas de investigação do objeto e técnicas utilizadas para coleta de dados.

A descrição da metodologia será feita adotando-se o sistema de classificação definido na obra de Gil (2008). Segundo esse autor, para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.

As primeiras considerações referem-se à natureza da pesquisa. Pode ser classificada, quanto à sua natureza, como pesquisa aplicada, pois tem como objetivo produzir conhecimento para aplicação imediata em uma realidade específica, ou seja, produzir conhecimentos que podem ser úteis para solução de um problema específico. No caso deste trabalho, a pesquisa envolve a busca de soluções que possam contribuir para a política de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora, com vistas à promoção de redução das desigualdades sociais e educacionais, em um contexto de ampliação do acesso ao ensino superior que enseja adaptações nas políticas de permanência.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e de um estudo de caso, que procurou levantar dados sobre um tema ainda pouco explorado na literatura, a partir da perspectiva de alguns sujeitos de investigação e por meio de pesquisa documental e bibliográfica.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados por meio de amostragem intencional não probabilística, ou seja, procurou-se selecionar indivíduos representativos para cada área escolhida. Nesse processo, a escolha foi feita levando-se em consideração quais sujeitos poderiam atuar como fontes de informação em diferentes campos multidisciplinares no interior da UFJF, considerando que o objetivo principal seria investigar se há alguma integração ou relação de cooperação e, em caso positivo, como funciona, entre a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (gestora da política de Assistência Estudantil) e setores específicos da UFJF. Nos parágrafos a seguir, é apresentada uma caracterização dos entrevistados:

A primeira entrevistada atua na Faculdade de Serviço Social. Optou-se por realizar uma entrevista com uma gestora da área, dada a importância da atuação dos profissionais de Serviço Social na política de assistência estudantil, e as amplas possibilidades de articulação que podem surgir, entre a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e essa faculdade.

Segundo o Conselho Federal do Serviço Social, entre as competências específicas do assistente social encontram-se: potencialização da orientação social com o objetivo de ampliação do acesso dos indivíduos aos direitos sociais; construção de estratégias para

fomentar a participação, reivindicação, defesa e controle social por parte dos usuários das políticas públicas; gerenciamento, planejamento e execução voltados para uma gestão democrática; realização de estudos e pesquisas capazes de revelar as reais condições de vida e demandas dos usuários das políticas de assistência (CFESS, 2012). Essas competências específicas do profissional são indícios de sua capacidade de contribuição na implementação e desenvolvimento das políticas sociais.

O segundo entrevistado, por sua vez, atua na gestão de projetos de extensão da Faculdade de Educação Física. Procurou-se então investigar se há alguma integração dessa faculdade com a PROAE, no sentido do desenvolvimento de ações esportivas para alunos apoiados pelo programa de assistência.

A entrevistada de número três atua na gestão do Centro de Psicologia Aplicada. Na entrevista realizada no CPA o objetivo foi investigar, em linhas gerais, como era feito o encaminhamento dos alunos da assistência para esse setor e se havia um projeto voltado para eles e, em caso positivo, como funcionava.

O quarto sujeito de pesquisa atua como gestor na Pró-Reitoria de Cultura. Por meio dessa entrevista procurou-se verificar as ações no âmbito da Cultura que tinham como sujeitos os alunos e as possibilidades e desafios de uma integração das políticas de cultura com a de assistência estudantil.

Foi realizada também uma entrevista com uma servidora da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis com o intuito de conhecer as ações desenvolvidas pela PROAE – além das encontradas em documentos oficiais -, os principais desafios de gestão que atualmente se impõem ao setor, bem como os objetivos e finalidades de algumas ações da política de assistência. Procurou-se conhecer a visão da gestão sobre a política que desenvolvem.

Buscou-se também identificar o ponto de vista dos usuários da política. Pela impossibilidade de identificação dos acadêmicos beneficiários da assistência - por tratar-se de processo que envolve análise socioeconômica e obrigatoriedade de preservação de dados individuais – optou-se por entrevistar alguém que representa os alunos por meio do Diretório Central dos Estudantes. Como esse órgão é responsável pela interlocução com a PROAE no que se refere a Política de Assistência procurou-se identificar como ocorre a participação do DCE, se há espaços para debates, bem como as principais reivindicações dos alunos a respeito dessa política. Adicionalmente procurou-se coletar impressões e opiniões sobre a assistência estudantil.

Para facilitar a identificação dos sujeitos de pesquisa foi organizado um quadro com uma caracterização de cada um. É importante ressaltar que todos exercem atualmente alguma função de gestão em seu respectivo local de atuação.

Quadro 3: Apresentação dos Entrevistados

Código	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Local de Atuação	Faculdade de Serviço Social	Faculdade de Educação Física	Centro de Psicologia Aplicada da UFJF	Pró-Reitoria de Cultura	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Diretório Central dos Estudantes
Cargo na UFJF	Docente	Técnico-Administrativo em Educação	Docente	Docente	Técnico-Administrativo em Educação	Aluno do curso de B. I. em Ciências Humanas

Fonte: Elaborado pela Autora

Optou-se pela realização de entrevistas com roteiros semiestruturados com os sujeitos de pesquisa. Foi organizado um roteiro (APÊNDICE 1), com um conjunto de questões básicas que objetivavam, em linhas gerais, investigar a existência de ações integradas entre a PROAE e outros setores, além de permitir que os sujeitos manifestassem suas opiniões e reflexões sobre o tema da assistência e sobre as ações da política de assistência da UFJF, em seu âmbito de atuação. Apesar de possuírem uma ordenação, as questões eram flexíveis, pois permitiam alteração da sua ordem ou mudanças no roteiro conforme o discurso do entrevistado – sendo necessário, em alguns casos, modificar as questões ou mesmo acrescentar outras para facilitar a compreensão do sujeito que estava sendo entrevistado ou possibilitar que ele esclarecesse melhor determinado assunto relevante para a pesquisa.

A importância da entrevista deve-se ao fato de permitir a obtenção de informações que não estavam disponíveis em documentos oficiais (como Relatórios de Atividades da PROAE, Relatórios de Autoavaliação da UFJF, dentre outros consultados), além de possibilitar que outras pessoas, envolvidas direta ou indiretamente com a política, emitissem suas opiniões e

impressões sobre a assistência estudantil da UFJF, bem como suas sugestões para o aperfeiçoamento desse programa.

Para realização dessas entrevistas os sujeitos foram contactados previamente. No primeiro momento, era exibida uma “Carta de Apresentação” e o tema da pesquisa também era informado, em seguida, realizava-se o agendamento da entrevista. Esse contato inicial foi realizado pessoalmente (na maior parte das vezes) ou por e-mail. Na data e horário, previamente combinados, foram realizadas as entrevistas, que foram gravadas para transcrição posterior. Antes de sua realização era solicitado que o respondente preenchesse um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” que continha dados a respeito de sua participação, o tema da pesquisa e a garantia do sigilo da identidade do sujeito.

Parte significativa da coleta de dados para pesquisa foi realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Foram consultados diversos documentos oficiais da UFJF, entre eles: Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatório de Gestão e de Autoavaliação bem como notícias veiculadas no portal da UFJF por meio da Secretaria de Comunicação.

Para conhecer outras experiências de desenvolvimento da política de assistência estudantil também foram consultadas informações veiculadas por outras instituições públicas em seus portais e outros registros institucionais, além de notícias e relatórios de projetos desenvolvidos, que foram divulgados por essas instituições em seus veículos oficiais.

2.4 Um Estudo da Política de Assistência ao Estudante da UFJF

Esse item concentra-se nas ações desenvolvidas na UFJF e traz algumas análises, baseadas nas entrevistas realizadas com seis diferentes atores da instituição.

Inicialmente, é apresentada uma análise de alguns trechos das entrevistas que permitiram entrever impressões e opiniões de alguns atores da UFJF a respeito da política de assistência estudantil da instituição.

Posteriormente, serão exibidos dados das entrevistas, que fornecem um indicativo a respeito da necessidade de promover uma avaliação sistematizada do programa em questão, principalmente no que se refere à contrapartida dos estudantes, ou participação dos beneficiários da bolsa de “manutenção” nos projetos cadastrados na PROAE.

Nos itens finais do capítulo, são apresentadas considerações relativas ao atendimento psicológico prestado aos alunos da assistência estudantil, além de uma breve análise das ações

desenvolvidas no campo do esporte e da cultura, tendo por base as entrevistas realizadas na UFJF.

2.4.1 A Política de Assistência Estudantil sob a Perspectiva de Diversos Atores da UFJF

Esse subitem tem o objetivo de sintetizar algumas impressões e opiniões de alguns atores da UFJF, entrevistados nessa pesquisa, que vão de encontro aos aspectos tratados no referencial teórico desse capítulo, como será visto a seguir:

Foi mencionado nesse capítulo que Demo (1994) associa desigualdade à pobreza, mas sua concepção não se restringe a carência material. Onde é possível concluir que a Assistência Estudantil deve revelar-se como um mecanismo de combate à pobreza, não só do ponto de vista econômico, mas também compreendendo a existência de uma dimensão política, que só pode ser obtida com a igualdade de oportunidades educacionais e cidadania.

Essa concepção também foi reforçada em muitos momentos da entrevista com E1:

Acho que a Política de Assistência Estudantil tem que ser considerada na lógica do direito à educação, e uma educação de qualidade. A gente percebe muitas vezes que esses alunos entram na universidade e a permanência deles é muito difícil. Muitas vezes eles precisam assumir várias bolsas e trabalhos. O direito à educação de qualidade e a cidadania ficam comprometidos (E1).

Em outro momento, quando indagada a respeito da importância da intervenção ou colaboração da Faculdade e dos profissionais de Serviço Social na implementação, monitoramento e avaliação da política de Assistência Estudantil, a entrevistada manifestou sua opinião em relação à política ao abordar a questão das possíveis formas de integração entre o Serviço Social e Pró-reitoria de Assistência Estudantil:

Eu acho que através da Faculdade de Serviço Social a gente poderia pensar outras ações, uma vez que esse âmbito social (a gente não pode ter uma leitura do social muito restrita) abrange várias coisas, como a questão da saúde, cultura, lazer, a questão pedagógica. Então acho que seria importante no sentido de que a gente garantisse que essa Assistência Estudantil, ao ter um recorte socioeconômico mais bem traçado, conseguisse ultrapassar a ação financeira. Pudessem entender melhor esse estudante nas suas relações com a família, relações comunitárias, dentro da universidade com seus colegas (...) (E1).

A E1 ressalta que existem outros elementos da política de assistência que deveriam ser considerados também. Ela afirma perceber que muitos alunos têm outras necessidades dentro da universidade, como atendimento de saúde, dentário, psicossocial e também em relação à aprendizagem (necessitando de um acompanhamento pedagógico). Ela acredita que uma provável concentração de ações no âmbito financeiro pode ser atribuída, principalmente, ao reduzido quadro de profissionais atuando na assistência estudantil, insuficientes para o quantitativo de alunos da universidade. Ela afirma ter conhecimento de ações mais amplas desenvolvidas com sucesso em outras universidades, como atendimento odontológico, médico, além de acesso a recursos que garantam a aprendizagem do aluno nas disciplinas e acredita que a UFJF pode repensar sua política de assistência para atender também essas outras necessidades dos alunos.

Na entrevista, realizada no Diretório Central dos Estudantes, também foi possível perceber a opinião e a importância dada por essa entidade à política de assistência. A título de exemplificação transcrevemos a frase abaixo, proferida em resposta a pergunta que indagava se o DCE tinha conhecimento da política de assistência aos alunos desenvolvida na UFJF:

Nós temos sim um certo conhecimento da política de Assistência Estudantil, a nossa gestão prioriza muito essa política, entendendo esse momento que a universidade está passando de expansão e política de cotas. Então, a gente vê a Assistência Estudantil como uma ferramenta de extrema importância (E6).

Em diversos momentos da entrevista com E6 foi possível notar que percebem a política como direito do aluno, e não como favor, o que é um ponto positivo. Em certo momento o entrevistado declara expressamente que o auxílio concedido ao aluno é um direito.

O E2 também manifesta sua percepção sobre a política de assistência ao discente ao afirmar que entende as políticas de afirmação como sendo “fundamentais para contribuir com a permanência de alunos com certa desvantagem social” (E2). Ele acredita que ela atua como uma importante ação de suporte para os alunos, sendo fundamental para a permanência no ensino superior para muitos beneficiários.

2.4.2 A Importância da Avaliação na Política de Assistência Estudantil

É importante destacar que durante as entrevistas muitos sujeitos de pesquisa discorreram sobre a questão da contrapartida, ou da participação do aluno beneficiário da bolsa de “manutenção” em projetos vinculados à PROAE, o que nos indica ser esse um dos pontos que

mais necessita de avaliação em relação às ações que já são desenvolvidas pela Pró-Reitoria responsável pela política.

Conforme descrição apresentada no capítulo 1, a modalidade “manutenção” oferece refeições gratuitas no Restaurante Universitário, transporte de ida e volta para o campus e auxílio financeiro, que em 2013 teve estipulado o valor de trezentos e dez reais. Para ter direito a essa modalidade o acadêmico deve, obrigatoriamente, desenvolver doze horas semanais em atividades sociopedagógicas em projetos vinculados à PROAE. Essas doze horas desenvolvidas em projetos geram uma multiplicidade de discursos e opiniões no âmbito da UFJF, que serão exibidos nesse item, com base nas informações coletadas nas entrevistas.

A E1 acredita que a participação dos alunos em projetos pode comprometer seu desempenho acadêmico, ela declara que “do jeito que está organizado o sistema de bolsas, acaba comprometendo o tempo de estudo do aluno”. Ela acredita que o fato do bolsista utilizar doze horas semanais para participar de projetos pode acabar prejudicando a igualdade de oportunidades entre os alunos, pois muitas vezes os beneficiários da assistência já possuem um déficit de conteúdo, uma lacuna em relação aos conteúdos do Ensino Médio, e com a atuação nos projetos ainda vêm seu tempo de estudos reduzidos em relação aos não bolsistas:

Aqui no Serviço Social tentamos trazer o aluno para atividades do curso, fazendo com que desenvolvam atividades que contribuam diretamente para sua formação profissional, mas o que a gente vê na maioria das vezes são alunos desenvolvendo outras atividades na universidade, puramente administrativas, burocráticas, que nada acrescentam para sua formação. Esse aluno muitas vezes já tem um déficit de conteúdo do Ensino Médio, é proveniente de uma família onde não há incentivo à leitura, por exemplo (E1).

Pelos motivos expostos, a E1 reforçou a necessidade de avaliar e monitorar a questão da contrapartida de 12 horas semanais, principalmente acompanhando a frequência e o aproveitamento dos beneficiários que desenvolvem essas atividades, em seus respectivos cursos. Para essa entrevistada a questão da contrapartida é incompatível com a visão da assistência como direito já que “a partir do momento que a gente pensa em contrapartida estamos deixando de pensar na lógica do direito” (E1).

O E2, por sua vez, declara perceber a participação dos alunos em projetos de forma positiva, para ele “essa é uma forma do bolsista apoiado estar envolvido diretamente com a sua área de formação e também com a opção do esporte de seu interesse” (E2). Porém sua opinião está voltada somente para o caso dos alunos da Educação Física, já que ele declara que “muitos alunos do apoio dão suporte aos projetos de extensão da FAEFID, sendo

bolsistas em diversas modalidades de esporte (...) esse caminho contribui para formação deles no esporte” (E2). Um indício de que a participação, quando ocorre na própria área de formação do aluno, pode ser benéfica.

O E4 também manifesta sua opinião favorável em relação ao desenvolvimento de projetos, por parte dos alunos beneficiários da modalidade “manutenção”:

Acho que o sistema de bolsas, além de obrigar o aluno a estar envolvido com alguma coisa, possibilita ter um vencimento por algo produzido, não só uma ajuda financeira. Então eu acho que o caminho seria a ampliação desse sistema de bolsas. Não concordo muito com essa questão da ajuda financeira por si só, é importante encaixar o aluno dentro de um sistema de participação, de produtividade e de envolvimento com assuntos da universidade (E4).

Esse entrevistado, que atua na área de Cultura, também faz uma menção importante: para ele o principal problema dessa questão da contrapartida, refere-se a necessidade de uma maior divulgação e articulação entre os setores para que todas as oportunidades de bolsas oferecidas possam ser ocupadas. Ele declara já ter estado em várias situações em que são oferecidas bolsas, mas não há alunos para ocupá-las. Por outro lado, sabe-se que há também situações em que há alunos da modalidade “manutenção” sem desenvolver nenhuma atividade porque supostamente não existem projetos disponíveis para todos, o que pode ser um indício de que essa articulação da PROAE com outras Pró-reitorias precisa ser ampliada.

Segundo nos relatou E5, foi percebido, há algum tempo, essa necessidade de integração, nesse caso específico. A entrevistada relata, inclusive, que houve uma percepção de que haviam alunos apoiados da assistência, que obrigatoriamente tinham que desenvolver atividades em projetos, sem desenvolver as doze horas semanais porque não havia projetos para todos eles, enquanto algumas Pró-Reitorias tinham projetos sem alunos para ocupar as vagas. Foi feita, então, segundo E5, uma reunião com os Pró-reitores de Graduação e Extensão para que fosse estabelecido um diálogo com o intuito de evitar essa situação. Mas, segundo podemos perceber pelo relato do quarto entrevistado, a situação continua a ocorrer.

Para esse caso específico, uma possível solução seria o desenvolvimento de um sistema de cadastro dos projetos, em que todos os interessados (professores e pró-reitores) pudessem inscrever seu projeto. Os alunos também poderiam ter acesso a essas oportunidades *online* e realizar sua inscrição em atividades de sua preferência. Isso tornaria o processo mais transparente, permitiria que mais alunos participassem e possibilitaria que todos desenvolvessem atividades em sua área de interesse. Isso compatibilizaria a escolha do aluno

com as atividades oferecidas, já que atualmente não tem sido possível, muitas das vezes, encaminhar o discente para a área de seu interesse, o que tem gerado protestos por parte dos alunos, em relação ao desenvolvimento de atividades incompatíveis com a área de formação.

Segundo E5, tenta-se compatibilizar o interesse do aluno com os projetos disponíveis, mas nem sempre isso é possível:

No caso de alunos que desenvolvem projetos em áreas diferentes de sua formação, é feito um trabalho de convencimento para que o aluno possa experimentar novos campos de atuação (...) nesse sentido as 12 horas podem ser oportunidade de descoberta de novos campos de atuação ou de consolidação daquilo que (o aluno) tem certeza que quer atuar, não meramente contrapartida (E5).

Nesse ponto cabe destacar a opinião do DCE sobre a participação dos apoiados nesses projetos. Como representantes dos alunos, a principal reivindicação dessa entidade é que essa participação em projetos seja extinguida, ou pelo menos perca o caráter obrigatório.

A gente não gostaria que os alunos ficassem cumprindo essa contrapartida. Consideramos que a Assistência Estudantil é um auxílio e o aluno tem que ficar estudando e não cumprindo tarefas, um auxílio não requer essa contrapartida (...) além do mais, tem alunos que executam tarefas na área específica e tem alunos que executam tarefas que não vinculam com o curso, esse é o problema. Outro problema é a obrigatoriedade, mesmo quando não tem interesse o aluno tem que desenvolver atividades que não se relacionam com o seu curso (E6).

Ao ser questionado se essa é a opinião dos alunos que estão em contato com o Diretório Central dos Estudantes, e se havia sido feita alguma pesquisa a respeito, o entrevistado respondeu que as opiniões se dividem, que alguns alunos gostam de participar dos projetos e outros não, mas como representante de uma entidade (e todos são a favor da finalização da contrapartida) eles irão lutar pela extinção da obrigatoriedade de participação – o que, segundo ele, foi também uma questão discutida em campanha para as eleições do DCE, que ocorreram recentemente.

O E6 também faz uma crítica ao desenvolvimento de atividades que, segundo ele, não contribuem para a formação dos alunos: “a nossa grande crítica é essa: colocar alunos na Central de Atendimento, na Biblioteca, que estão exercendo atividades de técnicos concursados (...) são alunos que estão executando tarefas que técnicos podem estar realizando”. Oferecer para esses beneficiários bolsas de extensão e pesquisa seria bem vindo, segundo o entrevistado: “se for uma bolsa de iniciação científica ou pesquisa não temos nada

contra, queremos ampliar essas bolsas, que elas andem junto com o auxílio de apoio estudantil” (E6).

Ao ser questionada sobre os objetivos da participação dos alunos nesses projetos, a E5 deu a seguinte resposta:

A participação nos projetos não é necessariamente uma contrapartida, mas um dos pilares da modalidade manutenção. Os alunos que estão nos projetos vivenciam isso como oportunidade de experimentar a vida acadêmica ou profissional, no sentido de integração com a equipe de formação profissional (E5).

Ainda segundo E5, os dados disponíveis (não relata especificamente quais são e como foram obtidos esses dados) apontam que a maioria dos alunos estão satisfeitos com a participação nos projetos e relatam, ao final dos mesmos ou ao final do curso, a contribuição positiva que essa participação trouxe para sua vida acadêmica. Outra concepção importante, relatada pela entrevistada, revela objetivos dessa contrapartida do estudante:

O aluno apoiado tem um campo diferente aberto, por meio da participação em um projeto de pesquisa, extensão, graduação. Um projeto pode ter mérito, mas não ter vagas para bolsistas, então o professor aprova o projeto e cadastra na PROAE para que seja possível abrir vagas para os apoiados. É outra oportunidade para o aluno que às vezes não é selecionado nas bolsas acadêmicas de iniciação científica e pesquisa (...) essa é uma porta de entrada para quem não conseguiu ingressar por meio da seleção para esses projetos (E5).

Por tudo que foi exposto pelos entrevistados, é possível considerar que a obrigatoriedade de atuar em projetos da UFJF, por parte do aluno apoiado por essa modalidade da Assistência Estudantil, pode ser uma excelente chance para articular assistência com ensino/pesquisa, conforme propõe o próprio Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Essa ação pode ser vista como uma forma de melhorar a qualificação do aluno além de oferecer condições de cidadania, porém a gestão dos projetos precisa ser organizada de forma que todos possam ser contemplados com a participação em áreas afim ao seu curso, ou em atividades que não se relacionam com o curso somente quando for de interesse do aluno ampliar sua formação. É necessária também uma avaliação detalhada sobre o desempenho acadêmico dos alunos que atuam nesses projetos, a fim de compará-los com os demais atendidos do programa, para verificar se as 12 horas poderiam ter algum impacto nesse desempenho.

É importante que todos se conscientizem que a participação dos alunos nos projetos pode fazer parte do projeto da assistência, como medida capaz de promover uma melhor formação e qualificação do aluno. Encarada como “contrapartida”, ela tem sido vista, em muitos casos, como forma dos alunos exercerem atividades na UFJF em troca do auxílio material oferecido, por isso tem sido vista com caráter pejorativo por muitos atores envolvidos direta e indiretamente com a política de assistência.

2.4.3 Ações no campo da Saúde: construindo uma política social preventiva

No início deste capítulo, ao abordar a questão da política social, destacou-se a importância de organizar programas sociais que atuem de forma preventiva. No caso das ações no campo do atendimento psicológico é importante atuar nas raízes do problema, evitando que se processe.

Ao questionar-se a E3, da Clínica de Psicologia Aplicada (local para onde são encaminhados os alunos da assistência que necessitam de atendimento psicológico) se os problemas psicológicos podem afetar a permanência do aluno no ensino superior, a seguinte afirmação foi proferida pela entrevistada:

Eu acho que no caso dos alunos da assistência estudantil, dependendo da demanda que eles trazem, isso pode influenciar na aprendizagem e na formação do estudante. Se for algo mais grave vai ter reflexo nele enquanto estiver atuando como profissional (...). Os problemas psicológicos podem afetar o desempenho acadêmico, gerar problemas de comportamento ou até inviabilizar a continuação do curso superior, se não forem tratados. Podem inviabilizar o convívio social, a interação com outros estudantes, a capacidade de se organizar e cumprir atividades acadêmicas (E3).

A entrevistada menciona o caráter preventivo desse atendimento ao afirmar que o aluno pode encontrar-se em um momento de estresse psicológico e emocional que a vida acadêmica, às vezes, gera e nem perceber a necessidade de um atendimento especializado. Esse atendimento psicológico pode então atuar de forma preventiva em relação a essas demandas.

Nesse ponto, cabe mencionar alguns aspectos importantes encontrados em diversos artigos que procuram estudar a ampliação dos serviços oferecidos aos discentes na Universidade Federal de Santa Maria, e algumas outras instituições públicas, que estão compilados em um livro que procura refletir sobre ingresso e permanência no Ensino Superior – e configura-se como um das pouquíssimas obras que abordam especificamente a temática da assistência estudantil no Brasil. Pesquisadoras e psicólogas da Universidade Federal de Santa

Maria declararam perceber que há pouco empenho na efetivação e fomento de políticas públicas de assistência psicológica ao corpo discente nas universidades em geral, sendo também rara a divulgação desses serviços (GONÇALVES; POZOBON, 2008).

Gonçalves e Pozobon (2008) afirmam que a entrada na universidade submete o aluno a múltiplos estressores⁸ que podem afetar diretamente sua vida acadêmica e gerar baixo rendimento acadêmico. Isso pode ocasionar a evasão ou interferir na permanência do aluno.

Esse aspecto, destacado por essas autoras e pela entrevistada, leva a concluir que as políticas voltadas ao atendimento psicológico do aluno são importantes instrumentos para contribuir com a permanência dos acadêmicos no ensino superior, o que se configura como objetivo maior declarado pelas políticas de assistência estudantil.

Segundo a E5, no caso da política de assistência estudantil da UFJF, é oferecido atendimento psicológico aos alunos beneficiários da política, e funciona da seguinte forma: o atendimento emergencial é feito quando o aluno chega na PROAE com alguma queixa específica “Às vezes vem por um motivo, mas por trás há a necessidade de um atendimento psicológico” (E5), em alguns casos, segundo a entrevistada, é possível fazer um atendimento agendado, em outros, a situação é tão urgente que o atendimento tem que ser imediato. Segundo a entrevistada, em todos os casos, embora o encaminhamento para a CPA seja feito, ainda é mantido um atendimento na PROAE e geralmente mais dois ou três encontros com o aluno são realizados: “a gente completa o ciclo desse primeiro encaminhamento e, às vezes, o aluno não está preparado para ser encaminhado. Então, às vezes, é algo que demanda dois ou três encontros” (E5).

A E5 destaca também que as situações emergenciais têm aumentado muito e um dos motivos “é a instituição perceber que tem um local onde você pode encaminhar, onde esse aluno possa ser atendido” (E5). A entrevistada afirma também ter tido conhecimento, por meio dos coordenadores, de que muitos deles ficavam perdidos sem saber para onde encaminhar os alunos que necessitavam, mas ficou visível recentemente para esses coordenadores que a PROAE era o setor capaz de cuidar dessa questão, então passaram a receber mais atendimentos. Ela também destaca que os alunos geralmente são encaminhados pela direção da unidade ou coordenador de curso.

Chama atenção o fato de, atualmente, não haver nenhum psicólogo exercendo especificamente essa função na PROAE e a própria Pró-Reitora de Assuntos Estudantis ter

⁸ As autoras definem esses múltiplos estressores como as demandas universitárias as quais os alunos são submetidos, como a grande quantidade de informações as quais são expostos, a necessidade de domínio da linguagem acadêmica, adequação a um novo espaço físico, assimilação de novos valores, dentre outros múltiplos papéis que são exigidos (GONÇALVES, POZOBON, 2008).

que realizar esses atendimentos (sua formação é como psicóloga), mesmo reconhecendo a incompatibilidade de seu cargo de gestão com essa tarefa. Seria urgente contar com um profissional de psicologia, especificamente designado para esse atendimento inicial na PROAE.

Quando se trata da importante interrelação da PROAE com a CPA, foi possível perceber que há um projeto específico sendo desenvolvido, destinado aos beneficiários do programa de Assistência Estudantil:

Atuamos com o CPA desde 2001. Mantínhamos uma relação esporádica e informal, quando aparecia algum caso que necessitasse do atendimento permanente, fazíamos o contato e encaminhávamos, e a partir de 2011 conseguimos fazer uma parceria formal para estabelecer um atendimento específico para os alunos apoiados. Houve uma paralisação em meados de 2012 até agora, em virtude de alguns motivos, como a greve da UFJF e o fato de posteriormente a pessoa que coordenava o projeto ter entrado de licença maternidade, mas agora estamos retomando (E5).

A E3 acredita que esse projeto, especificamente voltado aos alunos da Assistência, tenha acabado, o que pode ser um indício de que a parceria entre ambos os setores precisa ser mais formal e mais clara (para diminuir os problemas de comunicação e também possibilitar que se criem meios de evitar a interrupção de projetos importantes, como o que vinha sendo realizado). Nas palavras dessa gestora:

Atualmente os próprios alunos têm procurado a CPA, ano passado havia o projeto de uma professora da área clínica que atendia os alunos do apoio estudantil, eles eram encaminhados pelo psicólogo da assistência estudantil e os alunos da professora envolvida no projeto (por volta de 10) atendiam somente os assistidos. Era uma parceria entre a PROAE e a professora. O projeto acabou, mas os alunos que necessitam continuam sendo atendidos, principalmente nos casos de urgência, em que procuramos atender mais rapidamente (E3).

No período em que o projeto ainda estava sendo realizado atuava como facilitador o fato de ainda existir um psicólogo na PROAE que, segundo a E3, fazia “uma ponte entre os dois setores” (E3). A E3 afirma achar importante ampliar a integração entre os setores, mas para realização de um projeto ou parceria faz algumas ressalvas: para ela é fundamental que se firme um compromisso entre a CPA e a PROAE, com regras claras de encaminhamento dos alunos e é imprescindível que seja respeitada a questão do sigilo terapêutico (ela afirma que não há como dar retorno a PROAE sobre os atendimentos realizados): “poderia haver um

projeto ou parceria desde que sejam esclarecidas questões como: como encaminhar, quando, quantos. Haverá lista de espera se a demanda for grande?” (E3).

É importante destacar que a divulgação, para os alunos, da existência de um projeto voltado para o atendimento psicológico, ou mesmo da possibilidade de encaminhamento para a CPA parece não ser do conhecimento da maioria. O próprio DCE revela desconhecimento em relação a essa faceta da política de assistência, revelando não saber se o projeto de atendimento já está em funcionamento: “Acho que há algum tempo atrás iria começar uma questão de apoio psicológico, um atendimento específico. Acredito que já está sendo implantado, mas não sei até que ponto isso já está em prática” (E6).

No endereço eletrônico da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é possível encontrar a menção à realização de atendimentos psicológicos, na listagem das ações desenvolvidas. Mas não é possível saber a quem recorrer nesses casos e nem existem informações se há necessidade de agendamento para a realização do atendimento, mencionado no site como “psicossocial”. Ao que parece, o atendimento inicial, realizado em sala anexa no interior da própria sala administrativa da PROAE, pode intimidar o aluno que deseja procurar esses serviços.

2.4.4 Esportes e Lazer: A perspectiva da ampliação de direitos

Para conhecimento das ações desenvolvidas no âmbito dos esportes, de forma integrada com a PROAE, foi realizada uma entrevista com um gestor da Faculdade de Educação Física, que atua com projetos de extensão. Na opinião do E2 o esporte pode contribuir para a promoção de igualdade de condições entre os discentes: “atividades esportivas como natação, academia, tem um custo financeiro. Se a universidade tivesse uma ação afirmativa dentro dessa perspectiva, contribuiria para o aluno praticar um esporte orientado” (E2).

Ao ser questionado sobre a existência de uma integração ou parceria entre a Faculdade de Educação Física e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis o entrevistado declarou que não existem. São oferecidos pela FAEFID projetos nos quais todos os alunos e comunidade acadêmica podem participar, mas não há nenhum específico para o público alvo da política de assistência estudantil, e nem nenhuma outra forma de parceria. Ao ser questionado sobre a viabilidade do desenvolvimento de alguma ação integrada entre os dois setores ele afirma acreditar ser sim possível, e sugere a organização de um programa de extensão : “poderia ser organizado um programa de extensão (engloba vários projetos) com ações de musculação,

natação, hidroginástica, oferecendo oportunidades do aluno apoiado participar gratuitamente, caso fosse de seu interesse” (E2).

Uma das principais dificuldades para a criação de um programa especificamente voltado para os alunos beneficiários da assistência seria a necessidade de haver um professor orientador que se responsabilizasse pelas turmas nos esportes. Seria necessário também promover uma parceria entre Pró-Reitoria de Extensão, Faculdade de Educação Física e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, para viabilizar o projeto.

No campo de Apoio aos Esportes, o entrevistado do DCE, por sua vez, sugere maior apoio da universidade às Associações Atléticas Universitárias⁹, que desempenham um importante papel e estão se constituindo e ampliando suas ações no fomento ao esporte universitário.

2.4.5 Ações no Âmbito da Cultura: A perspectiva de integração entre as Pró-Reitorias

O E4, ao ser entrevistado, fez menção a diversos projetos que estão sendo colocados em prática, muitos com envolvimento dos alunos da universidade, como o Projeto Luz da Terra, em que o espaço do Cine Theatro Central (teatro de Juiz de Fora) é oferecido para apresentações diversas (música, declamações, teatro) sem que a pessoa pague para utilizar o espaço:

Na segunda etapa (do planejamento de gestão) começaremos a ver os projetos relacionados aos alunos da Universidade. Faremos a Exposição “Juiz de Fora Verbo e Cor” que conta a história de Juiz de Fora a partir da pintura de dezoito artistas da cidade e será toda reproduzida e irá rodar pelos institutos da Universidade para que os alunos (muitos nem são da cidade) conheçam a história através dos painéis e dos textos. Outro projeto que está sendo terminado é o “Ponto Futuro” onde serão expostos textos literários e obras de alunos da universidade (E4).

Ao falar da importância entre a vinculação da política de cultura com a política de assistência ele afirma que a cultura deve vincular-se a tudo “eu sempre digo que a cultura é o aglutinante de tudo, se não existe a cultura, não existe aproximação, quer seja política, econômica, social. E eu tenho uma visão da cultura como elemento de transformação social, onde ela entra muda a pessoa” (E4)

⁹ No Brasil as Associações Atléticas Universitárias são, segundo define o Decreto-Lei 3617, de 15 de setembro de 1941, associações constituídas por alunos e destinadas ao fomento da prática de desportos e à realização de competições esportivas. (BRASIL, 1941)

Um projeto, que segundo ele, está sendo pensado em conjunto com a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, envolveria apresentações artísticas para os alunos no Restaurante Universitário (que faz parte da política de assistência ao estudante). Ele considera a integração muito importante: “tem que haver uma integração entre as Pró-Reitorias, e inclusive com o próprio DCE” (E4). O entrevistado também destaca que a Pró-Reitoria de Cultura está aberta para realização de outros projetos em parceria, sejam eles idealizados pela PROAE ou mesmo por alunos: “Nós temos os nossos projetos, mas também estamos abertos aos projetos da comunidade estudantil” (E4). Uma importante sugestão, dada por esse gestor, envolve a criação de uma central de notícias contendo apenas informações para os alunos da universidade sobre oportunidades oferecidas (ela poderia incluir, em um só espaço, todas as oportunidades de bolsas e apoio aos alunos, oferecidas no âmbito de cada Pró-Reitoria), seria uma forma de promover uma maior integração e divulgar os serviços oferecidos aos estudantes.

Segundo a E5, entre os principais desafios do setor está compreender e conhecer o perfil do novo aluno que ingressa na UFJF, pois com a ampliação das vagas esse perfil mudou e é importante saber quais são as necessidades desse novo público alvo. Outros desafios envolvem a ampliação e diversificação da equipe da PROAE, para que seja possível ampliar algumas ações: “seria necessário, por exemplo, um estatístico, para trabalhar com uma série de dados e informações que poderiam ser benéficas para a readequação dessa política” (E5).

Entre os desafios apontados por E5 também está aliar-se com a Pró-Reitoria de Cultura para oferecer atividades para os alunos. Ela afirma que estava sendo discutido um projeto que envolvia atividades de lazer para os alunos, com a Pró-Reitora Adjunta de Cultura que atuava na época, mas com o falecimento dessa pessoa esse projeto não foi retomado (E5), e faz a seguinte afirmação, referindo-se as doze horas desenvolvidas pelos alunos nos projetos: “quem sabe as doze horas do primeiro período poderiam ser essa hora do lazer, de atividades culturais” (E5).

O E6, por sua vez, afirma que “a questão cultural está muito devagar e precisa ser ampliada” (E6). Para ele “quanto mais benefícios a universidade puder oferecer aos seus alunos, melhor (...). Acho que a universidade tem recursos, tem Casa de Cultura, tem toda uma estrutura que pode oferecer para os alunos” (E6), suas sugestões envolvem a criação de parcerias para realização de eventos organizados pelos alunos e uma maior destinação de ingressos para estudantes nos eventos organizados pela universidade.

A partir dos depoimentos, levantados pelas entrevistas realizadas na UFJF, e das experiências de outras universidades públicas, que desenvolvem ações abrangentes e

integradas com outros setores, no âmbito da assistência estudantil, nos foi possível analisar as ações desenvolvidas, no âmbito da UFJF, utilizando também a abordagem teórica proposta nesse capítulo.

No capítulo final será apresentada, assim, uma proposta de intervenção, baseada nas análises dos dados apresentados, que resultaram das pesquisas realizadas.

3 PLANO DE INTERVENÇÃO: POR UMA CONCEPÇÃO MAIS ABRANGENTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Ao longo dos anos, a universidade brasileira foi vivenciando modificações significativas, muitas das quais foram destacadas no primeiro capítulo deste trabalho. A crescente expansão do atendimento e as discussões sobre a necessidade de promover uma maior democratização do acesso são particularmente importantes, pois contribuíram para que a assistência estudantil cada vez mais se consolidasse como política fundamental para contribuir com a permanência dos estudantes, de camadas sociais mais baixas, no ensino superior.

O ensino superior brasileiro encontra-se, atualmente, em um momento de democratização e expansão do acesso. O primeiro capítulo desse estudo apresentou os principais programas governamentais, criados nos últimos anos para atender a esses objetivos, tais como: Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A crescente expansão do acesso se fez notar na Universidade Federal de Juiz de Fora, principalmente após a adesão da instituição ao REUNI, conforme foi retratado no primeiro capítulo, que procurou apresentar essa evolução do atendimento através do incremento no número de matrículas e cursos oferecidos.

As mudanças do perfil socioeconômico e cultural dos alunos, mostradas pelas pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, apontam a necessidade de uma política de permanência que atue em múltiplas causas, capazes de gerar o abandono do curso superior ou prejudicar a formação do acadêmico. Procurou-se demonstrar, principalmente por meio do referencial teórico, que, além do importante auxílio material fornecido aos alunos, é preciso ir além nas políticas sociais de assistência estudantil, compreendendo a pobreza não só como carência material, mas também como privação de acesso à bens culturais, à saúde, ao lazer e à educação de qualidade.

O objetivo traçado, então, foi diagnosticar as ações, desenvolvidas pela política de assistência estudantil da UFJF, que vão além das bolsas de auxílio material que são fornecidas (que também foram apresentadas no primeiro capítulo). Foram pesquisados relatórios oficiais que descreviam as ações desenvolvidas na política e, para além do material encontrado por meio de pesquisas documentais, procuramos entrevistar pessoas envolvidas diretamente com a

política, e também pertencentes a setores com os quais a assistência estudantil se integra, ou poderia integrar-se.

O capítulo 2 procurou apresentar também a experiência de algumas universidades públicas, que apresentam ações abrangentes em sua política de assistência, integradas com as ações de cultura, esporte e saúde, desenvolvidas no interior da própria instituição. A integração com outros órgãos para execução da política, a institucionalização e mecanismos pro meio dos quais as ações são divulgadas, nos apontam caminhos para mudanças na política de assistência da UFJF.

O presente capítulo, por sua vez, tem como objetivo propor ações de intervenção, que visam lançar um novo olhar sobre a política de assistência estudantil da UFJF, de forma que esse programa possa, enquanto política social, atingir os objetivos declarados na própria legislação que instituiu e rege a política, quais sejam: interação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a melhoria da qualidade de vida, formação e cidadania do educando, por meio da implementação de uma política social, que contemple as necessidades do educando de moradia, alimentação, saúde, transporte, cultura, lazer, dentre outras; criar condições para viabilizar o acesso e permanência no ensino superior (MEC/UFJF, Resolução N° 021/99).

3.1 As Ações Propostas

No segundo capítulo, foi abordada a questão da avaliação dos programas sociais, destacando-a como procedimento estratégico fundamental para dar transparência às ações públicas, além de tornar possível a verificação a respeito de um determinado programa: se atingiu os objetivos previstos e foi capaz de provocar a mudança esperada.

A avaliação também permite que sejam levantadas as necessidades e traçados estudos de factibilidade antes de colocar ações em prática, para orientar a formulação e desenvolvimento dessas ações.

Pela importância desse processo de avaliação para qualificação de decisões, conhecimento da política, bem como seus resultados e impactos, o primeiro item deste trabalho propõe que sejam instituídos processos de avaliação da política de assistência estudantil da UFJF.

No referencial do capítulo 2 também foi destacada a questão da desigualdade educacional. Foi mostrado como a distribuição desigual de oportunidades educacionais ainda persiste nos sistemas escolares e como a origem socioeconômica de um aluno pode impactar sua trajetória escolar de distintas formas.

Conhecer as demandas e perceber como a trajetória individual dos alunos pode impactar sua trajetória acadêmica pode contribuir para que uma política de assistência ao estudante seja bem sucedida, no sentido de atender aos objetivos de minimizar as desigualdades sociais e educacionais. Dessa forma, será proposta também a criação de um perfil detalhado do público alvo, que permita conhecer e avaliar as reais necessidades dos apoiados pela assistência estudantil da UFJF e forneça indicadores para a implementação de novas ações e reformulação das já existentes.

Outra proposta envolve a realização de um mapeamento dos setores com os quais a PROAE pode desenvolver parcerias, a ser realizado pela própria Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, com o objetivo de ampliar as ações desenvolvidas pela UFJF, oferecendo aos alunos apoiados pela assistência estudantil oportunidades que vão além do auxílio material, atendendo aos objetivos propostos pelo programa e coadunando com o diagnóstico oferecido pela avaliação e o perfil dos alunos da instituição.

A proposta seguinte envolve a institucionalização de projetos de atendimento psicológico. Deriva da constatação, por meio das entrevistas, da existência de um projeto para atendimento dos alunos com demandas no campo psicológico, que poderia ser transformado em ação permanente da PROAE.

Vem sendo desenvolvido um programa específico para atendimento dos apoiados, conforme exposto no capítulo 2, porém com consideráveis interrupções e sem garantia de continuidade. Seria importante institucionalizar esse programa para que continue sendo desenvolvido, além de construir parcerias mais sólidas e contínuas com a Clínica de Psicologia Aplicada, núcleo de atendimento para onde os alunos, que necessitam de acompanhamento psicológico, são encaminhados.

A última proposta envolve maior divulgação das ações desenvolvidas, para conhecimento da comunidade acadêmica. Durante a pesquisa, verificou-se que muitos alunos e professores não têm conhecimento de projetos desenvolvidos pela PROAE, não sabendo, por exemplo, da possibilidade de encaminhamento psicológico por parte dessa Pró-Reitoria.

Ao realizar avaliações do programa seria necessário divulgar também seus resultados, um caminho proposto para essa divulgação seria por meio do Relatório de Autoavaliação da UFJF, organizado pela Comissão Própria de Avaliação.

Abaixo, segue um quadro que resume as proposições:

Quadro 4 - Ações Propostas Para a Política de Assistência Estudantil

Avaliando a Política	Instituindo Parcerias/ Ampliando Ações	Divulgando as Ações
Avaliação <i>ex ante</i> / Criação de um perfil dos alunos atendidos pela política, na UFJF	Mapeamento dos setores com os quais a PROAE pode desenvolver parcerias	Criação de um sistema de cadastro para divulgação de projetos, cadastrados na PROAE
Avaliação da participação dos alunos nos projetos de manutenção	Institucionalização de Projetos e Parcerias na Área de Atendimento Psicológico	Divulgação das ações desenvolvidas no âmbito da política de assistência

3.1.1 Avaliação da Política

O capítulo 2 dedicou-se também à importância da avaliação das políticas sociais. Considerou que a avaliação vai além da verificação formal se um programa atingiu, ou não, os objetivos que foram propostos, podendo ser também uma ferramenta útil para dar transparência às ações públicas, possibilitar o conhecimento da política, qualificar decisões, processos, resultados e impactos, além de possibilitar que se repense opções políticas e programáticas definidas na política (CARVALHO, 2009).

Por meio das entrevistas, realizadas na UFJF, foi detectada a necessidade de avaliação do programa de assistência estudantil. O ponto principal, que recebeu maior número de menções por parte dos entrevistados, foi a questão da obrigatoriedade de desenvolvimento, por parte dos alunos apoiados pela bolsa de “manutenção”, de doze horas semanais de participação em projetos cadastrados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Foi apontado, por alguns entrevistados, que essa participação em projetos pode ser prejudicial à formação acadêmica do aluno. Por outro lado, alguns consideram essa prática benéfica. É possível citar como exemplo dessa diversidade de opiniões, o fato do E1 ter comentado que as doze horas semanais desenvolvidas nessas atividades podem prejudicar o desempenho acadêmico por comprometer o tempo do aluno, que poderia ser dedicado os seus estudos - principalmente porque o beneficiário desse tipo de bolsa assistencial já apresenta deficiências de conteúdo, que traz de sua formação na educação básica, segundo sua opinião.

O E6 destacou o fato de muitos alunos serem forçados a desenvolver atividades não relacionadas ao seu curso, o que também pode acarretar em prejuízo em sua formação.

Já alguns entrevistados destacaram, por sua vez, a importância do desenvolvimento desses projetos para envolvimento do acadêmico com as atividades de pesquisa e extensão de seu curso e para que adquiram experiência prática, útil para sua formação.

Considera-se que a obrigatoriedade de participação nos projetos pode ser uma boa chance de melhorar a qualificação do aluno e envolvê-lo nas atividades de pesquisa e extensão. No entanto, seria importante promover uma avaliação formal a respeito dos possíveis benefícios e/ou malefícios da participação dos bolsistas nesses projetos, principalmente no que se refere ao desempenho acadêmico desses participantes.

Para realizar esse tipo de avaliação poderia ser feita uma comparação entre o desempenho dos bolsistas de outras modalidades de assistência (por meio das quais não há obrigatoriedade de participação em projetos) com o desempenho dos alunos da bolsa de “manutenção”, realizando, por exemplo, uma curva de desempenho. Essa avaliação poderia ser útil para verificar se as doze horas de envolvimento com os projetos pode mesmo impactar nas notas, frequência do aluno, e tempo estimado para conclusão do curso.

No que se refere ao fato do acadêmico desenvolver atividades em outras áreas, não relacionadas ao seu curso, e sem que seja de seu interesse, sugere-se uma ação, que permitirá a escolha, por parte do aluno, do projeto em que irá atuar, podendo ser capaz de minimizar o problema do desenvolvimento de atividades não relacionadas ao curso, sem que isso seja de interesse do próprio assistido além de permitir que o aluno possa complementar sua formação.

O referencial teórico, presente no capítulo 2, fez menção a algumas classificações da avaliação segundo tipo, organização e finalidade. Foi mencionada a avaliação *ex ante*, que permite realizar estudos com a finalidade de orientar a formulação e desenvolvimento do programa.

Neste trabalho, procurou-se destacar a importância da avaliação, enquanto ferramenta imprescindível para o aprimoramento da assistência estudantil. Segundo Lehfeld (2010), a avaliação da educação superior foi proposta pela Lei 10861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES). No contexto desse sistema de avaliação, foram instituídas diversas dimensões avaliativas, dentre elas destacamos: O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que apresenta a missão de cada instituição e a Avaliação Institucional, realizada por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), formada por membros da própria instituição que se autoavalia.

O Relatório de Autoavaliação deve procurar descrever as políticas de pessoal e carreira das instituições, sua infraestrutura física, políticas de atendimento aos estudantes (assistência estudantil, acompanhamento dos egressos), dentre outras dimensões.

Uma leitura detalhada do texto do Relatório de Autoavaliação da Universidade Federal de Juiz de Fora, de 2012, indica que a avaliação da política não é resultado de uma pesquisa ampla, realizada com a participação de toda a comunidade acadêmica. Não há, inclusive, menção a uma consulta feita aos beneficiários do programa, mas apenas um relatório contendo as ações realizadas pela política.

Um caminho para realização de uma avaliação da política, e consequente divulgação, seria por meio do Relatório de Autoavaliação da UFJF, organizado pela Comissão Própria de Avaliação.

A avaliação também deveria ser realizada antes da implementação de uma ação, ou modificação do programa, para conhecer as reais necessidades e demandas do público alvo, como será mostrado no próximo item.

3.1.2 Criação de um Perfil do Público Alvo

No capítulo 2 foi destacado, com base no texto de Peregrino (2010), o papel das instituições educacionais enquanto reprodutoras das relações sociais. Nesse contexto, pode-se considerar que a universidade abriga, em seu bojo, as desigualdades existentes na sociedade sendo, no entanto, capaz de produzir e reproduzir as relações sociais, as contradições e desigualdades, encontradas na sociedade.

Para que a assistência estudantil, enquanto direito social, cumpra sua função de redução das desigualdades e permita aos seus beneficiários uma formação de qualidade e cidadã, em condições de igualdade com alunos que não necessitam desse benefício, é fundamental conhecer e identificar a origem socioeconômica e cultural dos alunos assistidos, essas informações poderiam ser organizadas sob a forma de um Perfil Socioeconômico e Cultural dos alunos da UFJF.

Esse Perfil Socioeconômico e Cultural, específico da UFJF, poderia ser realizado com a ajuda da Faculdade de Serviço Social. Por meio das entrevistas, realizadas na instituição, foi possível perceber que havia um campo de estágio do curso de Serviço Social da UFJF na PROAE, tendo sido ele extinguido. Como é possível perceber, por meio da entrevista realizada nessa faculdade, é interesse dos próprios professores retomar o estágio.

Com a colaboração dos acadêmicos e profissionais da Faculdade de Serviço Social poderia ser feito um levantamento dos dados já existentes na PROAE (que são muitos, mas ainda não se encontram organizados, segundo informações obtidas por entrevista) para traçar um perfil dos acadêmicos.

Na entrevista, realizada na PROAE, foi apontada a questão da necessidade de contratação de profissionais diversificados para atuar no setor, como estatísticos e profissionais da informática, para o tratamento e organização dos dados disponíveis. Foi de fato possível constatar a necessidade de ampliação do número de funcionários no quadro da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, tal fato pode ser percebido, inclusive, quando comparamos com o número e a diversidade de funcionários que atuam diretamente na política de assistência, em algumas instituições públicas pesquisadas.

Para amenizar esse problema do número reduzido de funcionários, poderiam ser feitas parcerias com diversas faculdades. Para tratamento dos dados já existentes, como a natureza do estabelecimento em que os alunos cursaram o ensino fundamental e dados socioeconômicos (já disponíveis na PROAE), por exemplo, poderia ser feita uma parceria com alguns cursos da área de Ciências Exatas, o que possibilitaria que bolsistas desses cursos desenvolvessem projetos na PROAE de coleta e organização dos dados disponíveis.

Esse trabalho poderia, inclusive, ser desenvolvido por alunos bolsistas de “manutenção” da assistência estudantil, que necessitam desenvolver projetos na UFJF. Poderiam ser abertas vagas para alunos dos cursos de Estatística, Sistema de Informação, dentre outros.

Depois de organizados, os dados poderiam compor um perfil atual dos beneficiários da assistência estudantil, analisados com a colaboração dos estudantes da Faculdade de Serviço Social.

O fato de permitir, aos próprios beneficiários da assistência, a possibilidade de envolverem-se com esse projeto, já contribuiria com a necessária articulação entre ensino/pesquisa, além de permitir que se conheça a realidade do público alvo, com a finalidade de adequar as ações existentes a esse perfil.

Para montagem do Perfil dos alunos poderiam ser utilizados dados semelhantes aos pesquisados pelo FONAPRACE, que traçou, no ano de 2010, o III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das IFES, conforme mostrado no primeiro capítulo. Foi diagnosticado o perfil dos alunos da graduação pública em diversos aspectos, relativos aos recursos financeiros; raça (etnia); trabalho; escolaridade dos pais; tipo de moradia; participação em atividades artísticas, culturais e políticas, dentre outros.

A maior parte desses dados já se encontra disponível na PROAE, pois já foram solicitados aos alunos em diferentes momentos, como no ingresso na instituição e na análise do critério socioeconômico, ocasiões em que são levantadas uma série de informações para o ingresso do acadêmico no programa de assistência estudantil. Seria importante organizá-los em um perfil próprio da instituição.

O Perfil Socioeconômico e Cultural, realizado pelo FONAPRACE, foi construído com base em dados fornecidos por todas as universidades federais, mas pode não refletir a realidade particular da UFJF, por tratar-se de uma pesquisa que utiliza dados de um grande universo de instituições, situadas em diversas regiões do Brasil. Seria de grande relevância conhecer o público alvo da assistência estudantil através desse instrumento, pois ele poderia atuar como diretriz norteadora para definição e modificação de ações, no sentido de torná-las mais eficazes no atendimento às reais demandas dos estudantes. Esse perfil poderia apoiar e subsidiar a modificação e/ou implementação de ações no âmbito dessa política, pois os dados obtidos poderiam ser utilizados como parâmetros para melhor definir os programas e projetos desenvolvidos.

3.1.3 Criação de um Sistema de Cadastro de Projetos

A Universidade Federal de Juiz de Fora possui um sistema, que recebe o nome de SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica). Trata-se de um software, implantado e gerido pelo Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional da UFJF, que se constitui como um instrumento de apoio a todas as instâncias da instituição. O sistema procura integrar todos os processos informatizados da UFJF, e está constantemente passando por aperfeiçoamento e ajustes e há, inclusive, possibilidade de incluir gradativamente novas funcionalidades para adequação, segundo necessidades institucionais (MEC/UFJF/CGCO, 2013).

A proposta, que será apresentada nesse item, envolve a criação de uma nova funcionalidade no sistema, com o objetivo de atender a uma demanda da política de assistência estudantil.

Por meio das pesquisas realizadas na UFJF, foi possível observar que os alunos, que tem por obrigatoriedade desenvolver a contrapartida de participação nos projetos, muitas vezes não têm possibilidade de escolher em que área e projeto irão atuar. Há, por parte da PROAE, uma tentativa de compatibilização de interesses com as vagas oferecidas, mas, muitas vezes, não é possível alocar os alunos em projetos de seu interesse.

A realização de atividades não vinculadas ao curso do acadêmico gera, em muitos casos, insatisfação por parte do aluno, que se vê obrigado a desempenhar atividades em projetos não relacionados ao seu curso e que não acrescentam, na opinião dos próprios acadêmicos, conhecimentos e experiências para sua formação específica. Foi possível observar que esse é o principal motivo que leva o DCE a lutar pelo fim da obrigatoriedade da contrapartida.

Uma solução que contribuiria, no entanto, para que os alunos conhecessem, de forma transparente e de fácil acesso, todas as oportunidades oferecidas por meio dos projetos e pudessem optar por aqueles com os quais mais se identificassem.

Atualmente, os alunos já contam com acesso ao SIGA, por onde podem acompanhar sua vida acadêmica. A disponibilização dos projetos, que seriam cadastrados nesse sistema, facilitaria a divulgação das oportunidades oferecidas, contribuiria para que o aluno se envolvesse, realizando uma atividade de seu interesse, e facilitaria o encaminhamento, feito pela PROAE, dos alunos aos respectivos projetos.

Ao acessar o sistema o aluno poderia visualizar uma tela com as opções de projetos oferecidas para o seu curso e também de outras áreas. O próprio acadêmico selecionaria três deles, por exemplo, por ordem de interesse. No caso de haver mais de uma pessoa interessada no mesmo projeto, o sistema poderia fazer uma seleção automática, estabelecendo que critério seria usado como prioridade.

3.1.4 Mapeamento dos Setores com os quais a PROAE pode Desenvolver Parcerias

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está em vigor desde 2008, tendo sido transformado em decreto no ano de 2010. Esse decreto fornece diretrizes para as políticas de assistência estudantil das universidades públicas brasileiras.

Conforme foi abordado no capítulo 1, as ações estratégicas, que orientam e norteiam as universidades públicas, no sentido de determinar quais ações deverão ser priorizadas e desenvolvidas no âmbito de seus programas de assistência, foram determinadas pelo FONAPRACE com base nos resultados de pesquisas realizadas pelo órgão, que tiveram como objetivo traçar o perfil dos alunos de graduação das IFES.

A última dessas pesquisas, realizada pelo FONAPRACE no ano de 2010, trouxe a tona diversos dados que compunham o III Perfil Socioeconômico e Cultural dos alunos. Ela forneceu diretrizes norteadoras para definição de programas e projetos de assistência que procurassem atender às reais demandas dos estudantes.

Os resultados dessa pesquisa foram fundamentais para definição das áreas de atuação nas quais a política de assistência estudantil deve concentrar-se. No que tange a permanência do aluno na universidade, sob o ponto de vista do oferecimento de condições materiais para que conclua seus estudos, foram apontadas as seguintes áreas estratégicas de atuação: moradia estudantil, alimentação e transporte. No entanto, as pesquisas indicaram também outras necessidades visando contribuir com a permanência do aluno na universidade e com uma boa formação acadêmica, seriam: atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e participação e aprendizagem de estudantes com deficiência (BRASIL/PNAES, 2010).

No capítulo 1, foram mencionadas as ações desenvolvidas pela política de assistência ao aluno da UFJF, voltadas para: promoção do acesso ao ensino superior; acompanhamento pedagógico; atendimento psicológico, com encaminhamento à centros de psicoterapia, se necessário; atendimento e orientação aos alunos com necessidades especiais; encaminhamento dos alunos atendidos pela modalidade “manutenção” a projetos cadastrados na PROAE; seleção dos alunos que receberão as bolsas de apoio estudantil, nas cinco modalidades geridas pela PROAE (alimentação, transporte, moradia, auxílio-creche e manutenção).

No segundo capítulo, foram apresentadas as principais ações desenvolvidas por algumas universidades públicas. O principal aspecto que se destaca na política de assistência desenvolvida por essas instituições, é a interrelação com outras Pró-Reitorias. Algumas universidades, inclusive, optaram por fundir as Pró-Reitorias de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis e transformá-las em apenas um órgão que desenvolve, conjuntamente, todas as ações. Outras instituições, apesar de não terem optado por essa fusão, desenvolvem diversas ações conjuntas envolvendo a assistência estudantil com projetos de outras Pró-Reitorias.

Com base nos resultados da pesquisa - realizada por meio de entrevistas na UFJF, com alguns setores, responsáveis por: atendimento psicológico dos alunos (CPA), projetos na área de Cultura (Pró-Reitoria de Cultura), representação dos alunos (DCE), projetos esportivos (Faculdade de Educação Física) e implementação, condução e apoio na implementação e execução de programas sociais (Faculdade de Serviço Social) – foi possível perceber que pode haver uma maior integração da PROAE com outras Pró-Reitorias (graduação, extensão e cultura, por exemplo), além do estabelecimento de parcerias com outras faculdades, especialmente com a Faculdade de Serviço Social, além de uma maior interligação com o Centro de Psicologia Aplicada (CPA).

A criação de campos de estágio de alguns cursos, como Psicologia e Serviço Social, por exemplo, poderia contribuir para a implementação de ações importantes, como traçar um

perfil do aluno da UFJF e realização de atendimentos psicológicos iniciais, e posterior encaminhamento ao Centro de Psicologia Aplicada, se for o caso.

Seria então necessário realizar um mapeamento dos setores com os quais a PROAE poderia integrar-se, para desenvolver projetos integrados e conjuntos, com a finalidade de realizar ações que englobem também outras áreas estratégicas de extrema importância, como: cultura, esporte e lazer e acompanhamento pedagógico, além de institucionalizar ações no campo do atendimento psicológico, como veremos no item a seguir:

3.1.5 Institucionalização de Projetos e Parcerias na área de Atendimento Psicológico

Com o intuito de conhecer as ações desenvolvidas no campo do atendimento psicológico, além da consulta ao Relatório de Ações da PROAE, foi entrevistado um funcionário dessa Pró-Reitoria e também na Clínica de Psicologia Aplicada (CPA), da UFJF – que é, geralmente, o local para onde são encaminhados os alunos que procuram a PROAE com queixas envolvendo saúde mental.

Foi mencionado, no capítulo 2, a importância de implementar um programa social que atue de forma preventiva. Conforme indicado nas entrevistas, pela E3, os problemas psicológicos podem afetar a permanência do aluno no ensino superior, prejudicando sua aprendizagem ou sua atuação profissional futura, podendo gerar problemas de comportamento, além de inviabilizar a continuação do curso superior, se não foram tratados.

Na UFJF é oferecido atendimento emergencial ao aluno, quando ele procura a PROAE com alguma queixa específica, segundo a E5. Havia um projeto que, segundo essa entrevistada, será retomado em breve, ele havia sido organizado em conjunto com a Faculdade de Psicologia e a CPA. Alguns estudantes de psicologia, sob a coordenação de uma professora do curso, atuavam como estagiários na CPA, com o objetivo de oferecer um atendimento específico para os alunos apoiados pela assistência estudantil, que necessitam de atendimento psicológico.

Problemas como a greve e a licença maternidade da professora de Psicologia que coordena o projeto geraram, segundo a E5, uma interrupção de mais de um ano nas atividades realizadas. Nesse período, o atendimento inicial vem sendo feito na PROAE, e o aluno que necessita de encaminhamento tem que aguardar o atendimento na CPA, em conjunto com outras pessoas que são encaminhadas por diversos órgãos, como escolas e hospitais, por exemplo. Se não for emergencial, o atendimento na CPA pode demorar um período mais longo para esse aluno que necessita de acompanhamento psicológico, independentemente do

fato de ter sido encaminhado pela PROAE ou de ter procurado a clínica por iniciativa própria – já que nos dois casos o tempo de espera pode ser o mesmo.

O atendimento inicial tem sido realizado na sala administrativa da PROAE, apesar de haver possibilidade de dialogar em uma pequena sala no interior dessa maior, acreditamos que o fato de não haver um psicólogo especificamente designado para esse atendimento (ele tem sido feito pela própria Pró-Reitora) e nem horário específico determinado, pode constranger os alunos a procurar esse atendimento inicial.

Além da falta de institucionalização, que provoca interrupção em projetos tão importantes, como o que estava sendo desenvolvido em parceria com a Faculdade de Psicologia, há também o problema da falta de divulgação a respeito da possibilidade de atendimento psicológico, conforme veremos no próximo item, que trata da importância da divulgação das ações e projetos realizados no âmbito da política de assistência.

Seria importante também construir uma parceria com a CPA. Segundo a E3, para que essa parceria fosse estabelecida, seria necessário definir algumas questões, a respeito do encaminhamento dos alunos (como seriam encaminhados, quando, quantos), por exemplo.

A institucionalização dessa parceria entre CPA e PROAE, ou de um projeto específico para atendimento dos alunos, em parceria com a Faculdade de Psicologia, prescinde de divulgação das ações, para que todos tenham conhecimento a respeito das oportunidades oferecidas, como será visto a seguir.

3.1.6 Divulgação das Ações Desenvolvidas

Para conhecer as ações desenvolvidas em algumas instituições públicas, no âmbito da assistência estudantil, cujos exemplos foram exibidos no capítulo 2, apenas uma pesquisa no portal dos órgãos responsáveis pela assistência foi suficiente, na maior parte das vezes, para que fosse possível obter informações detalhadas sobre os projetos e ações desenvolvidas, com riqueza de detalhes.

A pesquisa no site dessas instituições revelou como estão organizados os órgãos responsáveis pela política de assistência estudantil e quais projetos são desenvolvidos em parceria com outros setores.

Já no caso da UFJF, a descrição das ações desenvolvidas por essa política foi realizada tendo por base poucas informações presentes no portal da PROAE. Foi necessário consultar diversos documentos oficiais, como o Relatório de Gestão do setor, que foi disponibilizado por e-mail, além da realização das entrevistas para que fosse possível obter mais informações.

Seria necessário que algumas informações fossem divulgadas e estivessem sob fácil acesso para os próprios beneficiários da política. Conforme já foi mencionado, há problemas de divulgação, principalmente no que se refere às ações de atendimento psicológico, já que no site da PROAE há menção a um horário de atendimento psicossocial, sem no entanto, haver uma descrição do que constituiria esse atendimento, como está organizado, e se existe necessidade de agendamento.

Seria necessário organizar o site da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis de forma que ele pudesse reunir informações relevantes para os beneficiários da assistência. Seria um veículo para que esses alunos tomassem conhecimento das ações e projetos desenvolvidos e soubessem como e a quem ocorrer em situações específicas.

Poderia também ser organizado um fórum para troca de experiências, anseios e sugestões entre os participantes do programa.

3.2 Considerações finais

A trajetória da política de assistência estudantil nas IFES foi, nesse trabalho, traçada em paralelo com a história da universidade no Brasil e com o panorama das políticas públicas que impactaram, ao longo dos anos, esse nível de ensino.

A busca pela democratização do acesso se fez acompanhar pela progressiva institucionalização da política de assistência estudantil, voltada para permanência dos alunos e redução das desigualdades.

Em uma universidade que cresce em números e instalações a cada ano, planeja ser cada vez mais democrática e incorporar, progressivamente, um maior contingente de alunos com diversas trajetórias, que necessitam de algum tipo de auxílio para permanecer e concluir, com sucesso, seu curso superior, faz-se necessário modificar o olhar em relação à assistência estudantil enquanto política social para que, compreendendo seu papel na redução das desigualdades, seja possível perceber qual é a real função dessa política no atual momento em que se encontram as IFES no Brasil.

Para tanto, também foi necessário abordar a temática da desigualdade educacional, para destacar que ela não se manifesta somente no campo financeiro, e políticas que tentem compensá-la somente pelo viés econômico podem não estar contribuindo, verdadeiramente, para reduzir a desigualdade, em suas diversas formas.

É importante que a assistência estudantil não seja percebida e planejada somente como política destinada a suprir carências materiais, mas também como sendo capaz de atuar como um programa social eficaz, no sentido de reduzir as desigualdades sociais e educacionais.

Ao mencionarmos as experiências de outras universidades, a intenção foi mostrar possibilidades concretas de organização estrutural, parcerias e ações, que procuram situar a assistência estudantil em uma concepção mais ampla de política social. Já que, cada vez mais, se faz necessário que os programas sociais, destinados aos estudantes do ensino superior, atuem respondendo a múltiplas demandas e carências, que se fazem notar com o crescente processo de democratização e expansão do acesso ao nível superior.

Essa multiplicidade de funções atribuída à política de assistência estudantil na IFES, aliada a um número insuficiente de funcionários para executá-la, somado a um recurso que, muitas vezes, se revela escasso para atender a crescente demanda, exigem providências urgentes. Tendo por base as pesquisas realizadas para a composição desse trabalho, é possível concluir que uma medida que permitiria amenizar esses problemas e tornar a política de assistência mais eficaz, no sentido de atender as reais necessidades do público-alvo, seria aproveitar os próprios recursos humanos que a universidade tem, constituindo-se múltiplas parcerias com outros setores e faculdades.

Para tanto, as ideias propostas para a política de assistência aos estudantes da UFJF, no capítulo 3, procuraram propor ações que poderiam ser desenvolvidas utilizando-se, o máximo possível, os recursos humanos e financeiros que a universidade já possui, por meio da instituição de parcerias com diversos setores e faculdades, para implementação e execução de ações que envolvem, desde a avaliação da política até a execução de projetos conjuntos, em áreas como saúde e cultura.

Por fim, é importante reconhecer que assistência estudantil também é um investimento, tanto financeiro quanto em qualificação de mão-de-obra e formação de cidadãos, pois cada aluno que abandona a universidade, por falta de condições de nela permanecer, representa não só a perda dos recursos investidos, mas um sinal de que a desigualdade foi mais forte, e tende a persistir.

Conforme foi ressaltado na introdução desse trabalho, esse é um esforço inicial de pesquisa sobre um tema cuja literatura a respeito ainda é muito escassa. Parte dos poucos trabalhos acadêmicos existentes, com a temática da assistência estudantil, busca mostrar como essa política se insere no campo do direito social, estando concentrados, principalmente, na área de política social. Outros têm ainda como propósito recapitular a trajetória da política e destacar sua importância para a permanência dos estudantes.

Por outro lado, existem ainda pesquisadores que se dedicam ao estudo da trajetória dos estudantes de camadas populares que ingressam no nível superior público, relacionando-as às políticas de acesso e permanência das IFES¹⁰.

Pelo exposto, é possível concluir que esses estudos buscam destacar a importância da política de assistência, ainda muito recente na maior parte das IFES, e situá-la no campo das políticas sociais.

A proposta desse trabalho talvez inaugure um esforço em ir além. Mais do que declarar que a assistência ao estudante é um direito social, procurou-se problematizá-la no que diz respeito a sua função enquanto política social, buscando afirmar que, além de reduzir desigualdades econômicas, ela pode ser um caminho para reafirmar que a educação de qualidade, que forma cidadãos, é um direito de todos.

Seria de grande relevância o desenvolvimento de outras pesquisas sobre essa temática, principalmente envolvendo estudos sobre as formas de avaliação da política, monitoramento e impacto de suas ações em relação aos objetivos propostos em seu desenho. Espera-se que esse trabalho possa contribuir com estudos posteriores sobre um tema tão importante no universo das políticas do ensino superior, a assistência estudantil.

¹⁰ Como exemplo das pesquisas que buscam estudar a trajetória dos alunos com vulnerabilidade socioeconômica, podemos mencionar Nadir Zago, que escreveu artigos sobre a permanência dos estudantes universitários de camadas populares no ensino superior, e Jailson de Souza Silva, que pesquisou a trajetória de jovens pobres rumo à universidade.

Segue indicação de duas pesquisas desses autores a respeito dessa temática:

SILVA, Jailson de Souza. **“Por que uns e não Outros?” Caminhada de Jovens Pobres para a Universidade**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2003.

ZAGO, Nadir. **Do Acesso à Permanência no Ensino Superior. Percurso de Estudantes Universitários de Camadas Populares**. Santa Catarina: Revista Brasileira de Educação. V II, N 32, 2006

REFERÊNCIAS

ABEP. **Site da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)**. Disponível em: <www.abep.org> Acesso em 9 março 2013.

ANDIFES. **III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília: FONAPRACE, 2011.

ANDIFES. **Site do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**. Disponível em:

<http://www.andifes.org.br/index.php?Itemid=66&id=30&option=com_content&task=view> Acesso 22 agosto 2012.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no Estudo Sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 6ª Edição São Paulo: Editora Cortez, 2009.

BALDIJÃO, Carlos Eduardo; TEIXEIRA, Zuleide de Araújo. **A Educação no Governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. Brasil em Debate. Vol. 6.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

BRASIL. Constituição Federal de 1934, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial** [da União], Brasília. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm> Acesso em 23 agosto 2012.

_____. Constituição Federal de 1946, de 18 de setembro de 1946. **Diário Oficial** [da União], Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em 23 agosto 2012.

_____. Constituição Federal de 1988, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial** [da União], Brasília. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 24 agosto 2012.

_____. Decreto Lei N° 3617, de 15 de setembro de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. **Diário Oficial** [da União], Brasília. Disponível em:

<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126690/decreto-lei-3617-41>> Acesso em 20 abril 2013.

_____. Decreto N° 6096, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial** [da União]. Brasília. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em 24 Agosto 2012.

_____. Decreto N° 7234, de 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. **Diário Oficial** [da União]. Brasília. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em 24 agosto 2012.

_____. Lei N° 4024, de 20 de Dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Ministério da Educação**, Brasília. Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm>

Acesso em 23 agosto 2012.

_____. Lei N° 5540, de 28 de Novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial** [da União], Brasília. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68>> Acesso em 23 agosto 2012.

_____. Lei N° 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Ministério da Educação**, Brasília. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em 24 agosto 2012.

_____. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2011. Institui o Plano Nacional de Educação (PNE). **Diário Oficial** [da União], Brasília. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> Acesso em 24 agosto 2012.

_____. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial** [da União], Brasília. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm> Acesso em 9 março de 2013.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. **Censo da Educação Superior, 2008**. Resumo Técnico, 2009. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2008.pdf> Acesso em 11 dezembro 2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. **Censo da Educação Superior, 2010**. Resumo Técnico, 2012. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf> Acesso em 24 agosto 2012.

_____. Portaria Normativa Nº 39, de 12 de Dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial** [da União], Brasília. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/cae/files/2009/08/plano-nacional-de-assistencia-estudantil.pdf>> Acesso em 24 agosto 2012.

CANO, Ignacio. **Introdução à Avaliação de Programas Sociais**. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Avaliação Participativa – uma escolha metodológica. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 6ª Edição, São Paulo: Editora Cortez, 2009.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em Questão**. 1ª Edição Ampliada, Brasília, 2012.

CHADDAD, Flávio Roberto e Marcela Cristina. A Educação no Brasil no Contexto da Lei 5540/68 Revista **Científica das Faculdades Integradas do Jaú**. RECIFIJA, Jaú, Vol. 7, Nº 1, 2010.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MENDES, Odete da Cruz. **REUNI – O Contrato de Gestão na Reforma da Educação Superior Pública**. Belém, 2009. Universidade Federal do Pará. Disponível em: <www.adufrj.org.br/observatorio/wp-content/uploads/2009/10/REUNI_CONTRTAO_GESTAO.pdf> Acesso em 09 dezembro 2012.

CONGRESSO NACIONAL. **Projeto de Lei Nº 8035**. Plano Nacional de Educação (PNE) 2011- 2020. Brasília, DF. Disponível em : <<http://www.camara.gov.br>> Acesso em 24 agosto 2012.

CONSU/UFJF. **Resolução Nº 021/99**, de 28 de Dezembro de 1999. Estabelece os princípios, objetivos, critérios de seleção, avaliação e permanência dos alunos no Programa de Apoio Estudantil. Disponível em <<http://www.ufjf.br/cae/files/2008/10/Resolucao-n-021.pdf>> Acesso em 24 agosto 2012.

COSTA, Simone Gomes. **A Equidade na Educação Superior: uma Análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes. Transformações Recentes e Debates Atuais no Campo da Educação Superior no Brasil. In:

Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Editora Xamã; Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade, Espaço de Produção do Conhecimento e de Pensamento Crítico. In: DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes. **Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais.** São Paulo: Editora Xamã; Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes. Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes da UEL – indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. In: KULLMANN, Geila Gonçalves *et al.* **Apoio Estudantil: Reflexões Sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior.** Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

FONAPRACE. **Jornal do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace).** Abril de 2001, Ano 3, N 5,. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/images/jor_abr_01.pdf> Acesso 22 agosto de 2012.

FONAPRACE. Relatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília. Outubro de 2005. In: KULLMANN, Geila Gonçalves *et al.* **Apoio Estudantil: Reflexões Sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior.** Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

FREITAS, Patricia Lucia Vosgrau. **Educação Superior Brasileira no Período de 1998-2007: propostas, Metas e Diretrizes. Outro Olhar Sobre os Mesmos Problemas.** Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 6ª Edição. Tradução Ronaldo Cataldo Costa, revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Dados e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIL, Telma Fernandes Barrionuevo. Os Desafios de Consolidar uma Política Estudantil: analisados a partir da experiência da UFRJ. In: FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012

GOMES, Alfredo Macedo; OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas de Educação Superior no Brasil: mudanças e continuidades. In: PAULA, Maria de Fátima Costa; Lamarra, Norberto Fernández (org.). **Reformas e Democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida: Editoria Ideias e Letras, 2011.

GONÇALVES, Geila Kullmann; POZOBON, Luciane. Atendimento psicológico a estudantes universitários: relato de experiência no Ânima: Núcleo de Apoio ao Estudante, da Universidade Federal de Santa Maria. In: KULLMANN, Geila Gonçalves *et al.* **Apoio Estudantil: Reflexões Sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

GONÇALVES, Vivianne Satte Alam. **A Assistência Estudantil como Política Social no Contexto da UFPEL: Concepções, Limites e Possibilidades**. Pelotas. 2011. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Católica de Pelotas.

JOSÉ, Caio Rennó; GAMBI, Thiago F. R. **Capitalismo Monopolista: de Baran e Sweezy ao Debate Brasileiro**. IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Caio_Renno.pdf> Acesso em 04 março 2013.

LEHER, Roberto. Expansão Privada do Ensino Superior e Heteronomia Cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes. **Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Editora Xamã; Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza *et al.* Reflexões Sobre o Processo de Autoavaliação Institucional: o olhar de uma Comissão Própria de Avaliação. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, Vol. 15, N 1, 2010.

LIMA, Silvia Peixoto; RODRIGUEZ, Margarida Victoria. Políticas Educacionais e Equidade: Revendo Conceitos. **Revista Contrapontos**, Itajaí, Vol. 8, n° 1, p. 53-69, 2008.

MEC. **Site do Programa Ciência sem Fronteiras**. Disponível em:

<<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>> Acesso em 10 agosto 2012.

MEC. **Site do REUNI**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>> Acesso em 10 agosto 2012.

MEC/UFJF. **Proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009/2013**.

Disponível em: < www.ufjf.br/seavi/files/2011/10/Proposta-do-PDI-2009-2013.pdf> Acesso em 10 agosto 2012.

MEC/UFJF. Coordenação de Assuntos Estudantis/ Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Relatório das Atividades**. Juiz de Fora, 2012.

MEC/UFJF. Conselho Superior. **Relatório de Gestão. Exercício 2008**. Disponível em:

<www.ufjf.br/portal/files/2009/01/Relatório-de-Gestão_exercício_-2008.pdf> Acesso em 10 agosto 2012.

MEC/UFJF. Conselho Superior. **Relatório de Gestão. Exercício 2010**. Disponível em:

<www.ufjf.br/portal/files/2009/01/Relatório-de-Gestão_exercício_-2010.pdf> Acesso em 10 agosto 2012.

MEC/UFJF. Conselho Superior. **Relatório de Gestão. Exercício 2011**. Disponível em:

<www.ufjf.br/portal/files/2009/01/Relatório-de-Gestão_exercício_-2011.pdf> Acesso em 04 março 2013.

MEC/UFJF – SEAVI/CPA. **Relatório de Autoavaliação da UFJF**. Danilo Pereira Pinto e Vanderlí Fava de Oliveira (org.). Juiz de Fora: Secretaria de Avaliação Institucional, 2012.

MEC/UFV. **Relatório de Autoavaliação Institucional da UFV**. Disponível em:
<www.cpa.ufv.br> Acesso em 27 fev. 2013.

MELO, Pedro Antônio. Políticas de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil. In: PAULA, Maria de Fátima Costa; Lamarra, Norberto Fernández (org.). **Reformas e Democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida: Editoria Ideias e Letras, 2011.

MORAES, Michelle Rodrigues; LIMA, Gleyce Figueiredo. **Assistencialização das Políticas Educacionais Brasileiras**. Rio de Janeiro: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2011.

NEVES, Clarissa E. Baeta Neves, et al. **Educação Superior no Brasil: Acesso, Equidade e as Políticas de Inclusão Social**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: GEU (Congresso da Associação de Estudos Latino Americanos), 2009. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/geu/BaetaNevesClarissa.pdf>> Acesso em ago. 2012.

OLIVEIRA, Caroline; VENITE, Maria Barbiero. Primórdios do Atendimento ao Aluno do Ensino Superior na UFSM. In: KULLMANN, Geila Gonçalves *et al.* **Apoio Estudantil: Reflexões Sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

OLIVEIRA, Junia; SARAPU, Paula. Quem Paga a Conta da Cota? **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 19 de Set. 2012. Caderno Gerais, p. 19 - 20.

OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz. Esporte e Lazer na Política de Assistência Estudantil. In: FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

OLIVEIRA, Simone Barros. VARGAS, Melissa Welter. A Assistência Estudantil como Espaço Privilegiado de Educação para os Direitos. In: FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

PAULA, Maria de Fátima Costa de; LAMARRA, Norberto Fernández (org.). Introdução. In: **Reformas e Democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida: Editoria Ideias e Letras, 2011.

PAULA, Maria de Fatima Costa. Educação Superior e Inclusão Social na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: PAULA, Maria de Fátima Costa; LAMARRA, Norberto Fernández (org.). **Reformas e Democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida: Editoria Ideias e Letras, 2011.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Políticas para Democratização do Acesso e a Inclusão Social na Educação Superior do Brasil. In: PAULA, Maria de Fátima Costa; LAMARRA, Norberto Fernández (org.). **Reformas e Democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida: Editoria Ideias e Letras, 2011.

PEREGRINO, Mônica. **Trajetórias Desiguais: um estudo sobre o processo de escolarização pública de jovens pobres**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

PINTO, Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves; BELO, Amanda Silva. A Nova Configuração da Assistência Estudantil. In: FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Desigualdade de Oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.

RICO, Elizabeth Melo. Apresentação. In: **Avaliações de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Autonomia Universitária e a Constituição de 1988**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1988. Disponível em:
<<http://www.schwartzman.org.br/simon/cont88.htm>> Acesso 24 agosto 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. **Notas Sobre o Paradoxo da Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: *Rio Workshop on Inequality*, 2001. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm#N_21_> Acesso em 23 agosto 2012.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. **Recursos Familiares e Transições Educacionais**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2002.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. **Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Scielo, 2000. Vol. 43, n. 3.

SOBRINHO, José Dias. Educação Superior. Flexibilização e Regulação ou Avaliação e Sentido Público. In: DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes. **Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Editora Xamã; Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

TEIXEIRA, Cristiane Lourenço. **Programas Institucionais de Permanência e seus Impactos nas Trajetórias de Estudantes de Origem Popular – O Caso da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord). **Gestão Social: Metodologia, Casos e Práticas**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Site da UEL**. Disponível em: <www.uel.br> Acesso em 27 fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Site da UFF**. Disponível em: <www.uff.br> Acesso em 27 fev. 2013.

UFJF/CDARA. Informações disponíveis no **Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA/CDARA)**. Acesso em 10 Agosto 2012.

UFJF/PROAE. **Site do Programa de Apoio Estudantil da UFJF**. Disponível em: <www.ufjf.edu.br/cae> Acesso em 24 Agosto 2012.

UFJF/PROEX. **Site da Pró-Reitoria de Extensão.** Disponível em:
<<http://www.ufjf.br/proex/>> Acesso em 24 Agosto 2012.

UFJF/PROPESQ. **Site da Pró-Reitoria de Pesquisa.** Disponível em:
<www.ufjf.edu.br/propesq> Acesso em 10 dez. 2012.

UFJF/SECOM. **Notícias veiculadas no site da Secretaria de Comunicação da UFJF.**
Disponível em: <www.ufjf.edu.br/secom> Acesso em 10 Agosto 2012.

UFJF/COPESE. **Página da Comissão Permanente de Seleção.** Disponível em:
<www.vestibular.ufjf.br> Acesso em 10 Agosto 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Site da UFG.** Disponível em: <www.ufg.br>
Acesso em 27 fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Site da UFL.** Disponível em: <www.ufl.br>
Acesso em 27 fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO. **Site da UFMT.** Disponível em:
<www.ufmt.br> Acesso em 27 fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Site da UFOP.** Disponível em:
<www.ufop.br> Acesso em 27 fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Site da UFRJ.** Disponível em:
<www.ufrj.br> Acesso em 27 fev. de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Site da UFSM.** Disponível em:
<www.ufsm.br> Acesso em 27 fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Site da UFU.** Disponível em:
<www.ufu.br> Acesso em 27 fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Site da UFV**. Disponível em: <www.ufv.br>
Acesso em 27 fev. 2013.

VASCONCELOS, Natália Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma Análise da Evolução da Assistência Estudantil ao Longo da História da Educação Superior no Brasil**. Uberlândia: Revista da Católica , 2010. v.2 n. 3, p 399-411.

VASCONCELOS, Natália Batista. Assistência Estudantil: uma Breve Análise Histórica. In: FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

YAZBECK, Lola. **As Origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

APÊNDICE 1

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS

Entrevista PROAE

Perguntas gerais:

- 1) Por que optou-se pela mudança de nomenclatura (a CAE passou a se chamar PROAE)? É apenas uma questão de nomenclatura?
- 2) Existe um recurso próprio destinado às atividades da AE? É suficiente para atender todas as demandas?
- 3) Quais são, em sua opinião, os principais desafios da política de AE no contexto das políticas de ampliação de acesso que estão sendo implementadas (principalmente a política de cotas para grupos socioeconômicos)?
- 4) Existe um perfil socioeconômico e cultural dos alunos da assistência? Como é construído?
- 5) Como foram escolhidas as modalidades de assistência oferecidas?

Sobre a Contrapartida dos alunos:

- 6) Em sua opinião, qual é a importância da contrapartida das 12 horas (da bolsa manutenção) para formação do discente?
- 7) Como é feito o encaminhamento dos alunos aos projetos de contrapartida? Existem vagas para todos? É possível que todos os alunos atuem em projetos relacionados à sua área de formação?
- 8) Existe acompanhamento dos alunos que estão nos projetos de contrapartida? Como é realizado?

Sobre desempenho dos alunos e avaliação da política:

- 9) O aluno com baixo desempenho acadêmico tem acompanhamento psicológico/pedagógico? Em caso positivo, como é realizado?
- 10) Esse acompanhamento é indicado nos casos em que o aluno corre risco de desligamento do programa?
- 11) Existe um monitoramento/ avaliação da política de assistência? Como é feito?

Atendimento de Saúde/Psicológico:

- 12) Quando o aluno procura a PROAE com queixas relativas a problemas psicológicos o atendimento inicial é realizado na própria PROAE?
- 13) Como é feito o encaminhamento desse aluno? Há muita procura pelo atendimento psicológico?
- 14) Existe alguma parceria com a Faculdade de Psicologia para atendimento dos alunos beneficiados pela AE? Como funciona?

Entrevista CENTRO DE PSICOLOGIA APLICADA

- 1) Qual é a função e os objetivos do CPA?
- 2) Quais profissionais atuam no CPA? A clínica dispõe de psicopedagogos?
- 3) Qual é o público atendido (comunidade, alunos, professores)?
- 4) Existe um projeto voltado ao atendimento dos alunos beneficiários da Assistência Estudantil?

Em caso positivo, como funciona?

Em caso negativo, seria viável a implementação de um projeto?

- 5) Como são realizados os encaminhamentos dos alunos beneficiários da AE? Existe alguma prioridade no atendimento?
- 6) No caso dos alunos da AE, normalmente quem procura o CPA é o próprio aluno ou ele é encaminhado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis?
- 7) Há uma procura muito grande pelo serviço?
Qual é o volume de discentes que procuram esse serviço? É possível atender a todos?
Há lista de espera?
- 8) Pela sua experiência, qual é a importância de oferecer atendimento psicológico aos alunos da AE?
- 9) Qual é, em sua opinião, a principal dificuldade para o atendimento desses alunos
- 10) De que forma(s) os problemas psicológicos podem afetar a permanência do aluno na universidade?

- 11) A senhora considera a CPA como parte integrante da política de AE?

Acha importante essa integração? Em caso afirmativo, quais ações poderiam contribuir com uma maior integração entre a PROAE e a Clínica de Psicologia?

Entrevista DCE

- 1) O DCE tem conhecimento das ações desenvolvidas pela política de AE da UFJF?
- 2) Como ocorre a participação da entidade de representação dos alunos (DCE) na política de assistência? Há um espaço para sugestões e propostas, ou mesmo debates?
- 3) Em sua opinião, o oferecimento de bolsas de auxílio financeiro (alimentação, transporte, moradia) é suficiente para promoção de uma efetiva inclusão social/promoção de igualdade de condições para os alunos que recebem o auxílio?

Em caso negativo, que outras ações poderiam ser desenvolvidas?

- 4) Como representante dos alunos, por meio do DCE, quais os fatores que, em sua opinião, mais dificultam a permanência do aluno na UFJF? E quais os fatores que mais facilitam (ou facilitariam) essa permanência?
- 5) Tem conhecimento das ações que são desenvolvidas no âmbito da AE em outras universidades?
- 6) Acharia importante promover uma ampliação da política por meio de ações de cultura, esporte e saúde, por exemplo?
- 7) Há alguma reivindicação do DCE em relação à assistência? Em sua opinião como poderia ser atendida?

Entrevista PROCULT

- 1) Em sua opinião, o oferecimento de bolsas de auxílio financeiro (alimentação, transporte, moradia) é suficiente para promoção de uma efetiva inclusão social/promoção de igualdade de condições para os alunos que recebem o auxílio?

Em caso negativo, que outro tipo de ações poderiam ser desenvolvidas?

- 2) Em sua opinião, qual é a importância de envolver os alunos do Ensino Superior nas atividades da Pró-Reitoria de Cultura?
- 3) Acha que a política de Cultura pode vincular-se à política de assistência estudantil?
- 4) O senhor tem conhecimento de algum projeto de integração entre a PROCULT e a PROAE (responsável pela gestão da política de AE) voltado aos alunos beneficiários do programa de AE?
- 5) Acha que seria viável desenvolver uma parceria com a PROAE? Tem ideia de como poderia ser essa parceria?

Entrevista F. S. SOCIAL

1) Ao analisar a evolução histórica e os dispositivos legais, foi possível perceber que a Assistência Estudantil foi se estabelecendo como direito social ao longo do tempo, ainda que em muitas vezes a assistência tenha adquirido uma conotação negativa, sendo compreendida como um favor concedido. Aproveitando a experiência dos profissionais do Serviço Social, que diretrizes deverão ter as políticas de AE para que possam ser compreendidas como um direito social, capaz de viabilizar e promover igualdade de condições para a permanência dos discentes?

2) A senhora tem conhecimento das ações desenvolvidas pela política de assistência estudantil da UFJF?

Há alguma forma de integração/diálogo entre a FSS e a PROAE, responsável pela condução dessa política? Em caso afirmativo, como funciona essa parceria?

3) Qual seria a importância da intervenção/participação da Faculdade de Serviço Social ou de um profissional da área na formulação, implementação e monitoramento da política de AE da UFJF? Que contribuições ele(a) poderiam dar?

4) Pelo que me foi informado, vocês trabalham com projetos de extensão bem sucedidos, como o Núcleo da Terceira Idade, na Casa de Cultura. Existe algum projeto dirigido aos alunos da AE? Em caso afirmativo, como funcionam? Em caso negativo, acharia viável a existência de tal projeto? Como poderia ser organizado?

5) Em sua opinião, o oferecimento de bolsas de auxílio financeiro (alimentação, transporte, moradia) é suficiente para promoção de uma efetiva inclusão social/promoção de igualdade de condições para os alunos que recebem o auxílio?

Em caso negativo, que outras ações poderiam ser desenvolvidas?

6) A senhora tem conhecimento de algum estudo ou pesquisa socioeconômica, direcionado aos discentes da assistência estudantil, que procure diagnosticar as reais condições de vida, o comportamento social e a demanda por programas de assistência?

Qual é a importância ou relevância desse tipo de estudo para o processo de formulação, implementação e monitoramento das políticas de AE?

Qual é o papel do assistente social na formulação e condução desse tipo de estudo?

Seria possível uma integração entre a FSS e a PROAE para viabilizar a formulação de um perfil mais amplo desses alunos?

7) Qual é a importância da criação de instrumentos de avaliação e monitoramento em políticas sociais como essa? Como poderia ser conduzido um estudo avaliativo?

Entrevista F. DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- 1) Em sua opinião, o oferecimento de bolsas de auxílio financeiro (alimentação, transporte, moradia) é suficiente para promoção de uma efetiva inclusão social/promoção de igualdade de condições para os alunos que recebem o auxílio?

- 2) Focando na Educação Física, segmento do seu conhecimento, como poderemos associar as atividades da sua área com as políticas de inclusão social e promoção de igualdade de condições, a partir das bolsas de assistência estudantil?

- 3) Na Faculdade de Educação Física existe um projeto voltado para os alunos da AE?
Em caso afirmativo, qual?
Há algum diálogo ou integração com a PROAE (responsável pela condução da política de assistência estudantil) nesse sentido?

- 4) Acha que seria viável desenvolver um projeto em parceria com a PROAE?
Como poderia ser estruturado?
Quais seriam as atividades?